



Criado pela Lei nº 1.552, de 21/08/1959.

Versão digital instituída pelo Decreto nº 3.987, de 14/08/2013.

Sr(s) Usuário(s),

Com o propósito de ampliar o acesso ao Diário e conferir praticidade e economicidade aos meios de sua produção, a Prefeitura de Goiânia coloca à disposição de todos os interessados o Diário Oficial do Município – Eletrônico (DOM-e).

Esta versão está assinada digitalmente, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP – Brasil).

A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial e produz todos os efeitos legais pertinentes.

Para consultar os documentos publicados em cada edição, utilize os marcadores/bookmarks disponíveis do lado esquerdo desta página, ou utilize o comando de atalho do teclado ctrl+f.

A validação da Assinatura Digital poderá ser realizada conforme informativo disponível na página da Secretaria Municipal da Casa Civil, no ícone Diário Oficial – Sobre.

PREFEITURA DE GOIÂNIA

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

CLÁUDIA DA SILVA LIRA
Vice-Prefeita

GABRIELA MACHADO SILVEIRA TEJOTA
Secretária Municipal da Casa Civil

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário Executivo

KENIA HABERL DE LIMA
Gerente da Imprensa Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

Endereço: Av. do Cerrado, 999, Parque Lozandes
Goiânia – GO, CEP: 74.805-010

Fone: (62) 3524-1094

Atendimento: das 08:00 às 12:00 horas
das 14:00 às 18:00 horas

E-mail contato: diariooficial@casacivil.goiania.go.gov.br



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

LEI Nº 11.412, DE 20 DE MAIO DE 2025.

Acrescenta o artigo 5º-A à Lei nº 8.083, de 04 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO aprova e eu, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Acrescenta o artigo 5º-A à Lei nº 8.083, de 04 de janeiro de 2002, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 5º-A A criação do banco de dados na área do idoso de que trata o inciso XIV do art. 5º desta Lei possui os seguintes objetivos:

I - cruzamento de dados consolidados dos diferentes cadastros existentes no Município de Goiânia;

II - levantamento de indicadores que possibilitem a construção de banco de dados; e

III - fornecimento de subsídios para elaboração de políticas públicas municipais voltadas às pessoas idosas.

§ 1º Para a consecução dos objetivos do Programa criado, serão realizados levantamentos bienais para a obtenção atualizada de dados referentes à quantificação, à qualificação e à localização das pessoas idosas.

§ 2º Os levantamentos de dados serão realizados a partir de informações constantes nos cadastros públicos municipais relativos a transporte, assistência e desenvolvimento social, educação, serviços de saúde e trabalho, dentre outros necessários para a complementação das informações.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 27 de maio de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

LEI Nº 11.414, DE 22 DE MAIO DE 2025.

Altera o nome do Terminal Goiânia Viva, localizado na Avenida Tóquio, esquina com Rua GV – 13, no Residencial Goiânia Viva, para Terminal Padre Francisco Nisoli.

O PODER LEGISLATIVO aprova e eu, **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Altera o nome do Terminal Goiânia Viva, localizado na Avenida Tóquio, esquina com Rua GV – 13, no Residencial Goiânia Viva, em Goiânia – Goiás, para Terminal Padre Francisco Nisoli.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 27 de maio de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.418, DE 29 DE MAIO DE 2025

Denomina Viaduto Goiás Cooperativo a
trincheira da Avenida H, no Setor Jardim Goiás.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Viaduto Goiás Cooperativo a trincheira da Avenida H com a Avenida Jamel Cecílio, no Setor Jardim Goiás.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de Lei de autoria dos Vereadores Denício Trindade e Anselmo Pereira.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.38.000000112-4

SEI Nº 7015122v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.550, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; o art. 55, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei nº 382, de 30 de dezembro de 2024, e o contido no Processo SEI nº 22.27.000003632-7, resolve:

Art. 1º Nomear DORIANE MENEZES DE OLIVEIRA, matrícula nº 1313797, CPF nº ***.130.371-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Apoio Administrativo, símbolo CDI-1, da Secretaria Municipal da Fazenda, em substituição ao titular GIAN KAIO DE ARAUJO CARVALHO, matrícula nº 1263978, CPF nº ***.021.391-**, por motivo de férias regulamentares, durante período de 26 de maio de 2025 a 14 de junho de 2025.

Art. 2º Condicionar a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002378-7

SEI Nº 7012109v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.551, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

MIGUEL VELOSO DA SILVA FILHO, CPF nº ***.578.851-**, para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo, símbolo CDS-6, da Secretaria Municipal de Comunicação, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002391-4

SEI Nº 7012175v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.552, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

JOSÉ ALVES DE ABREU NETO, matrícula nº 1265105, CPF nº ***.911.851-**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002375-2

SEI Nº 7012290v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.553, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

LUNA TEIXEIRA ARAUJO, matrícula nº 1137824, CPF nº ***.143.351-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002375-2

SEI Nº 7012331v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.554, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

FREDERICO HEITOR BRAZ, matrícula nº 732796, CPF nº ***.906.591-**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002375-2

SEI Nº 7012405v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.555, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

JHONATAN SOUSA NERES, matrícula nº 1416006, CPF nº ***.701.261-**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002375-2

SEI Nº 7012449v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.556, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

THAYS CRISTINA PINHEIRO TORRES, CPF nº ***.242.731-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Governo, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002341-8

SEI Nº 7012518v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.557, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

WELITON CARLOS PEREIRA, matrícula nº 1320882, CPF nº ***.885.581-**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Governo, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002341-8

SEI Nº 7012559v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.558, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

ZILMA SANTOS PINHEIRO, matrícula nº 1452452, CPF nº ***.523.331-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002336-1

SEI Nº 7012417v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.559, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

KEILA APARECIDA RODRIGUES GOES, CPF nº ***.355.171-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica I, símbolo AT-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentado pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002336-1

SEI Nº 7012461v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.560, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

ADÉLIA GLENY SOUSA DE CARVALHO, CPF nº ***.426.431-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica II, símbolo AT-2, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002336-1

SEI Nº 7012509v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.561, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

GIULIANO FABRÍCIO MIOTTO BORGES DE FREITAS, CPF nº ***.893.901-**, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Comércio, Serviços e do Cooperativismo, símbolo CDS-4, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Agricultura e Serviços, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002327-2

SEI Nº 7012569v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.562, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

VALÉRIA SOARES DE ALMEIDA MOURA, CPF nº ***.059.041-**, para exercer o cargo em comissão de Diretora Administrativa, símbolo CDS-6, da Agência Municipal de Turismo e Eventos - GOIANIATUR, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002334-5

SEI Nº 7012649v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.563, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

RAIMUNDO NONATO LIMA RODRIGUES, CPF nº ***.272.771-**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial Técnico I, símbolo AET-1, com lotação na Secretaria Municipal de Governo, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002369-8

SEI Nº 7012709v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.564, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

HOSANA DAS GRAÇAS BATISTA ARANTES, matrícula nº 791032, CPF nº ***.370.591-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Fiscalização Ambiental, símbolo CDI-1, da Diretoria de Fiscalização, da Secretaria Municipal de Eficiência, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentado pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002360-4

SEI Nº 7012754v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.565, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

JOSÉ ALUISIO E ARAUJO JÚNIOR, matrícula nº 475238, CPF nº ***.559.451-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Controle e Programação Fiscal, símbolo CDI-1, da Diretoria de Fiscalização, da Secretaria Municipal de Eficiência, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentado pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002360-4

SEI Nº 7012783v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.566, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

EXONERAR

SUSANA SARDINHA BEKER, matrícula nº 873250, CPF nº ***.228.241-**, do cargo em comissão de Gerente de Fiscalização Ambiental, símbolo CDI-1, da Diretoria de Fiscalização, da Secretaria Municipal de Eficiência, a partir da data da publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002360-4

SEI Nº 7012826v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.567, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

EXONERAR

RENATO SILVA MEDEIROS, matrícula nº 478539, CPF nº ***.060.071-**, do cargo em comissão de Gerente de Controle e Programação Fiscal, símbolo CDI-1, da Diretoria de Fiscalização, da Secretaria Municipal de Eficiência, a partir da data da publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002360-4

SEI Nº 7012878v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.568, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

EXONERAR

RODRIGO LISITA RIBERA, matrícula nº 889547, CPF nº ***.194.091-**, do cargo em comissão de Gerente de Planejamento e Operação Fiscal, símbolo CDI-1, da Diretoria de Fiscalização, da Secretaria Municipal de Eficiência, a partir da data da publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002360-4

SEI Nº 7012925v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.569, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

ANTONIO FERREIRA DE BRITO, CPF nº ***.019.961-**, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Geral de Unidade Tipo IV, símbolo CDI-1, da UPA Chácara do Governador, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002371-0

SEI Nº 7012625v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.570, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

ERIKA NASCIMENTO NOGUEIRA BARROCO DA SILVEIRA, matrícula nº 1500333, CPF nº ***.935.101-**, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora Técnica de Unidade Tipo IV, símbolo CDI-1, do CIAMS Urias Magalhães, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002365-5

SEI Nº 7012677v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.571, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

MARCIA LIMONGI PINTO COELHO, matrícula nº 1418165, CPF nº ***.701.521-**, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora Técnica do Distrito Sanitário Campinas Centro, símbolo CDS-3, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002363-9

SEI Nº 7012722v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.572, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

DISPENSAR, a pedido,

JOSÉ FERREIRA DE MOURA JÚNIOR, matrícula nº 632953, CPF nº ***.115.111-**, da função de confiança de Coordenador Geral de Unidade Tipo IV, símbolo FC-SAÚDE-3, do CIAMS Novo Horizonte, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002326-4

SEI Nº 7013330v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.573, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, resolve:

EXONERAR, a pedido.

ANDERSON GONÇALVES DA SILVA, matrícula nº 497754, CPF nº ***.781.231-**, do cargo em comissão de Chefe da Advocacia Setorial, símbolo CDS-4, da Secretaria Municipal de Educação, surtindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2025.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002386-8

SEI Nº 7012779v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.574, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e o contido no Processo SEI nº 24.13.000008590-0, resolve:

Art. 1º Exonerar, a partir de 27 de dezembro de 2005, a servidora ELENI SANTOS DA SILVA, matrícula nº 452432-01, CPF nº ***.480.421-**, do cargo, em comissão, de Auxiliar de Execução - 2, símbolo FG-2, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, para fins de regularização funcional.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.13.000008590-0

SEI Nº 7013451v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.575, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

LUDMILLA POLYANA PINTO E SILVA, CPF nº ***.052.561-**, para exercer o cargo em comissão de Supervisora de Mercado Municipal - Mercado Centro Comercial Popular, símbolo CDI-2, da Diretoria de Gestão de Equipamentos Especiais, da Secretaria Municipal de Gestão de Negócios e Parcerias, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentado pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002412-0

SEI Nº 7013543v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.576, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

PERICLES SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 897850, CPF nº ***.260.181-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assistência Técnica Rural e Fomento à Agricultura Familiar, símbolo CDI-1, da Diretoria da Indústria e Agronegócio, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Agricultura e Serviços, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000002392-2

SEI Nº 7013611v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.577, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo SEI nº 25.5.000036209-2, resolve:

Art. 1º Redistribuir a servidora SHARLENE VIEIRA DE MELO SILVA, matrícula nº 1010158-01, CPF nº ***.332.861-**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Agência Municipal do Meio Ambiente, para a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.5.000036209-2

SEI Nº 7013659v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.578, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo 25.24.000003208-3, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora LUCIENE SOUSA DE OLIVEIRA CORREA, matrícula nº 1711972-01, CPF nº ***.466.535-**, do cargo de Auxiliar de Atividades Educativas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000003208-3

SEI Nº 7013704v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.579, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo 25.29.000004393-6, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora TALITA CLEMENTINO MORAES E CUNHA LELES, matrícula nº 1178075-01, CPF nº ***.643.611-**, do cargo de Médico - Clínico Generalista da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004393-6

SEI Nº 7013798v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.580, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo 25.29.000006489-5, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor LUCIANO GUALBERTO SOARES, matrícula nº 1053418-01, CPF nº ***.771.411-**, do cargo de Médico - Clínico Geral/Generalista da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000006489-5

SEI Nº 7013848v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.581, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo 25.29.000007265-0, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora JORDANA OLIVEIRA MILANEZ, matrícula nº 952192-01, CPF nº ***.390.991-**, do cargo de Médico - Patologista Clínico da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000007265-0

SEI Nº 7013899v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.582, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo 25.24.000011910-3, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora STHEFANY NATALIA OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº 1700818-01, CPF nº ***.858.451-**, do cargo de Auxiliar de Atividades Educativas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000011910-3

SEI Nº 7012919v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.583, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II e IV, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 141, incisos II, III e IX, no art. 156, inciso V, e no art. 163, inciso I, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000002230-7, resolve:

Art. 1º Demitir a servidora MARCIA MARIA DA COSTA LIMA, nº 1090402-01, CPF nº ***.161.031-**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, função Biomédico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a subsunção de sua conduta ao previsto no inciso V do art. 156 da Lei Complementar nº 011, de 1992.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000002230-7

SEI Nº 7013030v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.584, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 123 da Lei Complementar nº 11, de 11 de maio de 1992; o Despacho nº 239/2024, da Procuradoria-Geral do Município, e o contido no Processo SEI nº 22.6.000002397-0, resolve:

Art. 1º Acatar o Despacho nº 239/2024, emitido pela Procuradoria-Geral do Município, para tornar sem efeitos, a partir de 17 de janeiro de 2023, o Despacho nº 165/2022, publicado na Edição nº 7.950, de 27 de dezembro de 2022, que havia prorrogado o afastamento para realização de estudos, a partir de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023, conforme requerimento do servidor ALEXANDRE VIEIRA MOURA, matrícula nº 218014-03, ocupante do cargo de Analista em Obras e Urbanismo, com lotação na Controladoria-Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.6.000002397-0

SEI Nº 7014218v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.585, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II, IV e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; no Decreto nº 1.686, de 18 de fevereiro de 2013; e o contido no Processo SEI nº 24.23.000000378-1, resolve:

Art. 1º Conceder diária ao presidente da Agência de Regulação de Goiânia, Hudson Rodrigues de Novais, matrícula nº 1507575, em virtude de viagem à cidade de Brasília/DF, nos dias 24 a 27 de novembro de 2024, para participar do XVI Fórum Ibero Americano de Regulação - XVI FIAR.

Parágrafo único. O valor concedido, a título indenizatório, ao servidor de que trata o *caput* será de R\$ 579,00 (quinhentos e setenta e nove reais), devendo essa despesa ser suportada por dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.23.000000378-1

SEI Nº 7014289v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.586, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II, IV e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 11, de 11 de maio de 1992; no Decreto nº 1.686, de 18 de fevereiro de 2013, e o contido no Processo SEI nº 25.1.000001923-2, resolve:

Art. 1º Conceder diárias aos servidores relacionados no Anexo deste Decreto, em virtude de viagem para Salvador–BA, entre os dias 2 a 5 de abril de 2025, para tratar de assuntos relacionados ao Programa Renova Centro e incentivos fiscais para dinamização de áreas centrais, bem como planejamentos estratégico de Salvador e Goiás.

Parágrafo único. Os valores das diárias, a título indenizatório, constam no Anexo deste Decreto, sendo as despesas custeadas por dotação prevista no orçamento vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

ANEXO

Servidor	Matrícula	CPF	Valor (R\$)
Murillo Marques de Souza	2040853	***.936.241-**	1.158,00
Ariel Silveira de Viveiros	1320637	***923.771-**	1.158,00

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000001923-2

SEI Nº 7014397v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

CONVÊNIO Nº 10/2025

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE
GOIÂNIA E O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO.

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ: 01.203.223/0001-19, com endereço na Av. Versalhes, Qd. 04, Lts. 18/21, Setor Residencial Maria Luiza, CEP 74980-040, Aparecida de Goiânia- GO, neste ato representado pelo seu Presidente, GILSON RODRIGUES DA MATA, doravante denominado de **CESSIONÁRIO**, e o **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.092/0001-23, com endereço na Av. do Cerrado, nº 999, Park Lozandes, neste ato representado pelo seu Prefeito, SANDRO MABEL ANTÔNIO SCODRO, doravante denominado de **CEDENTE**, tendo como **INTERVENIENTE** a Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, representada por EERIZANIA ENEAS DE FREITAS, firmam o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Convênio tem por finalidade a cessão pelo CEDENTE do servidor THIAGO UCHOA LEITE, matrícula nº 683914-01, CPF nº ***.231.321-**, lotado na Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, para exercer o cargo de Diretor de Contabilidade e Prestação de Contas, visando à troca de experiências, ao fortalecimento das políticas públicas e ao atendimento do interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS E MOTIVOS

O presente Convênio é celebrado com base na Lei Complementar nº 11, de 11 de maio de 1992, do Município de Goiânia - GO, no disposto nos arts. 89, 91, 92 e 184 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

A celebração do presente instrumento tem como motivo a necessidade da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia de profissional de confiança do Presidente da Câmara para exercer cargo em comissão e como contrapartida institucional para Goiânia, a promoção da integração entre políticas públicas e o fomento à cooperação federativa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÔNUS DA CESSÃO

O ônus relativo à remuneração do servidor(a) cedido(a) será de responsabilidade do CESSIONÁRIO, conforme disposto no art. 53, §1º da Lei Complementar nº 11, de 1992, no Município de Goiânia-GO.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE PELO DESCONTO, RECOLHIMENTO E REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Na cessão do servidor THIAGO UCHOA LEITE de que trata este termo de cooperação, a responsabilidade pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições

previdenciárias dos servidores e pelo custeio da contribuição devida pelo órgão de origem caberá ao órgão CESSIONÁRIO.

Só incidirão contribuições para o RPPS do ente de origem sobre as parcelas remuneratórias não componentes da remuneração do cargo efetivo pagas pelo ente CESSIONÁRIO do servidor cedido, se houver opção pela contribuição facultativa ao RPPS do ente de origem, na forma prevista em sua legislação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS, LICENÇA-PRÊMIO E DAS DEMAIS LICENÇAS

O cômputo do período aquisitivo das férias e licença-prêmio se dará de maneira contínua, sem qualquer interrupção ou prejuízo ao servidor cedido(a).

A concessão da licença-prêmio será objeto de deliberação conjunta dos convenientes.

A concessão e o gozo das férias ficará a critério do CESSIONÁRIO, que deve comunicar antecipadamente o CEDENTE sobre a concessão e período de gozo do servidor(a) cedido(a), sem prejuízo da respectiva restituição.

As demais licenças previstas na legislação municipal deverão ser solicitadas ao CEDENTE ou CESSIONÁRIO, sendo concedidas conforme os critérios legais, respeitadas as peculiaridades de cada caso e a natureza da licença.

CLÁUSULA SEXTA - DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO E REGIMENTO

Os convenientes estão cientes de que o servidor(a) incluído(a) no presente convênio deverá observar tanto as normas do seu estatuto quanto o regimento interno do órgão onde estiver prestando serviço em decorrência deste convênio.

O(a) servidor(a) deverá atender também às exigências inerentes à função para a qual foi designado(a).

Em caso de descumprimento desta Cláusula, o(a) servidor(a) será devolvido ao órgão de origem, mediante fundamentação do órgão requisitante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES

DO CEDENTE:

I - ceder, mediante demanda do CESSIONÁRIO e disponibilidade do CEDENTE, o(a) servidor(a) deste Convênio, segundo a solicitação do CESSIONÁRIO e com as qualificações requeridas;

II - comunicar antecipadamente ao CESSIONÁRIO quando necessitar do retorno do(a) servidor(a) cedido(a); e

III - manter a lotação do(a) servidor(a) cedido(a).

DO CESSIONÁRIO:

I - determinar o horário de serviço do(a) servidor(a) cedido(a) pelo CEDENTE que, além das normas gerais pertinentes a seus cargos efetivos, estarão sujeitos aos regulamentos internos do CESSIONÁRIO;

II - lotar o(a) servidor(a) cedido(a) na hipótese de cessão funcional, sem nomeação ou designação em cargo comissionado ou função de confiança, em atribuições típicas do cargo efetivo ocupado na órbita do ente CEDENTE para o desempenho das mesmas funções, sendo vedado, nessa hipótese de cessão o desempenho de funções incompatíveis com as inerentes ao respectivo cargo público efetivo titularizado na origem;

III - o(a) servidor(a) cedido(a) para cargo em comissão ou função de confiança que receberá o valor da remuneração do cargo efetivo previsto na legislação do ente CEDENTE, acrescido de parcela remuneratória do cargo em comissão ou função de confiança para o qual foi nomeado(a) ou designado(a), prevista na legislação do ente CESSIONÁRIO;

IV - custear, integral e mensalmente, o pagamento das parcelas de natureza salarial e de todas as demais vantagens pecuniárias, inclusive os encargos sociais (contribuição previdenciária para o Instituto de Previdência e Assistência à Saúde) e descontos legais acerca da situação do(a) servidor(a) cedido(a);

V - assumir o ônus decorrente de despesas com diárias, hospedagem, transporte e alimentação do(a) servidor(a) cedido(a);

VI - informar mensalmente ao CEDENTE os períodos de gozo de férias e de licença-prêmio, frequência mensal e demais afastamentos do(a) servidor(a) cedido(a);

VII - comunicar imediatamente ao CEDENTE eventuais faltas disciplinares perpetradas durante o período da cessão;

VIII - não permitir que o servidor permaneça em exercício na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia-GO, sem a devida autorização formal do Chefe do Poder Executivo do Município de Goiânia;

IX - providenciar o imediato retorno do(a) servidor(a) ao Município de Goiânia tão logo seja encerrado o ato de cessão autorizado pelo Chefe do Poder Executivo; e

X - não ceder o(a) servidor(a) para outro Poder ou ente público.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a partir da data da assinatura do Chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado por igual período, mediante termo aditivo, caso haja interesse dos convenientes, manifestada por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

A cessão do servidor se dará pelo prazo definido no termo de nomeação, podendo ser reduzido o prazo da cessão, conforme os interesses dos convenientes ou mediante solicitação do servidor.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Mediante termo aditivo firmado pelos convenientes, o presente termo poderá ser alterado quando:

I - houver modificação das especificações, para melhor adequação de seus objetivos;

II - necessária a modificação em decorrência de acréscimo ou diminuição do alcance do seu objeto, ingresso de novos participantes ou extensão a outros segmentos; e

III - necessária a modificação do modo de execução, em face da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos pactuados originalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Os convenientes poderão propor, a qualquer tempo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a rescisão do presente instrumento no caso de descumprimento de cláusulas ou de inviabilidade funcional devidamente justificada do MUNICÍPIO em ceder o servidor, sem prejuízo dos atos jurídicos perfeitos;

A rescisão também poderá ser amigável, em comum acordo dos conventes, devendo ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

O convênio poderá ser desfeito, ainda, por:

I - resolução, em caso de descumprimento total ou parcial das cláusulas pactuadas, mediante notificação escrita com comprovação da infração e concessão de prazo para saneamento, salvo em situações de gravidade manifesta;

II - por extinção natural, com o decurso do prazo de vigência, salvo prorrogação formalmente acordada; e

III - pela inviabilidade funcional ou administrativa superveniente, devidamente justificada, por qualquer dos entes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO GERENCIAMENTO

O setor responsável pelo Gerenciamento e acompanhamento da execução deste convênio, a quem competirá manter contatos com o CESSIONÁRIO, para solução dos problemas detectados, será o Interviente, por meio da unidade administrativa de recursos humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

Este convênio, bem como de seus eventuais termos aditivos, deverá ser publicado, sob responsabilidade de ambos os convenientes, nos Diários Oficiais dos respectivos Municípios, como condição para sua eficácia, em observância ao princípio da publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - GO como único e competente para dirimir quaisquer questões que porventura advirem do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Convênio correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia - GO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Convênio será exercida conjuntamente pelos setores de recursos humanos e controle interno dos convenientes/interviente, mediante intercâmbio regular de informações sobre a execução do objeto, frequência e desempenho do(a) servidor(a) cedido(a).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As disposições deste termo serão implementadas em conjunto pelo CEDENTE e CESSIONÁRIO, que deverão designar equipes de pessoal para a operacionalização do convênio.

O período aquisitivo de férias e licença-prêmio anterior a cedência do(a) servidor(a) será contado pelo que faltar após a assinatura do presente termo.

As situações omissas neste Convênio serão resolvidas em comum acordo entre os convenientes, observada a legislação vigente.

Este convênio deverá ser anexado aos processos administrativos que tratam da cessão funcional, em ambos os entes.

As partes se comprometem a observar a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em tudo o que for aplicável à execução do presente instrumento.

E por se acharem justas e acordadas, os convenientes assinam digitalmente o presente Convênio, conforme MP nº 2.200-2/2001, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, garantindo a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

GILSON RODRIGUES DA MATA

Presidente da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia - GO

SANDRO MABEL

Prefeito de Goiânia

EERIZANIA ENEAS DE FREITAS
Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Município de Goiânia- Interveniente



Documento assinado eletronicamente por **GILSON RODRIGUES DA MATA, Usuário Externo**, em 27/05/2025, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Mabel, Prefeito de Goiânia**, em 28/05/2025, às 18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6929998** e o código CRC **3227B51C**.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.1.000001078-0

SEI Nº 6929998v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.587, DE 29 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, incisos II e VIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto no art. 53 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992; e o contido no Processo SEI nº 23.1.000001078-0, resolve:

Art. 1º Ceder o servidor THIAGO UCHOA LEITE, matrícula nº 683914-01, CPF nº ***.231.321-**, lotado na Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, à Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, a partir da data da publicação deste Decreto até 31 de dezembro de 2025, com ônus para o cessionário.

Parágrafo único. A cessão de que trata o *caput* será realizada com todos os direitos e vantagens de seu cargo, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia – GOIANIAPREV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.1.000001078-0

SEI Nº 7014494v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 2.588, DE 29 DE MAIO DE 2025

Regulamenta a Lei nº 11.304, de 20 de dezembro de 2024, que instituiu a Taxa de Limpeza Pública - TLP, no Município de Goiânia.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos II, IV e XXI, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 344, de 30 de setembro de 2021; no art. 17, da Lei nº 11.304, de 20 de dezembro de 2024; no Decreto nº 603, de 22 de janeiro de 2025; e o contido no Processo SEI nº 25.27.000002625-5,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Do Objeto

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 11.304, de 20 de dezembro de 2024, que instituiu a Taxa de Limpeza Pública - TLP, no Município de Goiânia, e estabelece os procedimentos administrativos para o lançamento, a arrecadação, a cobrança e a isenção da TLP.

Seção II
Do Fato Gerador da TLP

Art. 2º A Taxa de Limpeza Pública - TLP tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, nos termos deste Decreto.

§ 1º Os serviços referidos no *caput* compreendem as seguintes atividades administrativas, em efetivo funcionamento:

- I - coleta;
- II - remoção;
- III - transbordo;
- IV - transporte;
- V - triagem para fins de reutilização ou reciclagem;
- VI - tratamento, inclusive por compostagem; e

VII - destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

§ 2º Os resíduos sólidos a que se refere este artigo classificam-se conforme a origem:

I - residencial; e

II - não residencial, até o limite de 100 (cem) litros por dia.

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se:

I - resíduos sólidos de origem residencial: aqueles provenientes de unidades habitacionais, gerados no âmbito doméstico; e

II - resíduos sólidos de origem não residencial: os resíduos gerados por estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços que não ultrapassem 100 (cem) litros por dia.

Seção III Do Contribuinte da TLP

Art. 3º São considerados contribuintes da Taxa de Limpeza Pública - TLP:

I - o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de unidade ou subunidade imobiliária autônoma, edificada ou não, situada em via ou logradouro público do Município;

II - a pessoa física ou jurídica, ainda que isenta ou imune de outros tributos, estabelecida em local onde os serviços de limpeza pública sejam efetivamente prestados ou colocados à sua disposição.

Parágrafo único. Respondem, solidariamente, pelo pagamento da TLP:

I - o titular do direito do usufruto de superfície, de uso ou de habitação;

II - os promitentes compradores imitidos na posse ou não; e

III - os cessionários e os comodatários, ainda que pertencentes a órgãos de direito público interno.

Seção IV Da Base de Cálculo da TLP

Art. 4º A base de cálculo da TLP é o custo anual do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, realizado no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao ano da cobrança, rateado entre os contribuintes de que trata o art. 3º.

Art. 5º O custo anual previsto no art. 4º compreende as seguintes atividades operacionais de resíduos sólidos urbanos:

I - coleta;

II - transbordo;

III - transporte;

IV - triagem para fins de reutilização ou reciclagem;

V - tratamento, inclusive por compostagem;

VI - disposição final ambientalmente adequada; e

VII - demais atividades correlatas indispensáveis ao manejo de resíduos sólidos urbanos.

Subseção Única Do Cálculo da TLP

Art. 6º Para o cálculo do valor da TLP aplicável a cada unidade imobiliária, serão consideradas as classificações e fatores constantes no Anexo I.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - unidade imobiliária: a unidade consumidora beneficiária do serviço;

II - categoria residencial: edificações destinadas à moradia e habitação, unifamiliar ou multifamiliar;

III - categoria comercial e serviços: edificações destinadas ao exercício de atividade econômica;

IV - categoria Industrial: edificações destinadas ao exercício de atividade econômica fabril; e

V - categoria pública e filantrópica: edificações utilizadas por órgãos e entidades da administração pública e entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de suas finalidades essenciais ou de atividades delas decorrentes.

§ 2º Considera-se social de baixa renda a unidade habitacional vinculada a programas de Habitação de Interesse Social promovidos pelo Município, Estado ou União, quando destinadas a famílias com renda mensal enquadrada na Faixa I do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

§ 3º Para fins de aplicação do fator variável ao imóvel classificado como residencial - social de baixa renda, nos termos do § 2º, o contribuinte deverá apresentar requerimento administrativo à autoridade gestora do tributo, instruído com documentação comprobatória da condição declarada.

§ 4º Caso a edificação se enquadre em mais de uma das categorias previstas, para fins de aplicação do fator variável, será considerada a categoria preponderante na edificação.

Art. 7º O valor da TLP será obtido mediante aplicação da fórmula constante no Anexo II.

Art. 8º O custo econômico do serviço será calculado conforme previsto nos arts. 4º e 5º, apurado no exercício financeiro anterior ao da cobrança da taxa, com acréscimo da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, verificada no mesmo período, considerando como referência o mês de janeiro de cada exercício.

Seção V Da Não Incidência

Art. 9º A TLP não incidirá:

I - sobre os grandes geradores definidos na Lei nº 9.498, de 19 de novembro de 2014, ou sucedânea;

II - sobre os geradores de Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde - RSSS, definidos pela Lei nº 9.522, de 29 de dezembro de 2014, ou sucedânea;

III - sobre os geradores de resíduos da construção civil e demolição, e os prestadores de serviço para o recolhimento desse tipo de resíduo; e

IV - sobre os imóveis com inscrição imobiliária individualizada destinados a garagens e escaninhos residenciais.

Seção VI

Do Valor da TLP

Art. 10. O valor anual da TLP, a ser lançada por imóvel, independentemente da categoria em que esteja inserido, terá os seguintes limites, corrigidos anualmente em 31 de dezembro, pelo IPCA-E:

I - máximo: R\$ 1.600,08 (mil seiscentos reais e oito centavos) por unidade imobiliária; e

II - mínimo: R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais) por unidade imobiliária.

Seção VII

Da Isenção

Art. 11. Ficam isentos da TLP os imóveis edificadas de uso residencial cujo valor venal seja inferior ou igual a R\$ 173.485,00 (cento e setenta e três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), desde que constituam o único imóvel de propriedade do contribuinte.

§ 1º Para fins do disposto nestes artigos, o box, o escaninho e o imóvel ao qual estejam vinculados serão considerados uma única unidade imobiliária, sendo seus valores venais somados para efeito de verificação do limite estabelecido no *caput*.

§ 2º A isenção prevista no *caput* aplica-se também aos boxes e escaninhos vinculados ao imóvel residencial, desde que a soma dos valores venais não ultrapasse o limite estipulado.

Art. 12. Atendidos os requisitos estabelecidos no art. 11, e mediante verificação nos dados constantes no Cadastro Imobiliário do órgão municipal fazendário, a isenção será concedida de ofício, independente de requerimento ou ato formal individual do titular do órgão municipal fazendário.

Seção VIII

Do Lançamento da TLP

Art. 13. A TLP será lançada anualmente para cada imóvel, ou unidade imobiliária independente, ou autônoma, ainda que contíguo, com base na situação existente em 1º de janeiro de cada exercício.

Seção IX

Da Revisão do Lançamento

Art. 14. A administração tributária poderá revisar o lançamento da Taxa quando:

I - houver comprovação de erro nos elementos indutores da base de cálculo ou do fator variável aplicado;

II - for constatada omissão de dados ou de fatos que deveriam ter sido considerados no momento do lançamento da taxa; e

III - os dados cadastrais existentes na data do lançamento estiverem em desacordo com a situação fática do imóvel.

Parágrafo único. A revisão do lançamento poderá ocorrer:

I - de ofício, por iniciativa da autoridade competente; ou

II - em decorrência de deferimento de reclamação ou impugnação, na forma do art. 15.

Subseção Única **Da Reclamação Contra o Lançamento**

Art. 15. O sujeito passivo poderá impugnar o crédito tributário definitivamente constituído, presencialmente, perante qualquer unidade de atendimento Atende Fácil.

§ 1º Do protocolo de requerimento será fornecido recibo ao sujeito passivo.

§ 2º O contribuinte que tiver sua reclamação indeferida responderá pelo pagamento de multa e outras penalidades incidentes sobre o tributo.

Art. 16. Caberá ao Conselho Tributário Fiscal de Goiânia o seu julgamento em Primeira e Segunda Instâncias.

Seção X **Do Pagamento da TLP**

Art. 17. A TLP dos imóveis não edificadas deverá ser emitida pela internet, no endereço eletrônico, www.goiania.go.gov.br, ou presencial, em qualquer loja de atendimento Atende Fácil.

Parágrafo único. A parcela única da TLP terá desconto de 10% (dez por cento) para o pagamento à vista até a data do vencimento, conforme calendário fiscal publicado pelo órgão municipal fazendário.

Art. 18. O recolhimento da TLP relativa ao imóvel edificado será efetuado pela empresa concessionária do serviço público municipal de abastecimento de água e esgoto sanitário, que atue no Município de Goiânia, mediante cobrança conjunta no talão tarifário.

§ 1º Para pagamento à vista da TLP, com o desconto de 10% (dez por cento), o Documento Único de Arrecadação Municipal - DUAM deverá ser emitido pela internet, no endereço eletrônico, www.goiania.go.gov.br, ou presencialmente, em qualquer unidade de atendimento Atende Fácil.

§ 2º Para fins de aplicação do desconto previsto no § 1º, será considerada a data de vencimento constante no talão tarifário emitido pela empresa concessionária do serviço público municipal de abastecimento de água e esgoto sanitário que atue no Município de Goiânia.

CAPÍTULO II **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 19. Para fins de lançamento da TLP, compete aos seguintes órgãos e entidades da administração pública municipal encaminhar ao órgão municipal fazendário, até o

dia 20 de novembro de cada ano, impreterivelmente, os dados e informações consolidadas e assinadas pelo responsável técnico da respectiva área, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI:

I - entidade municipal do meio ambiente:

a) sobre os grandes geradores definidos na Lei nº 9.498, de 2014, ou sucedâneas;

e

b) sobre os geradores de resíduos da construção civil e demolição e os prestadores de serviço para o recolhimento desse tipo de resíduo;

II - órgão municipal responsável pelo cadastro e licenciamento dos estabelecimentos de saúde e afins: relação dos geradores de Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde - RSSS, definidos pela Lei nº 9.522, de 2014, ou sucedânea; e

III - órgão municipal de infraestrutura urbana: o custo anual do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, compreendendo as atividades operacionais previstas no art. 5º.

Art. 20. O Município de Goiânia poderá subsidiar o custo anual do serviço de que trata o art. 5º, da Lei nº 11.304, de 2024, nos seguintes percentuais:

I - 75% (setenta e cinco por cento) no exercício de 2025;

II - 65% (sessenta e cinco por cento) no exercício de 2026;

III - 55% (cinquenta e cinco por cento) no exercício de 2027; e

IV - 50% (cinquenta por cento) no exercício de 2028.

Art. 21. Os valores expressos em reais neste Decreto serão atualizados na forma prevista no art. 381, da Lei Complementar nº 344, de 30 de setembro de 2021, ressalvado o previsto no art. 10, que será atualizado pelo IPCA-E.

Art. 22. Para o exercício de 2025 será lançado o valor mínimo previsto no inciso II do art. 10.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

ANEXO I

Categoria	Classificação	Fator Variável
Residencial	Social de baixa renda	0,5
	Padrão popular – até 70 m²	0,8
	Padrão médio – de 71 m² a 200 m²	1
	Alto padrão – acima de 200 m²	1,45
Comercial e Serviços	Pequeno porte – até 100 m²	1,2
	Médio porte – de 100 m² a 300 m²	1,55

	Grande porte – acima de 300 m²	2,55
Industrial	Pequeno porte – até 200 m²	1,5
	Médio porte – de 200 m² a 500 m²	2,5
	Grande porte – acima de 500 m²	3,0
Pública e Filantrópica	Pequeno porte – até 200 m²	1
	Médio porte – de 200 m² a 500 m²	1,2
	Grande porte – acima de 500 m²	1,8

ANEXO II

$$TLP = \left\{ \frac{\text{CETSLP}}{\text{QTIMÓVEIS}} * FV \right\} / 12$$

Onde:

- a) TLP é a Taxa de Limpeza Pública;
- b) CETSLP é o Custo Econômico Total do Serviço Limpeza Pública;
- c) QTIMÓVEIS é a quantidade total de unidades imobiliárias autônomas existentes na área de cobertura de serviços;
- d) FV é o Fator Variável;
- e) 12 é o número de parcelas mensais no exercício.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.27.000002625-5

SEI Nº 7021761v1

**Prefeitura de Goiânia****Exposição de Motivos do Decreto nº 2.588/2025**

Goiânia, 29 de maio de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

1 Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a minuta de Decreto que regulamenta a Lei nº 11.304, de 20 de dezembro de 2024, a qual instituiu a Taxa de Limpeza Pública - TLP, no âmbito do Município de Goiânia.

2 A proposta visa assegurar a efetiva aplicação da legislação que disciplina a cobrança da TLP, mediante instituição de procedimentos administrativos elaborados com vista a aplicação e efetividade da nova lei.

3 Importa ressaltar que o presente ato normativo foi elaborado com estrita observância aos parâmetros estabelecidos na Lei nº 11.304, de 2024, não inovando em relação ao conteúdo legal nem ampliando ou restringindo direitos previamente assegurados.

4 Assim, em observância à Lei nº 11.304, de 2024, houve a definição das categorias residencial, comercial e serviços, industrial, pública e filantrópica, na forma a seguir definida:

§ 1º Para fins deste decreto, considera-se:

I - categoria residencial: enquadram-se nesta categoria as edificações destinadas à moradia/ habitação, podendo ser unifamiliar ou multifamiliar.

II - categoria comercial e serviços: enquadram-se nesta categoria as edificações destinadas ao exercício de atividade econômica.

III - categoria Industrial: enquadram-se nesta categoria as edificações destinadas ao exercício de atividade econômica fabril.

IV - categoria pública e filantrópica: enquadram-se nesta categoria as edificações utilizadas por órgãos públicos, entidades públicas e entidades de filantropia, sem fins lucrativos, para exercício de suas finalidades essenciais ou dela decorrentes.

§2º Considera-se social de baixa renda, a unidade habitacional relativa a Programas de Habitação de Interesse Social do Município do Estado e da União quando destinadas a famílias com renda mensal que se enquadre no intervalo determinado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa I.

§3º Para fins de aplicação do fator variável ao imóvel da categoria “residencial”, “social de baixa renda”, de que trata o parágrafo anterior, deste artigo, o contribuinte deverá formular requerimento administrativo, dirigido à autoridade gestora do tributo, devidamente instruído com a documentação que comprove o alegado.

§4º Caso a edificação possa ser enquadrada em mais de uma categoria, para fins de aplicação do fator variável, será considerada a categoria preponderante na edificação.

5 Houve ainda, regulamentação do procedimento inerente à cobrança da referida Taxa, a qual, em observância ao diploma legal, será realizada pela empresa concessionária do serviço público municipal de água e esgoto sanitário que atue no Município de Goiânia, e será cobrada juntamente com o talão tarifário. Veja-se:

Art. 19. A TLP dos imóveis, não edificadas, deverá ser emitida pela internet, no endereço eletrônico, www.goiania.go.gov.br, ou presencial, em qualquer loja de atendimento Atende Fácil.

Parágrafo único. A parcela única da TLP terá desconto de 10% (dez por cento) para o pagamento à vista até a data do vencimento, conforme calendário fiscal publicado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 20. O recolhimento da TLP, do imóvel edificado, será feito pela empresa concessionária do serviço público municipal de água e esgoto sanitário que atue no Município de Goiânia, e será cobrada juntamente com o talão tarifário.

§1º Para pagamento à vista da TLP, com o desconto de 10% (dez por cento), do imóvel edificado, o DUAM deverá ser emitido pela internet, no endereço eletrônico, www.goiania.go.gov.br, ou presencial, em qualquer loja de atendimento Atende Fácil.

§2º Para fins de concessão do desconto de 10% (dez por cento), deverá ser considerada a data de vencimento contida no talão tarifário, emitido pela empresa concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica que atue no Município de Goiânia.

6 Por fim, o Decreto estabelece o percentual de subsídio a ser concedido pelo Município, nos termos da legislação aplicável, de modo a promover justiça fiscal e garantir o caráter social da política pública de limpeza urbana.

7 Diante do exposto, considerando a necessidade de regulamentar a cobrança da Taxa de Limpeza Pública de forma clara, eficiente e socialmente justa, submeto a presente minuta de Decreto à apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Fazenda

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.27.000002625-5

SEI Nº 7021794v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 74, DE 29 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a redistribuição de saldo entre fontes de recursos da Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 9º, inciso II, da Lei nº 11.315, de 07 de janeiro de 2025; do Decreto nº 134, de 10 de janeiro de 2025; e o contido no Processo SEI nº 25.13.000003252-7,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a redistribuição de saldo dos diversos elementos de despesa, visando à compensação entre fontes de recursos da Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito.

Art. 2º Fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), proveniente da fonte de recursos do orçamento analítico, conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º O saldo proveniente da redução autorizada no art. 2º será redistribuído para a fonte de recursos prevista no Anexo II.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO I

ÓRGÃO: 5800 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO

UNIDADE: 5801 – GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA		VALOR (R\$)
5801	04.122.0028.2451.44909300.171 19 1752 0000	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 1.000,00

ANEXO II

ÓRGÃO: 5800 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO

UNIDADE: 5801 – GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA		VALOR (R\$)
5801	04.122.0028.2451.44909300.100 501 1500 0000	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 1.000,00

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.13.000003252-7

SEI Nº 7014957v1



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 66,
DE 27 DE MAIO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania
Goianiense a Flávio Nantes Bolsonaro.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a Flávio Nantes Bolsonaro, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Goiânia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 27 de maio de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

Diretoria Legislativa

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 67,
DE 27 DE MAIO DE 2025**

Concede o Título Honorífico de Cidadania
Goianiense a José Tadeu Carneiro Cardoso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Goianiense a José Tadeu Carneiro Cardoso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 27 de maio de 2025.

ROMÁRIO POLICARPO
Presidente da Câmara Municipal de Goiânia



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

RETIFICAÇÃO

DESPACHO Nº 101/2020 E DESPACHO Nº 165/2022, PUBLICADOS, RESPECTIVAMENTE, NA EDIÇÃO Nº 7.445 DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - ELETRÔNICO, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020, E NA EDIÇÃO Nº 7.950 DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - ELETRÔNICO, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022.

Nos Despachos nº 101/2020 e 165/2022, onde se lê:

"Licença para Aprimoramento Profissional"

Leia-se:

"Afastamento para Estudo Fora do Município"

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.6.000002397-0

SEI Nº 7014102v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 178/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 25.7.000000287-2 e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório Final nº 222/2025 – CPPAD (SEI nº 6864256), elaborado pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, instituída por meio da Portaria nº 36/2025 - GAB/CGM (SEI nº 5962007), para aplicar à servidora YASMIN NARAYANA MACHADO PIRES SILVA, matrícula nº 1241052-01, CPF nº ***.146.701-**, ocupante do cargo de Profissional de Educação II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a penalidade de demissão, a partir de 17 de janeiro de 2022, em razão da prática da infração disciplinar tipificada no inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992, como abandono de cargo público, devidamente comprovada nos autos.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, para proceder à intimação da interessada, concedendo-lhe o prazo legal de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar pedido de reconsideração ou recurso, nos termos do art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992, a contar da publicação ou da ciência da presente decisão.
- 3 Após o decurso do prazo mencionado, encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para as providências subsequentes.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000000287-2

SEI Nº 7013199v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 179/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000002230-7, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Conhecer do pedido de reconsideração interposto por MARCIA MARIA DA COSTA LIMA, nº 1090402-01, CPF nº ***.161.031-**, e negar-lhe provimento, tendo em vista que a penalidade de demissão imposta encontra-se devidamente fundamentada na tipificação legal da infração administrativa cometida, nos termos do inciso V do art. 156 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Manter a penalidade de demissão aplicada à servidora, nos moldes do Despacho nº 08/2025 (SEI nº 5964580) em estrita observância aos princípios da legalidade, vinculação ao ato normativo e da segurança jurídica, consoante o disposto na Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Determinar a expedição do respectivo Decreto de Demissão, com efeitos a partir da data de sua publicação, nos termos do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (SEI nº 5318442).
- 4 Encaminhar os autos à Controladoria-Geral do Município para as providências cabíveis, inclusive quanto à comunicação da penalidade às instâncias competentes e à anotação nos registros funcionais da servidora, conforme previsto na legislação vigente.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000002230-7

SEI Nº 7013133v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 180/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pelo médico credenciado JOHNATHAN PEDROSO DA ROCHA, CRM 25840, matrícula nº 1428578-01, em face da penalidade de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, cumulado com suspensão temporária de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos, com fundamento nos incisos II e III do art. 87 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos incisos II e III do art. 3º, e nos arts. 16 e 17 do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 517/2022 (SEI nº 0211677), que acolheu o Parecer Jurídico nº 50/2022 (SEI nº 0185709), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. O médico credenciado apresentou recurso administrativo (SEI nº 0439859), alegando, em síntese, que teria cumprido o aviso prévio previsto contratualmente, com exceção de alguns dias de ausência justificados por atestado médico, e que teria havido boa-fé em sua conduta, razão pela qual requereu a reconsideração da penalidade.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 761/2022 (SEI nº 0639696), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 0185709. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, mediante Despacho nº 1662/2022 (SEI nº 0639969), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Verifica-se que o recorrente deixou de cumprir integralmente o aviso prévio de 30 (trinta) dias, previsto na Cláusula Quinta, alínea “t”, do Contrato de Credenciamento nº 0343/2020. Embora tenha afirmado que sua ausência entre os dias 13 a 16 de outubro de 2020 se deu por motivo de saúde, o atestado médico apresentado refere-se ao período de 12 a 16 de setembro de 2020, datas em que, conforme registros de frequência (SEI nº 0091589) e histórico de atendimentos (SEI nº 0091675), o profissional compareceu e prestou atendimento normalmente.

Portanto, constata-se que o documento apresentado não guarda qualquer relação com o período em que efetivamente se ausentou do serviço, o que compromete a credibilidade da justificativa e reforça a configuração da inexecução contratual. A alegação de boa-fé na apresentação de documento com erro material relevante não é suficiente para elidir a responsabilidade contratual, conforme já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça: “Para fins de aplicação de penalidades administrativas por inexecução contratual, basta a comprovação objetiva da conduta e da lesão à Administração, sendo irrelevantes alegações subjetivas genéricas de boa-fé quando desacompanhadas de comprovação idônea” (STJ, AgRg no AREsp 591.328/GO, j. 17/03/2016).

Ademais, o Supremo Tribunal Federal tem afirmado a centralidade dos princípios da boa-fé objetiva, da confiança legítima e da segurança jurídica nas relações entre contratados e a Administração, os quais exigem lealdade, correção de conduta e coerência nas justificativas apresentadas (STF, ACO 3455/DF, j. 10/01/2022). O comportamento contraditório, como o evidenciado neste caso, viola a boa-fé objetiva e não pode ser tolerado pela Administração Pública.

O descumprimento do aviso prévio comprometeu a continuidade da prestação de serviços essenciais de saúde à população, o que é especialmente grave no contexto da atenção primária no sistema municipal de saúde. Ressalte-se que o contrato de credenciamento tem natureza precária e complementar, exigindo do profissional o estrito cumprimento das obrigações pactuadas, em conformidade com a Lei federal nº 8.666, de 1993 e com as Instruções Normativas nº 007/2016 e nº 001/2017 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

Ademais, a Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, impõe ao Estado o dever de assegurar o pleno exercício do direito à saúde, sendo imprescindível a regularidade e continuidade do serviço prestado por profissionais credenciados, como forma de proteger o interesse público e os princípios constitucionais que regem o Sistema Único de Saúde, em especial os da universalidade, integralidade e igualdade no acesso.

Destaca-se, ainda, que o contrato estabelece, de forma clara, a possibilidade de aplicação de sanções em caso de inexecução, conforme cláusula 7.1.2 (multa) e 7.1.3 (suspensão temporária), sendo legítima a adoção de penalidade cumulativa nos termos dos arts. 16 e 17 do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019.

A sanção aplicada atende aos critérios de legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, considerando-se a gravidade da infração, o prejuízo causado à Administração e o dever de assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde, conforme preceituado pelo art. 2º da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

Diante do exposto, com fundamento na legislação vigente e na jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, conheço do recurso administrativo interposto por Johnathan Pedroso da Rocha, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com suspensão temporária de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme estabelecido no Despacho nº 517/2022 (SEI nº 0211677).

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência do interessado e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000004207-0

SEI Nº 7013320v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 181/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela médica credenciada JULIANA RODRIGUES FERREIRA, inscrita no CPF nº ***.296.511-**, em face da penalidade de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, aplicada em razão do não cumprimento do aviso prévio, por parte da profissional, com fundamento no inciso II do art. 87 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no item 7.1.2 da Cláusula Sétima do Contrato de Credenciamento nº 1330/2020 (SEI nº 0481140, fls. 3/8), celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 3822/2023 (SEI nº 2771043), que acolheu o Parecer Jurídico nº 1886/2023 (SEI nº 2749736), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A médica credenciada apresentou recurso administrativo (SEI nº 3484071), alegando, em síntese: (i) que não houve má-fé no desligamento, pois a saída se deu por motivos de saúde (quadro depressivo), conforme atestado médico apresentado; (ii) que teria comunicado verbalmente à chefia imediata sua intenção de desligamento, ainda que não conste nos autos protocolo formal da comunicação prévia; e (iii) que a aplicação da penalidade de multa seria desproporcional, à luz das circunstâncias e da boa-fé demonstrada.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 257/2024 (SEI nº 3497263), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 2749736. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, mediante Despacho nº 535/2024 (SEI nº 3504233), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

O Contrato de Credenciamento nº 1330/2020 (SEI nº 0481140, fls. 3/8) estabelece, em sua Cláusula Quinta, item 5.2, alínea “s”, que o credenciado deverá comunicar à Administração, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sua intenção de se desligar do contrato, requisito que visa assegurar a continuidade do serviço público essencial e o adequado planejamento da substituição do profissional.

Ainda que a recorrente tenha apresentado comunicação por escrito do pedido de distrato em 15 de abril de 2021, conforme consta nos autos (SEI nº 0481140, fls. 11/12), verifica-se, pela folha de frequência (SEI nº 2632989, fl. 1), que sua última atuação ocorreu em 26 de abril de 2021, ou seja, apenas 11 dias após o aviso, em inobservância ao prazo contratualmente estipulado. Tal conduta configura inexecução parcial do contrato, sujeita à aplicação da penalidade de multa, nos termos do item 7.1.2 da Cláusula Sétima.

A defesa busca afastar a sanção, invocando agravamento do estado de saúde como causa impeditiva do cumprimento do aviso prévio contratual. Contudo, o relatório médico apresentado (SEI nº 2520334, fl. 11) indica que a profissional já se encontrava em acompanhamento especializado desde 2019, ou seja, antes da assinatura do contrato, em 4 de

dezembro de 2020. Assim, não se trata de fato imprevisível ou superveniente, conforme exigido pela teoria da imprevisão (arts. 478 a 480 do Código Civil), tampouco de causa de força maior apta a afastar a responsabilidade pela inexecução contratual.

Conforme firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não se caracteriza fato superveniente imprevisível aquele que decorre de condições preexistentes conhecidas ou previsíveis à época da contratação, sendo incabível a aplicação da teoria da imprevisão ou de excludente de responsabilidade nesses casos (AgInt no REsp 1.748.345/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 05/12/2018; REsp 1.091.875/SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe 01/02/2013).

Além disso, o princípio da boa-fé objetiva impõe à parte contratada os deveres de lealdade, previsibilidade e colaboração, o que inclui a correta formalização do pedido de distrato com antecedência mínima de 30 dias. A omissão quanto a esse dever gera efeitos jurídicos objetivos, independentemente da intenção subjetiva da contratada, especialmente no âmbito de contratos administrativos que regulam serviços públicos essenciais.

A tentativa de configurar o quadro de saúde como causa excludente de responsabilidade encontra óbice na própria lógica contratual e nos fundamentos legais que regem a execução de contratos administrativos. A ausência de cumprimento do aviso prévio escrito e do período mínimo de permanência de 30 dias após o distrato, nos termos da cláusula 5.2, alínea "s", do contrato, configura inexecução contratual parcial, prevista expressamente como passível de sanção na cláusula 7.1.2.

Ressalte-se, ainda, que a sanção de multa de 2% encontra amparo não apenas no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mas também no item 7.1.2 do contrato, que prevê expressamente a aplicação de penalidade para inexecução parcial, e se mostra razoável diante da natureza e das consequências da infração. O recurso não trouxe elementos aptos a infirmar a decisão do Secretário Municipal de Saúde nem a demonstrar qualquer vício de legalidade ou desproporcionalidade na aplicação da sanção.

Diante do exposto, com fundamento na legislação vigente e nos elementos constantes dos autos, conheço do recurso administrativo interposto por JULIANA RODRIGUES FERREIRA, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, conforme estabelecido no Despacho nº 3822/2023 (SEI nº 2771043) do Secretário Municipal de Saúde.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000017231-4

SEI Nº 7013563v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 182/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa TERRAFAR HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ nº 12.762.841/0001-15, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do Contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega de item constante do Empenho nº 26, referente ao Pregão Eletrônico nº 96/2020, Bee nº 30589.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 1117/2022 (SEI nº 0407426), que acolheu o Parecer Jurídico nº 155/2022 (SEI nº 0392391), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 0782131), alegando, em síntese: (i) nulidade do procedimento por ausência de formalização contratual e de publicação da nota de empenho; (ii) imprevisibilidade decorrente da alta no preço de luvas durante a pandemia; (iii) ausência de culpabilidade; e, subsidiariamente, (iv) aplicação de penalidade mais branda, como a advertência.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 965/2022 (SEI nº 0859450), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 0392391. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 2137/2022 (SEI nº 0867133), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

A alegação de nulidade do procedimento por ausência de termo contratual não se sustenta. A contratação por meio de nota de empenho é admitida pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 62, desde que prevista no edital, o que ocorreu no presente caso. Ademais, a relação jurídica contratual restou caracterizada pelo aceite da nota de empenho, pelo início da execução das obrigações acessórias e pela ciência inequívoca da contratada quanto à avença. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece expressamente a validade da contratação formalizada por nota de empenho quando prevista em edital, a exemplo do que consta nos julgados: AREsp 2350848, MS 23728/DF e AREsp 1172042/MG. Portanto, ainda que não tenha sido lavrado instrumento contratual, o vínculo obrigacional se aperfeiçoou, nos termos da legislação e da jurisprudência administrativa consolidada.

No tocante à ausência de publicidade da nota de empenho, trata-se de eventual vício formal que não afeta a existência nem a validade da obrigação contratual assumida, tampouco afasta a responsabilidade da contratada pelo inadimplemento, sobretudo quando restou comprovado nos autos que a empresa foi regularmente intimada a entregar os produtos como se vê no e-mail de 9 de novembro de 2020 (SEI nº 0316999, fl. 04). A jurisprudência reconhece que a ausência de formalidades como a publicação da nota de empenho não elide a existência da obrigação contratual, sobretudo quando há ciência inequívoca por parte da contratada. A esse respeito, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a ausência de formalidade acessória não nulifica a regularidade do ato quando a execução contratual é caracterizada (STF – ARE 1134915/SP). Do mesmo modo, o Superior Tribunal de Justiça reconhece a validade da nota

de empenho como instrumento contratual substitutivo, suficiente para firmar o vínculo obrigacional (STJ – AREsp 1172042/MG; STJ – PET no REsp 1977581).

Quanto à tese de fato superveniente e imprevisível, decorrente da alta nos preços de insumos durante a pandemia, também não prospera. A homologação do certame ocorreu em 13 de outubro de 2020 e a intimação para entrega foi expedida menos de um mês depois, em 9 de novembro de 2020, ou seja, em contexto fático já consolidado de escassez e oscilação nos preços de insumos hospitalares. Neste cenário, ao apresentar proposta, a empresa assumiu os riscos da execução contratual, especialmente em se tratando de pregão eletrônico, modalidade que pressupõe conhecimento técnico e mercadológico dos licitantes.

Conforme jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União: "A ausência de margem de lucro ou variações de preços de mercado, mesmo em contextos excepcionais, não exime o contratado de responsabilidade pelo inadimplemento de obrigações assumidas voluntariamente em processo licitatório" (Acórdão nº 2720/2013 – TCU – Plenário).

A contratada tampouco logrou demonstrar ter formulado pedido formal de reequilíbrio econômico-financeiro antes do vencimento da obrigação, o que seria condição necessária à invocação da teoria da imprevisão.

Quanto à alegada desproporcionalidade da penalidade, vale destacar que a multa foi aplicada dentro dos parâmetros legais e contratuais: o edital previa, em seu item 13.2.3.1, a aplicação de multa de até 30% para inexecução total. O Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019, por sua vez, prevê multa compensatória de até 30% para hipóteses de descumprimento integral. A aplicação do percentual máximo encontra respaldo na gravidade da infração, no prejuízo à Administração Pública, que ficou desabastecida de item essencial em plena crise sanitária, e na ausência de providências eficazes por parte da contratada para evitar ou mitigar os efeitos do inadimplemento.

A aplicação da penalidade respeitou os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, bem como as garantias do contraditório e da ampla defesa, conforme registrado nos pareceres técnicos e jurídicos constantes dos autos.

Importante destacar que, nos termos do art. 90 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os contratos administrativos celebrados antes de sua entrada em vigor permanecem regidos pela legislação anterior, no caso, pela Lei federal nº 8.666, de 1993, o que confere segurança jurídica ao presente julgamento.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, no item 13.2.3.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 096/2020 SRP - SAÚDE, e no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 2.271, de 2019, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa TERRAFAR HOSPITALAR EIRELI, mas nego-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 183/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.520.829/0003-02, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega do Empenho nº 0051 (Losartana Potássica 50mg), Pregão Eletrônico nº 111/2020 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 170/2021, Processo BEE nº 40288.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 1685/2022 (SEI nº 0648953), que acolheu o Parecer Jurídico nº 264/2022 (SEI nº 0606404), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 0928844), alegando, em síntese, que o atraso decorreu de entraves relacionados ao agendamento de entrega e à exigência de apresentação dos laudos de análise por lote, o que teria gerado a recusa inicial da carga, embora os documentos estivessem em poder da transportadora e tivessem sido posteriormente reapresentados.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 049/2022 (SEI nº 0952920), opinou pela manutenção da penalidade, diante da inexistência de justificativa capaz de afastar a responsabilidade da contratada ou de elidir os efeitos jurídicos da mora contratual. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 165/2023 (SEI nº 0959326), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

O Edital estabeleceu, de forma clara, que o prazo para entrega dos medicamentos era de até 20 dias corridos após o recebimento do empenho (cláusula 13.5). A contratada foi notificada em 27 de agosto de 2021, sendo certo que o prazo expirava em 16 de setembro de 2021. O medicamento foi efetivamente entregue apenas em 25 de novembro de 2021, conforme registrado nos autos (SEI nº 0591248), o que caracteriza inadimplemento contratual por atraso superior a 60 dias.

Ainda que os medicamentos estivessem “fisicamente disponíveis” em 2 de setembro de 2021, o que se discute é o cumprimento formal do contrato, que exige, além da chegada física da carga, a entrega documentada e regular, conforme os requisitos fixados no edital e nas normas sanitárias aplicáveis. A simples disponibilidade da mercadoria na cidade de destino não constitui adimplemento contratual, tampouco exime o fornecedor da obrigação de acompanhar a carga com todos os documentos exigidos.

Além disso, mesmo que se considerasse, apenas em tese, a alegação da contratada de que o agendamento da entrega foi designado para data posterior ao prazo contratual, tal circunstância não afastaria sua responsabilidade pelo inadimplemento. Isso

porque, conforme registrado nos autos, a carga apresentada para entrega em 4 de outubro de 2021 não estava acompanhada da documentação exigida no edital, notadamente os laudos de certificação de análise por lote, o que, por si só, justificaria a recusa do recebimento. Portanto, ainda que a entrega tivesse sido agendada para data anterior, ela igualmente seria recusada por descumprimento das exigências contratuais.

A alegação de que os laudos estavam em poder da transportadora e que sua ausência se deu por erro alheio à contratada não afasta a responsabilidade da empresa, que permanece integralmente responsável pela conformidade da entrega em todas as suas etapas, inclusive a regularidade documental.

Nos termos do art. 396 do Código Civil, não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, este não incorre em mora. Contudo, no presente caso, não restou demonstrada a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato de terceiro que pudesse afastar a mora contratual da empresa.

A jurisprudência é pacífica quanto ao entendimento de que o contratado assume os riscos da cadeia logística, inclusive falhas de transportadoras ou prestadores auxiliares por ele contratados, não sendo cabível a exclusão de responsabilidade por alegado “fato de terceiro”. A esse respeito, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que todos os integrantes da cadeia de fornecimento respondem solidariamente por falhas no cumprimento da obrigação, mesmo quando decorrentes da atuação de terceiros (STJ - REsp: 1327778 SP 2011/0193579-7, Relator.: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 02/08/2016, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/08/2016).

Ademais, não há nos autos comprovação de que a empresa tenha adotado providências suficientes para resolver o problema dentro do prazo contratual. Ainda que a empresa tenha tomado ciência da recusa da carga em 4 de outubro de 2021, a entrega só foi concluída em 25 de novembro de 2021, totalizando um atraso de 52 dias, o que evidencia falha no cumprimento do contrato.

A alegação de que o agendamento da entrega foi feito pela Administração em data posterior ao vencimento do prazo contratual tampouco é suficiente para justificar o inadimplemento, pois não há comprovação nos autos de que a contratada tenha solicitado o agendamento tempestivamente ou comunicado formalmente qualquer impedimento à Administração. Também não foi apresentada solicitação de prorrogação do prazo nos moldes exigidos pelo item 13.5.3 do edital.

A aplicação de penalidades administrativas deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que, no caso concreto, foi adequadamente considerado. A penalidade aplicada corresponde à inexecução total do contrato, conforme tipificado no item 16.2.3.1 do edital e no art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019.

Trata-se de descumprimento contratual relevante, sem justificativa aceita pela Administração, que comprometeu o fornecimento de medicamento essencial à rede pública, em especial no contexto da atenção básica, conforme informado pela Gerência de Assistência Farmacêutica.

Não é possível mitigar a penalidade com base apenas na alegação genérica de boa-fé ou ausência de dolo, pois o inadimplemento objetivo se consumou. Nos termos do art. 389 do Código Civil, “não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros, atualização monetária e honorários”.

Assim, diante da inexistência de excludente de responsabilidade, da inércia em requerer prorrogação tempestiva do prazo e da efetiva entrega fora do período contratual, a penalidade aplicada se mostra legal, proporcional e compatível com a gravidade da infração.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, e no item 16.2.3.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 111/2020 – SRP SAÚDE, conheço o recurso administrativo interposto pela empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa sancionada e adoção das providências administrativas cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000011475-6

SEI Nº 7013754v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 184/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.724.729/0001-61, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega do Empenho nº 0062, Pregão Eletrônico nº 094/2020 - SAÚDE, Processo BEE nº 26102.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 997/2022 (SEI nº 0354528), que acolheu o Parecer Jurídico nº 127/2022 (SEI nº 0337836), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 0476125), alegando, em síntese, que o atraso na entrega decorreu de fatores alheios à sua vontade, notadamente o extravio da cópia de Empenho nº 0062, que ocasionou atraso na entrega dos itens empenhados, tendo os mesmos sido entregues na data de 1º de setembro de 2021.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 752/2022 (SEI nº 0637832), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 0337836. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 1655/2022 (SEI nº 0638581), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Verifica-se que a empresa foi regularmente intimada para o cumprimento da obrigação contratual, conforme consta do e-mail de ciência da Intimação nº 64/2021, recebido em 5 de maio de 2021. A entrega deveria ter ocorrido até 20 de maio de 2021, nos termos da cláusula 12.6.1 do edital, que previa prazo de 15 dias corridos. No entanto, a entrega dos itens somente se deu em 1º de setembro de 2021, conforme admitido pela própria empresa, representando um atraso superior a 100 dias. Ademais, não consta dos autos qualquer solicitação de prorrogação de prazo ou comunicação formal à Administração acerca de eventual impedimento ou dificuldade operacional, conforme exigido no item 7.1.4 do Termo de Referência.

A alegação de extravio interno da nota de empenho não configura causa excludente de responsabilidade administrativa, tratando-se de risco inerente à atividade empresarial, nos termos do art. 393 do Código Civil. Isso porque o suposto extravio não se caracteriza como fato necessário, imprevisível ou de efeitos inevitáveis. Ao contrário, trata-se de falha operacional interna, cuja má gestão documental não exime o contratado do cumprimento pontual das obrigações assumidas.

Nos termos do art. 389 do Código Civil, o devedor responde pelas perdas e danos resultantes do inadimplemento, além de encargos como juros, atualização monetária e honorários advocatícios, quando cabíveis. O art. 395, por sua vez, prevê que o devedor responde pelos prejuízos decorrentes da mora, salvo prova de inexistência de culpa, o que, no

caso concreto, não restou demonstrado. Destaca-se ainda que, conforme o art. 397, o inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito a mora do devedor.

Ressalte-se que a ausência dos insumos comprometeu o abastecimento da rede pública, especialmente no que tange ao kit de drenagem torácica infantil, cuja falta, segundo relatório técnico da Gerência de Equipamentos Médico-Hospitalares, poderia implicar risco direto à vida de pacientes.

Assim, configura-se inexecução total da obrigação contratual, conforme definido no item 13.2.3.1 do edital e no art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019, hipótese em que é cabível a aplicação da multa de 30% sobre o valor total contratado. A penalidade revela-se proporcional à infração cometida, considerando a gravidade da conduta, o prejuízo ao interesse público e a ausência de justificativa juridicamente idônea.

Dessa forma, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISA LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo integralmente a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada no Despacho nº 997/2022, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no item 13.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 094/2020 – Saúde, e no art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 2019.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa, cobrança da multa com as devidas atualizações legais e adoção das demais providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000011462-4

SEI Nº 7013871v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 185/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS, inscrita no CNPJ nº 44.734.671/0001-51, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega dos itens constantes do Empenho nº 33 (Levomepromazina 25 mg cpr), referente à Ata de Registro de Preços nº 093/2021, Pregão Eletrônico nº 032/2021 SRP - SAÚDE, Bee nº 45081.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 1196/2022 (SEI nº 0426565), que acolheu o Parecer Jurídico nº 170/2022 (SEI nº 0421737), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 0841820), alegando, em síntese, que o atraso decorreu de fatores alheios à sua vontade, notadamente dos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a indústria farmacêutica.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 44/2023 (SEI nº 0952759), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 0421737. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 162/2023 (SEI nº 0958549), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Consta nos autos que a empresa acusou o recebimento da Intimação nº 317/2021 em 19 de outubro de 2021, a qual compreendia pedido de entrega dos itens dos Empenhos nº 33 e nº 91. Não obstante, apenas os itens constantes do Empenho nº 91 foram entregues, em 9 de novembro de 2021, conforme informações da Gerência de Assistência Farmacêutica (SEI nº 0302328, fl. 10), permanecendo inadimplido o Empenho nº 33, caracterizando-se a inexecução total contratual quanto a este item.

A empresa, embora alegue ter sido surpreendida com a intimação para apresentação de defesa, confirmou previamente o recebimento da Intimação nº 317/2021 em 19 de outubro de 2021, conforme comprovado por e-mail constante dos autos. Dessa forma, não procede a alegação de desconhecimento quanto à obrigação de entrega do item do Empenho nº 33. Ademais, a contratada não protocolou requerimento formal de prorrogação de prazo até 5 de novembro de 2021, como exigido no item 13.5.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2021 SRP - SAÚDE, tampouco apresentou prova contemporânea de caso fortuito ou força maior capaz de afastar a sua responsabilidade. A entrega, segundo declarado pela própria empresa, apenas foi agendada para 11 de abril de 2022 (SEI nº 0302328, fl. 24), ou seja, mais de cinco meses após o prazo contratual, que expirava em 8 de novembro de 2021, conforme item 13.5 do edital (evento nº 0336303, fl. 23).

O inadimplemento contratual ficou, assim, caracterizado. O descumprimento injustificado do prazo impõe a aplicação da penalidade de multa compensatória de 30% sobre o valor total do contrato, nos termos do item 16.2.3.1 do edital e do art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019. Ressalte-se que, mesmo diante do contexto pandêmico, os deveres contratuais permanecem válidos e exigíveis, sendo necessária sua formal renegociação com justificativas idôneas e tempestivas, o que não se verificou nos autos.

A jurisprudência é firme no sentido de que, verificado o descumprimento contratual sem justa causa, é legítima a imposição da multa prevista no instrumento convocatório, especialmente quando a falha compromete o abastecimento de insumos essenciais à saúde pública (STJ, AgInt no AREsp 1.449.065/SP, DJe 29/04/2021).

Ante o exposto, conheço do recurso interposto pela empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo integralmente a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, com fulcro no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no item 16.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2021 SRP - SAÚDE, e no art. 3º, inciso II, combinado com o art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 2019.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da interessada, cobrança da multa com as devidas atualizações legais e adoção das providências administrativas cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000011295-8

SEI Nº 7013924v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 186/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.847.837/0001-10, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega dos Empenhos nº 0026 e 0153, Pregão Eletrônico nº 009/2021 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 045/2021, Processo BEE nº 42677, (Ampicilina 500 mg, Ampicilina 24 mg).

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 959/2023 (SEI nº 1412582), que acolheu o Parecer Jurídico nº 416/2023 (SEI nº 1382172), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 4658786), alegando, em síntese, que a não entrega integral dos itens decorreu de circunstâncias alheias à sua vontade, sustentando ter agido com boa-fé, além de pleitear a exclusão ou, subsidiariamente, a redução da penalidade aplicada, com fundamento nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e na inexistência de dolo.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1525/2024 (SEI nº 4668948), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 1382172. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 3014/2024 (SEI nº 4684276), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

1. Das alegações recursais

1.1 Prazo contratual e caracterização da mora

Nos termos do item 13.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2021 SRP - SAÚDE, a contratada deveria realizar a entrega dos itens no prazo máximo de 20 dias corridos após o recebimento da intimação, realizada pela Intimação nº 272/2021, em 16 de setembro de 2021, devendo, portanto, concluir a entrega até 6 de outubro de 2021. No entanto, conforme informado pela Coordenação do Almoxarifado Central por meio do Despacho nº 320/2023 (SEI nº 1360308), os itens vinculados aos Empenhos nº 0026 e 0153 foram entregues apenas parcialmente, não tendo sido entregue o item 02 – Aminofilina 24mg/ml injetável, caracterizando-se inexecução total quanto a esse item, nos termos do item 16.2.3.1 do edital.

A jurisprudência reconhece que o simples decurso do prazo, sem solicitação formal de prorrogação, gera mora e atrai a multa contratual (TRF-4, Apelação Cível 5035495-85.2021.4.04.7000, DJe 20 fev 2025).

1.2 Boa-fé, força maior e pedido de cancelamento

A empresa alega genericamente que teria solicitado o cancelamento do item não entregue por motivo de força maior, mas não comprovou documentalmente a existência de requerimento formal nem protocolizou justificativa contemporânea nos autos. Assim, não há

como reconhecer excludente de responsabilidade com base no art. 393 do Código Civil. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e dos tribunais pátrios é pacífica ao condicionar o reconhecimento da força maior à prova cabal e tempestiva da sua ocorrência, o que não se verificou no caso concreto (STJ, AgInt no REsp 2.117.903/RN, DJe 12/06/2024).

1.3 Contraditório e ampla defesa

A recorrente foi regularmente intimada para apresentar defesa, conforme Intimação nº 216/2021 (SEI nº 0790049, fl. 13), e se manteve inerte à época. O direito ao contraditório foi novamente resguardado por ocasião da interposição do presente recurso, não havendo nulidade a ser reconhecida. Observado o devido processo legal, a sanção imposta é legítima e válida. O Tribunal de Justiça de Goiás decidiu que, observados contraditório e ampla defesa, “não cabe ao Judiciário anular a sanção pelo simples inconformismo do particular” (TJGO, Apelação Cível 5396995-97.2021.8.09.0051, j. 04 mar 2024).

1.4 Dosimetria da multa

A sanção de multa de 30% sobre o valor total do contrato encontra previsão no item 16.2.3.1 do edital e base legal no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019. Trata-se de penalidade proporcional à gravidade da infração, especialmente considerando que a ausência do medicamento Aminofilina comprometeu o atendimento de urgência e emergência na rede pública, conforme salientado pela Gerência de Assistência Farmacêutica (SEI nº 0790049, fl. 12).

A jurisprudência é pacífica quanto a aplicação literal de multas previstas em edital quando configurada a inexecução (TJPR, Apelação Cível 0033741-07.2019.8.16.0014, j. 21 jun 2021; STJ, AgInt no AREsp 1.449.065/SP, DJe 29 abr 2021).

2. Dispositivo

À vista do exposto, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo integralmente a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada no Despacho nº 959/2023, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, no item 16.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2021 – SRP SAÚDE, e no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 2.271, de 2019.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da recorrente, cobrança da multa aplicada com as devidas atualizações legais e adoção das providências administrativas cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 187/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa PRÓ SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 21.297.758/0001-03, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega do Empenho nº 0029, Pregão Eletrônico nº 081/2020 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 007/2021, Processo BEE nº 38228.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 3012/2023 (SEI nº 2376569), que acolheu o Parecer Jurídico nº 1599/2023 (SEI nº 2356201), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 2773219), alegando, em síntese, dificuldades operacionais e logísticas que teriam comprometido o cumprimento do prazo contratual, além da inexistência de prejuízo concreto à Administração em virtude da entrega tardia do item contratado.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1428/2023 (SEI nº 2783289), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 2356201. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 3838/2023 (SEI nº 2789552), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Nos termos do item 16.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 081/2020 SRP - SAÚDE, a contratada deveria realizar a entrega do item em até 20 dias corridos após o recebimento da nota de empenho. A empresa confirmou o recebimento da Intimação nº 159/2021 em 10 de agosto de 2021 (SEI nº 0789228, fl. 4), de modo que o prazo final para entrega expirava em 30 de agosto de 2021. Contudo, conforme documentos acostados aos autos, a entrega somente se concretizou em 10 de novembro de 2021, ou seja, com mais de 70 dias de atraso, configurando inexecução total do objeto, conforme definição do item 19.2.3 do edital.

A alegação de caso fortuito ou força maior não se sustenta. A contratada limitou-se a informar, de forma genérica e desacompanhada de qualquer documentação comprobatória, que teria havido indisponibilidade do insumo junto à fabricante, sem demonstrar a efetiva impossibilidade objetiva de cumprimento da obrigação assumida. A ausência de comprovação formal inviabiliza o reconhecimento de excludente de responsabilidade nos moldes do art. 393 do Código Civil. Conforme reiteradamente decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, dificuldades ordinárias da cadeia de suprimentos integram os riscos da atividade econômica e não afastam a responsabilidade do contratado pelo inadimplemento (STJ, AREsp 2.434.523/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 20/03/2024; TJPR, Apelação Cível nº 0033741-07.2019.8.16.0014, Rel. Des. Leonel Cunha, 5ª Câmara Cível, j. 21/06/2021, DJe 22/06/2021).

De igual modo, a posterior entrega do item, mesmo após a instauração do procedimento sancionador, não afasta a infração consumada. O art. 66 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, impõe o dever de execução fiel do contrato pelas partes, respondendo o contratado pelas consequências da inexecução total ou parcial. A cláusula 19.2.3.1 do edital é clara ao prever a aplicação de multa de 30% sobre o valor total do contrato nos casos de inexecução total decorrente de atraso superior a 30 dias.

A dosimetria da penalidade imposta, portanto, observa o critério legal, está em consonância com o edital e respeita os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade. O fornecimento do medicamento Loratadina 10 mg é essencial à atenção básica, e a ausência prolongada do insumo implicou impacto direto na prestação dos serviços públicos de saúde. Cabe ressaltar que o processo administrativo observou integralmente o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, tendo a empresa sido regularmente intimada para apresentação de manifestação, oportunidade da qual se manteve inerte, conforme consignado no Parecer Jurídico nº 1599/2023. O respeito a esses princípios confere legitimidade ao ato sancionador, preservando a supremacia do interesse público e a moralidade administrativa.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, na cláusula 19.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 081/2020 SRP - SAÚDE e no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa PRÓ SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da recorrente e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000025772-7

SEI Nº 7014146v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 188/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.890.798/0001-45, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual decorrente da entrega parcial em desconformidade do Empenho nº 0122, Pregão Eletrônico nº 049/2020 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 121/2020, Processo BEE nº 38377.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 1052/2023 (SEI nº 1469520), que acolheu o Parecer Jurídico nº 475/2023 (SEI nº 1455992), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde, que concluiu pela ocorrência de descumprimento contratual diante da entrega, em 6 de julho de 2021, de 30 dúzias de algodão ortopédico fora das especificações contratuais. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 2849805), alegando que a falha decorreu de equívoco da transportadora, que trocou fardos de forma indevida, e que a substituição foi providenciada, sem causar desabastecimento ou prejuízo à Administração.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1478/2023 (SEI nº 2854936), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 1455992. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 4061/2023 (SEI nº 2857220), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

De acordo com o item 13.7.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 049/2020 SRP - SAÚDE, constatada a entrega de item em desacordo, a contratada deveria saná-la no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação por escrito. Conforme registrado no SEI nº 0782101 (fl. 7), a notificação da divergência ocorreu em 16 de julho de 2021. A substituição, no entanto, só foi efetivada em 16 de agosto de 2021, ou seja, fora do prazo contratual estabelecido, caracterizando, portanto, descumprimento da obrigação assumida.

Contudo, ressalta-se que o vício na entrega correspondeu a apenas 3% do total fornecido (30 de 1.000 dúzias), e que a empresa demonstrou ter diligenciado na substituição do item, mantendo contato com a Administração e efetuando a troca. Não houve prejuízo material ao erário ou descontinuidade no abastecimento, sendo certo que as demais 970 dúzias foram entregues e aceitas.

Diante desse cenário, impõe-se a reavaliação da penalidade imposta sob a ótica dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente firmado o entendimento de que a aplicação de sanções administrativas deve observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, em especial quando não configurados dolo, má-fé ou prejuízo efetivo à Administração Pública. No julgamento do REsp 2115732/RN (DJe 04/06/2024), a Corte Superior reforçou a necessidade de dosimetria adequada das penalidades administrativas. No REsp 2002535/SP (DJe 10/06/2024),

assentou-se que a imposição de sanções deve ser modulada para evitar excessos e assegurar a adequação entre a gravidade da conduta e a penalidade aplicada. Ainda, no REsp 1133875/SP (DJe 03/02/2010), o Tribunal ressaltou que “não sendo demonstrada a intenção de burlar o procedimento [...] tampouco constatado prejuízo aos cofres públicos, não há que se falar em sanção [...]”, entendimento igualmente aplicável ao caso concreto. Por fim, o AREsp 2434523/MG (DJe 02/05/2024) reforça que a inexecução contratual, ainda que parcial, pode ser sancionada, mas desde que respeitados os princípios da dosimetria e do interesse público.

Assim, mantém-se o reconhecimento da infração, mas modula-se a sanção imposta para torná-la compatível com a dimensão da falha contratual, sua correção posterior e a ausência de danos relevantes à Administração.

Diante do exposto, conheço do recurso interposto pela empresa ORTOM INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA e, no mérito, dou-lhe provimento parcial para reduzir a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) para 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos itens 13.7.1, 13.7.2 e 16.2.3.1 do edital, e nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, conforme jurisprudência consolidada.

Publique-se. Após, retornem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da recorrente e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000025544-9

SEI Nº 7014250v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 189/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.159.229/0001-76, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega do Empenho nº 0028, Pregão Eletrônico nº 009/2021 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 050/2021, Processo BEE nº 42075.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 423/2023 (SEI nº 1104487), que acolheu o Parecer Jurídico nº 175/2023 (SEI nº 1095326), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 1605965), alegando, em síntese, que o atraso decorreu de fatores alheios à sua vontade, e que a pandemia de Covid-19 causou severas dificuldades operacionais e logísticas, justificando o atraso.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 507/2023 (SEI nº 1621641), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 1095326. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 1377/2023 (SEI nº 1626615), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

O processo sancionador observou rigorosamente o devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa, conforme estabelece o art. 87, § 2º, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo sido a empresa formalmente intimada por meio da Intimação nº 165/2021 (SEI nº 0781890, fl. 13), apresentando defesa (SEI nº 0781890, fls. 19/25).

De acordo com a Cláusula 13.5 do edital do Pregão Eletrônico nº 009/2021 – SRP SAÚDE (SEI nº 1092222, fl. 23), a contratada deveria realizar a entrega dos itens no prazo máximo de 20 dias corridos a partir do recebimento da nota de empenho. Tendo a empresa confirmado o recebimento da Intimação nº 146/2021 em 3 de agosto de 2021, o prazo para entrega expirava em 23 de agosto de 2021. Entretanto, as entregas foram realizadas apenas em 17 de setembro, 23 de setembro e 14 de outubro de 2021, configurando atraso superior a 30 dias e, por conseguinte, inexecução total do objeto, nos termos da Cláusula 16.2.3.1 do edital.

As razões recursais apresentadas se limitaram a alegações genéricas quanto aos impactos da pandemia, sem, contudo, comprovar de forma robusta a ocorrência de caso fortuito ou força maior nos moldes exigidos pela Cláusula 13.5.3 do edital (SEI nº 1092222, fl. 24) e pela legislação aplicável. Ademais, não foi apresentado qualquer pedido formal de prorrogação no prazo regulamentar, o que afasta a possibilidade de reconhecimento de excludente de responsabilidade.

Importa destacar que, conforme jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, o inadimplemento contratual autoriza a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação de regência, independentemente da demonstração de dolo, culpa ou prejuízo ao erário (REsp 1.112.895/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/11/2009). No mesmo sentido, a Corte Superior, no julgamento do AgInt no REsp 2.117.903/RN, firmou que os efeitos da pandemia da Covid-19, embora reconhecidamente extraordinários, não afastam, por si sós, a responsabilidade contratual assumida, sendo imprescindível a demonstração concreta do desequilíbrio econômico-financeiro da avença.

De forma alinhada, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás também consolidou entendimento no sentido de que a mera ocorrência da pandemia da Covid-19 não configura, isoladamente, excludente de responsabilidade pelo descumprimento de obrigações contratuais, exigindo-se a efetiva demonstração de prejuízo insuperável para o cumprimento das avenças (Apelação Cível nº 5505080-80.2021.8.09.0051, Rel. Des. Diác. Delintro Belo de Almeida Filho, DJe 10/07/2023).

Dessa forma, ausente comprovação de fato impeditivo ou justificativa legalmente aceita, resta configurada a inexecução contratual injustificada, com violação ao edital e aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da supremacia do interesse público.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, na Cláusula 16.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2021 SRP - SAÚDE, e considerando a jurisprudência aplicável, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000025540-6

SEI Nº 7014327v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 190/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa DROGAFONTE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.778.201/0001-26, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega de itens constantes do Empenho nº 0045 (Nitroprussiato Sódio 25mg/ml C/ 5 AMP 2ML), referente ao Pregão Eletrônico nº 76/2019 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 010/2020, Processo BEE nº 35822.

A sanção foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 2699/2023 (SEI nº 2230636), que acolheu o Parecer Jurídico nº 1488/2023 (SEI nº 2216239), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 2784974), alegando, em síntese, que a empresa enfrentou dificuldades junto aos seus fornecedores no recebimento dos produtos, em decorrência, sobretudo, da escassez de matérias primas no mercado - impacto da Covid-19, cujas consequências afetaram e persistem a afetar diversos setores econômicos, principalmente, o setor de produção de materiais hospitalares.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1432/2023 (SEI nº 2787767), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 2216239. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 3854/2023 (SEI nº 2795043), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Conforme registrado nos autos, a empresa foi formalmente intimada em 1º de março de 2021 para proceder à entrega dos itens no prazo de 15 dias corridos, conforme disposto na Cláusula 13.6.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 076/2019 SRP - SAÚDE, expirando-se o prazo em 16 de março de 2021. A entrega, no entanto, somente foi efetivada em 23 de junho de 2021, configurando um atraso de 114 dias, o que caracteriza inexecução total do objeto contratual, nos termos da Cláusula 14.2.3.1 do edital.

Nos termos do próprio edital (SEI nº 1025898, fls. 23), a contratada deveria cumprir a entrega no seguinte prazo:

13.6.1. A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da emissão/retirada da ordem de compra/nota de empenho ou pedido de fornecimento.

Além disso, caso anteviesse a impossibilidade de atender ao prazo estabelecido, incumbia-lhe notificar a Administração com a antecedência mínima de 24 horas:

13.6.2. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa vencedora, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega.

13.6.3. A comprovação da força maior, a que alude o item anterior, não eximirá a empresa vencedora da obrigação de ressarcir a Secretaria Municipal de Saúde pelos custos que vier a ter para suprir suas necessidades administrativas, até o recebimento dos respectivos materiais.

Ao participar do certame, a contratada assumiu a obrigação de entregar os bens nos prazos e condições estipulados, afirmando dispor de todos os meios necessários para o cumprimento da proposta. A inadimplência contratual restou evidenciada, sem qualquer requerimento de prorrogação dentro do prazo ou comprovação de causa impeditiva superveniente.

As alegações genéricas de escassez de insumos e os reflexos da pandemia, conquanto relevantes em termos contextuais, não foram acompanhadas de documentação robusta e específica que demonstre o nexo direto entre os efeitos da crise sanitária e a impossibilidade concreta de cumprimento da obrigação. Tampouco foi formalizado, de forma tempestiva, pedido de reequilíbrio ou de dilação de prazo com base em força maior.

Segundo entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, o inadimplemento contratual enseja a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação, independentemente de culpa ou prejuízo direto à Administração (STJ, REsp 1.112.895/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/11/2009). Ademais, a Corte assentou que a pandemia de Covid-19, embora fato extraordinário, não exonera, por si só, o cumprimento das obrigações assumidas, sendo necessária a comprovação de desequilíbrio contratual efetivo (STJ, REsp 2.070.354/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 23/11/2023).

Dessa forma, o descumprimento contratual restou configurado, com possível impacto na prestação do serviço público de saúde, o que impõe a preservação da sanção imposta. Ressalte-se que o procedimento sancionador observou as garantias do contraditório e da ampla defesa, inclusive em sede recursal.

A penalidade encontra respaldo no art. 87, inciso II, da Lei federal de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como na Cláusula 14.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 076/2019 SRP - SAÚDE, que prevê a aplicação de multa de 30% sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total do objeto por atraso superior a 30 dias.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993 e na Cláusula 14.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 076/2019 SRP - SAÚDE, conheço do recurso interposto por DROGAFONTE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 191/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa VITTALEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.174.668/0001-20, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pelo atraso na entrega de itens constantes dos Empenhos nº 88 (Capa para colchão) e 128 (Capa para colchão) referente à Ata de Registro de Preços nº 067/2020, Pregão Eletrônico nº 33/2020 SRP - SAÚDE.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 958/2023 (SEI nº 1411946), que acolheu o Parecer Jurídico nº 429/2023 (SEI nº 1400946), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 2864857), alegando, em síntese, que "O atraso configurado no caso vertente, foi totalmente justificado, na medida em que o mercado nacional passava por comprovada instabilidade naquela ocasião, o que resultou na dificuldade extremada na obtenção das matérias primas utilizadas na fabricação dos produtos, o que afigura-se como verdadeiro fato imprevisível, totalmente alheio ao controle da Recorrente."

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1483/2023 (SEI nº 2865271), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 1400946. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 4079/2023 (SEI nº 2866600), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Conforme se verifica dos autos, a empresa foi formalmente intimada em 15 de outubro de 2020 para a entrega dos itens e deveria ter cumprido a obrigação no prazo de 15 dias, conforme estipulado na Cláusula 13.6.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2020 SRP - SAÚDE. No entanto, a entrega somente foi realizada em 19 de março de 2021, o que configura atraso superior a 4 (quatro) meses. A justificativa apresentada pela contratada, sobre a escassez de matéria-prima no mercado, não foi formalizada nos termos do edital (Cláusula 13.6.2) dentro do prazo legal, tampouco se amolda aos requisitos legais para caracterização de força maior ou caso fortuito.

Como elencado no bojo do Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2020 SRP - SAÚDE, Cláusula 13 que trata do Fornecimento (SEI nº 1001180, fls. 19), a empresa deveria realizar a entrega do material no prazo de 15 dias corridos, como abaixo transcrito:

13.6.1- A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados a partir da emissão/retirada da ordem de compra/nota de empenho ou pedido de fornecimento.

13.6.2- O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa vencedora, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega.

A conduta da contratada se mostra em desacordo com as disposições editalícias e contratuais, pois, ao efetuar a entrega fora do prazo, comprometeu o regular abastecimento da rede pública de saúde, setor em que a previsibilidade e o cumprimento dos prazos são essenciais à continuidade dos serviços e à proteção do interesse público.

Verifica-se que o procedimento sancionatório foi conduzido com observância do devido processo legal, sendo oportunizada à contratada a apresentação de defesa prévia e recurso, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

As alegações recursais, contudo, não são aptas a elidir a penalidade imposta. A alegação de dificuldades operacionais ou logísticas na cadeia produtiva, especialmente quando relacionadas a problemas com fornecedores, configura risco ordinário da atividade comercial assumida pela contratada ao aderir às condições do edital, não caracterizando, portanto, caso fortuito ou força maior.

Conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, não se caracteriza caso fortuito ou força maior a ocorrência de fatos que guardem relação direta com os riscos próprios da atividade desempenhada pelo contratado. Assim, é incabível a aplicação da teoria da imprevisão quando ausente prova de evento externo, excepcional, imprevisível e inevitável que tenha tornado impossível o adimplemento da obrigação.

Destaca-se, nesse sentido, o seguinte excerto da decisão proferida no AREsp 2296004/SP:

Não houve a ocorrência de força maior, pois a empresa estava ciente desde quando participou da licitação que o prazo de entrega dos produtos era de 15 dias, após a retirada da nota de empenho [...] A morosidade dos trâmites alfandegários para a importação de insumos, o excesso de demanda e eventuais inconsistências operacionais ou logísticas não consubstanciam fatos imprevisíveis, mormente considerando o ramo de atuação da autora. É dizer, não se considera caso fortuito ou de força maior fato que guarde relação causal com o risco inerente à própria atividade desenvolvida pela autora. (STJ, AREsp 2296004/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 27/06/2023)

No caso concreto, a contratada assumiu, ao aderir à licitação, a obrigação de entregar os produtos no prazo estipulado, responsabilizando-se pelos riscos ordinários de sua atividade. A ausência de estoque, dificuldades de obtenção de insumos ou variações de mercado são elementos previsíveis no setor e não justificam o inadimplemento.

A sanção aplicada encontra amparo na Cláusula 14.2.3.1 do edital, que prevê a aplicação de multa de 30% sobre o valor do contrato em caso de atraso superior a 30 dias, caracterizando-se como inexecução total. O procedimento observou o devido processo legal, com garantia do contraditório e ampla defesa, e a dosimetria da penalidade respeitou os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na cláusula 14.2.3.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 033/2020 SRP - SAÚDE, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa VITTALEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa sancionada e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 192/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.944.371/0001-04, em face da penalidade de multa de 10% sobre o valor total do contrato, aplicada em razão de descumprimento contratual referente à entrega do item “Clomipramina Cloridrato 25mg comprimido”, constante do Empenho nº 093, vinculado à Ata de Registro de Preços nº 093/2021, Pregão Eletrônico nº 032/2021 – SRP, BEE nº 46796.

A penalidade foi imposta pelo Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 1371/2022 (SEI nº 0483949), com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 15, § 2º, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019, e na Cláusula 16.2.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2021 – SRP, conforme Parecer Jurídico nº 200/2022 (SEI nº 0475501) da Chefia da Advocacia Setorial. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 0606783), alegando, em síntese, que o atraso decorreu de falha exclusiva do fabricante (EMS), em razão de alta demanda do produto no mercado, e que teria atuado com diligência, não havendo má-fé ou prejuízo à Administração. Requereu, assim, o afastamento ou a mitigação da penalidade aplicada.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial, que, por meio do Despacho nº 783/2022 (SEI nº 0667690), opinou pela sua rejeição. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, mediante o Despacho nº 1731/2022 (SEI nº 0670256), ratificou a penalidade e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Nos termos da Cláusula 13.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2021 – SRP (SEI nº 0442857, fl. 23), a contratada deveria entregar o item em até 20 (vinte) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho ou da ordem de fornecimento. A empresa foi devidamente intimada em 29 de outubro de 2021 (Intimação nº 329/2021 – SEI nº 0412205, fl. 4), devendo concluir a entrega até 18 de novembro de 2021. Contudo, a entrega ocorreu apenas em 8 de dezembro 2021, totalizando 20 dias de atraso (SEI nº 0412205, fl. 9).

Nos termos da Cláusula 16.2.1.1 do Edital, atrasos entre o 16º e o 20º dia ensejam a aplicação de multa compensatória de 10% sobre o valor da prestação não cumprida, e não sobre o valor total do contrato.

Embora a empresa não tenha suscitado expressamente vício quanto à base de cálculo da penalidade, constata-se que a decisão administrativa que aplicou a multa contrariou o disposto no instrumento convocatório. A legalidade do ato administrativo é princípio basilar da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e a vinculação ao edital constitui exigência expressa do art. 41 da Lei federal nº 8.666, de 1993.

A correção da penalidade deve, portanto, ser promovida de ofício, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "a Administração pode anular seus

próprios atos, quando eivados de vício que os torne ilegais, porque deles não se originam direitos..."

A responsabilização da contratada por falhas no fornecimento do item é objetiva e independe de comprovação de dolo ou prejuízo, conforme reiteradamente decidido pelo Superior Tribunal de Justiça: "Comprovado de forma inequívoca o inadimplemento contratual, incide a multa prevista no contrato, sendo desnecessária a comprovação de prejuízo para sua aplicação" (REsp 2.103.407, DJe 06/11/2023). Eventuais dificuldades enfrentadas por fornecedores integram os riscos da atividade empresarial e não constituem força maior (STJ, AREsp 2296004/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 27/06/2023).

O procedimento sancionador observou o devido processo legal, com intimação regular, possibilidade de defesa e interposição de recurso.

À vista do exposto, em atenção ao princípio da fungibilidade recursal, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, mas nego-lhe provimento. Todavia, no exercício do poder de autotutela, REFORMO DE OFÍCIO a decisão administrativa anterior, para aplicar a penalidade de MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação não cumprida (objeto do Empenho nº 093), em conformidade com a Cláusula 16.2.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2021 – SRP, mantido o fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993 e no art. 15, § 2º, do Decreto nº 2.271, de 2019.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa sancionada, recálculo da multa com base no valor da prestação não cumprida, e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000015017-5

SEI Nº 7014600v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 193/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, em face da penalidade de multa de 7% sobre o valor total do contrato, aplicada em razão de descumprimento contratual referente à entrega do item “Anlodipino Besilato 5mg comprimido”, constante do Empenho nº 0026, referente à Ata de Registro de Preços nº 016/2021, Pregão Eletrônico nº 093/2020 – SRP, BEE nº 39989.

A penalidade foi imposta pelo Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 1401/2022 (SEI nº 0493422), com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas Cláusulas 19.1 e 19.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 093/2020 – SRP, conforme parecer jurídico emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde (Parecer nº 210/2022 – SEI nº 0492528). A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 0752004), alegando, em síntese, que efetuou o faturamento do item dentro do prazo contratual e que o atraso decorreu exclusivamente de falha logística da transportadora terceirizada (Braspress), fato que caracterizaria evento externo, imprevisível e inevitável. Sustenta ainda que agiu com diligência, sem má-fé, e que não houve prejuízo à Administração, razão pela qual requer o afastamento da penalidade ou sua substituição por advertência, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde, que, no Despacho nº 970/2022 (SEI nº 0865052), opinou pela sua rejeição, por ausência de fundamentos fáticos ou jurídicos capazes de infirmar a penalidade aplicada. O Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 2136/2022 (SEI nº 0866859), ratificou integralmente a decisão e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, conforme § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Nos termos da Cláusula 16.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 093/2020 – SRP, a contratada deveria realizar a entrega do item em até 20 (vinte) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento. Conforme consta nos autos, a empresa tomou ciência da Intimação nº 172/2021 em 6 de agosto de 2021, fazendo com que o prazo contratual expirasse em 26 de agosto de 2021. No entanto, a entrega efetiva somente ocorreu em 9 de setembro de 2021, com 14 (quatorze) dias de atraso, conforme nota fiscal e comprovante de recebimento apresentados pela própria recorrente (SEI nº 0400414, fl. 15).

Embora a empresa atribua a mora exclusivamente à transportadora, é certo que a contratada assume os riscos pela integral execução do contrato, inclusive em relação a serviços logísticos que venha a subcontratar. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que a responsabilidade do contratado é objetiva, não sendo afastada por falha de terceiros (STJ, AgRg no AREsp 1.222.321/RS, DJe 18/09/2020). Nesse sentido, a morosidade no transporte não configura caso fortuito ou força maior, mas risco ordinário da atividade comercial, como reafirmado no seguinte precedente: “Não se considera caso fortuito ou de

força maior fato que guarde relação causal com o risco inerente à própria atividade desenvolvida pela autora” (STJ, AREsp 2296004/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 27/06/2023).

A sanção aplicada possui respaldo na Cláusula 19.2 do Edital do certame, que prevê multa de mora de 0,5% ao dia de atraso injustificado, limitada a 15 dias. Aplicada ao caso concreto, a multa de 7% é proporcional aos 14 dias de atraso e obedece ao princípio da legalidade estrita, que vincula a Administração aos critérios objetivos previamente fixados no edital. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “comprovado de forma inequívoca o inadimplemento contratual, incide a multa prevista no contrato, sendo desnecessária a comprovação de prejuízo para sua aplicação” (REsp 2.103.407, DJe 06/11/2023). E mais: “Multas contratuais por inexecução parcial e irregularidades aplicadas corretamente, em consonância com o previsto no edital” (AREsp 1.080.453/SP, DJe 20/04/2018).

Ressalte-se, por fim, que o procedimento observou integralmente o devido processo legal, com a intimação da contratada, garantia de defesa prévia e possibilidade de recurso. Inexistem nos autos quaisquer vícios de legalidade ou abuso de poder que justifiquem a invalidação da sanção imposta.

À vista do exposto, conheço do recurso interposto pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo integralmente a penalidade de multa de 7% (sete por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada no Despacho nº 1401/2022, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, e nas Cláusulas 19.1 e 19.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 093/2020 – SRP/Saúde.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa sancionada e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000014685-2

SEI Nº 7014686v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 194/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa STÚDIO BASE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ nº 37.270.269/0001-06, em face do Despacho nº 1692/2022 (SEI nº 0649694), proferido pelo Secretário Municipal de Saúde, que acolheu o Parecer Jurídico nº 257/2022 (SEI nº 0588859) e aplicou a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, em razão da inexecução total do item “Aparelho Telefone com Headset”, constante do Empenho nº 0002, vinculado ao Processo BEE nº 37774, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na cláusula 10.6 do Termo de Referência e no art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019.

A recorrente alega, em síntese: (i) que a mercadoria foi remetida à cidade de Goiânia em tempo hábil (24/08/2021) e que a transportadora registrou sua chegada em 27/08/2021; (ii) que as tentativas de entrega em 01/09/2021 e 09/09/2021 não se concretizaram por falhas atribuídas ao Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde; (iii) que houve atuação diligente da empresa, com contatos por e-mail e telefone, e que eventual atraso foi causado exclusivamente por terceiros (transportadora e Administração); e (iv) que a penalidade aplicada seria desproporcional, pleiteando a anulação da multa ou, subsidiariamente, sua redução para 10%.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, por meio do Despacho nº 493/2023 (SEI nº 1571177), manifestou-se pela manutenção da penalidade, por não identificar argumentos jurídicos e fáticos capazes de infirmar a fundamentação do parecer anteriormente exarado. Na mesma linha, o Secretário Municipal de Saúde, mediante Despacho nº 1258/2023 (SEI nº 1579603), ratificou a penalidade e determinou o envio dos autos à instância superior, em atenção ao disposto no § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

1. Das alegações recursais

1.1 Do prazo contratual e caracterização da mora

A Cláusula 5.1 do Termo de Referência exige a entrega dos bens no prazo de 15 dias corridos contados do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de fornecimento, conforme preconizado também no art. 66 da Lei federal nº 8.666, de 1993. A contratada confirmou o recebimento da Intimação nº 168/2021 em 18 de agosto de 2021 (SEI nº 0413019, fl. 4), fixando o termo final para entrega em 2 de setembro de 2021.

Consta dos autos que a entrega efetiva do material ao Almoxarifado Central ocorreu apenas em 7 de outubro de 2021 (SEI nº 0553462), ou seja, com 35 dias de atraso em relação ao prazo final, o que configura inexecução total do objeto, conforme Cláusula 10.6 do Termo de Referência e art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 2019.

Não há nos autos comprovação de pedido formal de prorrogação, tampouco comunicação prévia à Administração no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes do vencimento contratual, como exigido na Cláusula 7.1.4 do Termo de Referência.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, comprovado o inadimplemento contratual e inexistente pedido tempestivo de prorrogação, a sanção prevista contratualmente pode ser aplicada de forma objetiva, independentemente de gradação adicional (STJ, REsp 2.103.407, DJe 06/11/2023).

1.2 Responsabilidade de terceiros / falha do órgão recebedor

Embora a empresa alegue que houve tentativa de entrega e que esta teria sido rejeitada injustificadamente pela Administração ou mal conduzida pela transportadora, não há prova robusta de que as supostas falhas de recepção foram determinantes para o atraso. A jurisprudência administrativa e judicial é pacífica em exigir prova cabal e contemporânea da excludente de responsabilidade, ônus que não foi atendido no presente caso (cf. STJ, AgRg no AREsp 1.222.321/RS, DJe 18/09/2020).

A contratada, ao optar por transporte terceirizado, assume os riscos do serviço de entrega, não sendo possível transferir à Administração a responsabilidade por problemas logísticos alheios à sua atuação direta.

Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no ARE 1.516.298/DF (DJe 01/10/2024), “incorrendo o contratado em inexecução contratual total ou parcial naquilo que avençara, a Lei de Licitações prevê, como corolário do injustificado descumprimento contratual, a aplicação de penalidades”, não sendo cabível a exclusão da sanção com base em alegações genéricas de falha da Administração.

1.3 Garantia do contraditório e da ampla defesa

Restou resguardado o exercício do contraditório e da ampla defesa, com a expedição de intimação, recebimento da defesa escrita, emissão de parecer jurídico fundamentado, decisão administrativa e possibilidade de interposição de recurso administrativo, ora examinado.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, ausente vício formal no procedimento e garantidos os direitos de manifestação e contraditório, a sanção administrativa não pode ser afastada por mero inconformismo do particular (STJ, AREsp 2.428.125, DJe 10/11/2023).

1.4 Dosimetria da penalidade

A penalidade aplicada de 30% sobre o valor total do contrato encontra previsão expressa na Cláusula 10.6 do Termo de Referência, com respaldo legal no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. O atraso superior a 30 dias é expressamente caracterizado como inexecução total, e a multa é de natureza compensatória e automática, cuja aplicação não depende de gradação discricionária, salvo comprovação de excludente ou circunstância atenuante relevante, o que não restou evidenciado.

De acordo com a Corte Superior, “não cabe ao Poder Judiciário intervir no mérito das decisões tomadas pela Administração Pública, devendo apenas avaliar a legalidade dos procedimentos, especialmente quando a sanção aplicada encontra amparo no contrato e na lei” (STJ, AREsp 2.648.816, DJe 19/12/2024).

Ademais, é pacífico que a dosimetria das sanções contratuais está inserida na esfera da discricionariedade técnica da Administração, cabendo sua aplicação sempre que configurada a hipótese contratual (STJ, REsp 2.029.798, DJe 25/10/2022).

2. Dispositivo

À vista do exposto, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa STÚDIO BASE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, mas nego-lhe provimento, mantendo integralmente a penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada no Despacho nº 1692/2022, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, na cláusula 10.6 do Termo de Referência e no art. 15, § 4º, do Decreto nº 2.271, de 2019.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa sancionada, cobrança da multa com as devidas atualizações legais e adoção das demais providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000015041-8

SEI Nº 7014751v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 195/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ nº 06.065.614/0001-38, contra a penalidade de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, imposta em razão de atraso superior a 30 dias na entrega do item Glicose 5% solução injetável 500 ml, vinculado à Nota de Empenho nº 051/2022, do Pregão Eletrônico nº 056/2021 – SRP SAÚDE e Ata de Registro de Preços nº 179/2021.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 1102/2023 (SEI nº 1492550), com fundamento no Parecer Jurídico nº 496/2023 (SEI nº 1484520), após regular tramitação do procedimento sancionador. Em seu recurso (SEI nº 1890359), a empresa requer, preliminarmente, a concessão de efeito suspensivo, nos termos do § 2º do art. 109 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. No mérito, sustenta que o atraso decorreu de fato imprevisível e alheio à sua vontade, consistente no desabastecimento da fabricante EUROFARMA, que teria assumido a responsabilidade pela não entrega. Aduz ainda ter agido com boa-fé e diligência ao propor substituição do produto, sem causar prejuízo à Administração. Por fim, requer, alternativamente, a substituição da multa por advertência e sugere a adoção de solução consensual do conflito, com base nos arts. 3º e 174 do Código de Processo Civil e na Lei federal nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, constata-se que os argumentos apresentados pela empresa já foram devidamente enfrentados no Parecer Jurídico nº 496/2023, que opinou pela manutenção da penalidade. Ainda assim, procede-se à reavaliação dos fatos e fundamentos recursais.

A empresa alega que o atraso decorreu de situação imprevisível, atribuída à fabricante, e que, por essa razão, não poderia ser penalizada. Contudo, tal justificativa não prospera. Nos termos do art. 66 da Lei federal nº 8.666, de 1993, o contratado responde pelas consequências da inexecução total ou parcial do contrato. Ao participar do certame e aceitar as condições do edital, a empresa assumiu integralmente o risco do fornecimento, inclusive quanto à logística e disponibilidade dos produtos ofertados, não sendo admissível repassar à Administração os efeitos do inadimplemento do fabricante.

Dos documentos constantes dos autos, verifica-se que a empresa confirmou o recebimento da Intimação nº 138/2022 em 27/05/2022 (evento SEI nº 0383983, fl. 7). A Cláusula 13.5 do edital previa o prazo de 20 dias corridos para entrega dos itens após o recebimento da intimação, o que fixava como data limite o dia 16/06/2022. Entretanto, conforme comprovam os Relatórios de Entrada de Material (SEI nº 1277887, fls. 2 e 4), o item foi entregue apenas em 30/06/2022 e 02/09/2022. Assim, restou configurado atraso superior a 30 dias no cumprimento contratual, caracterizando inexecução total do objeto, nos termos da Cláusula 16.2.3.1 do edital.

Não há, nos autos, qualquer pedido formal e tempestivo de prorrogação com fundamento no art. 57, § 1º, II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Os e-mails apresentados pela empresa tampouco constituem prova suficiente da ocorrência de força maior ou fato excepcional, já que não possuem caráter oficial e nem partem de fonte inequívoca. Além disso, a empresa não demonstrou ter buscado fornecedores alternativos ou tomado providências objetivas para evitar o inadimplemento.

É importante destacar que, no regime jurídico dos contratos administrativos, a responsabilidade do contratado é objetiva, independentemente da existência de dolo ou culpa. A alegação de boa-fé ou de ausência de prejuízo direto à Administração não tem o condão de afastar a aplicação de penalidades previstas em cláusulas contratuais vinculadas, conforme já assentado pelo Superior Tribunal de Justiça no AgInt no REsp 2.117.903/RN (Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 20/11/2023), bem como pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1727/2006 – 1ª Câmara.

No que diz respeito à proposta de solução consensual de conflitos, cumpre esclarecer que os mecanismos previstos no Código de Processo Civil e na Lei federal nº 13.140, de 26 de junho de 2015 são inaplicáveis à hipótese, pois a penalidade aplicada decorre de cláusula objetiva do edital e se impõe à Administração de forma vinculada. A adoção de transação para elidir o cumprimento de sanção legalmente prevista comprometeria os princípios da legalidade, isonomia e moralidade administrativa.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, na Cláusula 16.2.3.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 056/2021 – SRP SAÚDE, e no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, mas nego-lhe provimento, mantendo-se integralmente a penalidade de multa compensatória de 30% sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa recorrente e demais providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000013982-1

SEI Nº 7014863v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 196/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa SISPACK MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.565.478/0001-98, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega dos Empenhos nº 0035 e 0177, Pregão Eletrônico nº 037/2021 SRP “Mista” - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 105/2021, Processo BEE nº 45538.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 848/2023 (SEI nº 1357830), que acolheu o Parecer Jurídico nº 396/2023 (SEI nº 1350769), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 1611750), alegando ocorrência de fato excepcional relacionado a entraves logísticos e cambiais da importação de insumos oriundos da Argentina, além de ausência de dolo ou má-fé, e suposta demora da Administração quanto à destinação de equipamentos em comodato.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 511/2023 (SEI nº 1622518), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 1350769. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 1372/2023 (SEI nº 1626264), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

A empresa afirma ter efetuado a entrega do item contratado em 14 de dezembro de 2021, conforme e-mail supostamente emitido por servidor municipal e comprovante de rastreio da transportadora. No entanto, conforme consta do Despacho nº 10/2023 (SEI nº 0904010), a entrada oficial do material no Almoxarifado Central foi registrada em 17 de janeiro de 2022, mais de 40 dias após a expiração do prazo contratual, que findou em 2 de dezembro de 2021, nos termos do item 13.5 do edital e da intimação recebida em 24 de novembro de 2021 (SEI nº 0835088).

A suposta divergência entre o e-mail e os registros oficiais não possui força suficiente para infirmar a informação constante nos autos públicos e formalizados pela Administração, mormente diante da ausência de comprovante fiscal (canhoto da nota fiscal com data e assinatura de recebimento) que ateste a entrada do produto na rede pública antes da data mencionada no sistema oficial. Desse modo, a alegação recursal carece de respaldo probatório mínimo, sendo insuscetível de infirmar a documentação administrativa regularmente constituída. Registre-se que a mera emissão da nota fiscal ou rastreamento de transporte não configura entrega válida, conforme reiterada jurisprudência administrativa.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que ‘jamais o recebimento provisório de obra se comprovaria apenas com um simples protocolo’ (AREsp 2105070/RS, 2ª Turma, j. 17.6.2022). Do mesmo modo, notas fiscais desacompanhadas de comprovante de entrega não

fazem prova da efetiva disponibilização do objeto (TJ-GO, AC 5047699-19.2020, j. 15.7.2024). Logo, a emissão da NF ou o rastreamento logístico não bastam para caracterizar entrega válida; exige-se recibo ou termo de recebimento expedido pelo Almoxarifado

A recorrente sustenta que o edital previa o prazo de 20 dias corridos para entrega, e não 10, conforme considerado no Despacho. No entanto, a cláusula 7.1 da Minuta Contratual estabelece que o fornecimento seria realizado conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde “até 20 (vinte) dias” a partir da ordem de fornecimento, o que não impõe prazo fixo mínimo, mas prazo máximo de atendimento, podendo a Administração determinar prazo menor, como ocorreu no caso concreto. A contagem de 10 dias corridos constava da ordem de fornecimento enviada em 24 de novembro de 2021, documento formal e vinculante (SEI nº 0835088, fl. 2). Portanto, a empresa tinha ciência do prazo aplicável e deveria tê-lo observado rigorosamente.

Quanto à alegação de caos logístico internacional, importa destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente decidido que a pandemia, por si só, não afasta a responsabilidade contratual, salvo se demonstrado o desequilíbrio efetivo e específico na relação obrigacional:

A pandemia da COVID-19, embora constitua fato extraordinário e imprevisível, não afasta, por si só, os efeitos das obrigações assumidas contratualmente, sendo necessária a demonstração efetiva do desequilíbrio da relação negocial, o que não restou comprovado nos presentes autos. (STJ, REsp 2.070.354/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 02/08/2022)

Desse modo, a revisão de contratos paritários com fulcro nos eventos decorrentes da pandemia não pode ser concebida de maneira abstrata, mas depende, sempre, da análise da relação contratual estabelecida entre as partes, sendo imprescindível que a pandemia tenha interferido de forma substancial e prejudicial na relação negocial. (STJ, AREsp 2.542.520/SP, publicado em 05/04/2024)

No presente caso, a empresa limita-se a afirmar genericamente a existência de entraves, sem apresentar qualquer documentação contemporânea ou solicitação formal de prorrogação de prazo nos termos do edital, o que evidencia a ausência de diligência contratual. A ausência de providência mínima de comunicação à Administração quanto ao suposto fato impeditivo reforça a configuração da mora.

A recorrente sustenta que não houve má-fé e que a penalidade deve ser revista por ausência de prejuízo. No entanto, conforme a jurisprudência da Corte Superior, a aplicação de sanções contratuais independe da demonstração de dolo ou prejuízo efetivo à Administração: “O inadimplemento contratual autoriza a aplicação de penalidades previstas no contrato e na legislação de regência, independentemente da demonstração de dolo, má-fé ou prejuízo direto à Administração Pública.” (REsp 1.112.895/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/11/2009).

A empresa alega que sua defesa não foi apreciada e que houve irregularidade no rito procedimental. Contudo, verifica-se que o procedimento administrativo tramitou com regularidade, tendo a defesa sido juntada e posteriormente analisada no Despacho nº 511/2023 (SEI nº 1622518), no qual a Chefia da Advocacia Setorial manifestou-se pela manutenção da penalidade, com análise específica dos fundamentos apresentados. Logo, a alegação de cerceamento de defesa se mostra infundada.

Por fim, a recorrente invoca o princípio da autotutela para requerer a revisão do ato punitivo. Entretanto, não restou demonstrada qualquer ilegalidade ou vício insanável que imponha sua anulação do ato administrativo. O ato encontra-se adequadamente fundamentado, com base contratual e legal, e foi precedido de ampla oportunidade de manifestação da empresa. A autotutela administrativa não se presta à revisão discricionária de penalidades regularmente aplicadas com base na legalidade e nos fatos apurados.

O fundamento jurídico da sanção está claramente estabelecido no item 16.2.3.1 do edital e no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo proporcional à gravidade da infração e compatível com a finalidade de resguardar o interesse público, notadamente diante dos prejuízos causados ao abastecimento da rede pública de saúde. Dessa forma, não há, no recurso apresentado, fundamentos capazes de afastar ou mitigar a penalidade imposta. O inadimplemento contratual restou configurado e a sanção aplicada observa os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, e considerando o item 16.2.3.1 do Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico nº 037/2021 SRP “Mista” - SAÚDE, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa SISPACK MEDICAL LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000026944-0

SEI Nº 7014914v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 197/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.782.733/0001-49, em face da penalidade de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, aplicada em razão de descumprimento contratual pela não entrega do Empenho nº 70, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 065/2021 SRP, Ata de Registro de Preços nº 145/2021.

A sanção foi imposta pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 801/2023 (SEI nº 1338862), que acolheu integralmente o Parecer Jurídico nº 359/2023 (SEI nº 1337061), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso (SEI nº 1606312), alegando que a inadimplência da Administração quanto a obrigações relativas ao Empenho nº 63 teria ensejado a suspensão do fornecimento do Empenho nº 70, requerendo o afastamento da penalidade sob o argumento da exceção do contrato não cumprido, nos termos do art. 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O recurso foi analisado pela Advocacia Setorial no Despacho nº 512/2023 (SEI nº 1622601), que opinou pela manutenção da penalidade, por ausência de nexo direto entre a suposta inadimplência da Administração e o contrato inadimplido. Destacou-se que a empresa não apresentou documentos que comprovassem desequilíbrio financeiro no Empenho nº 70, tampouco protocolizou pedido formal de prorrogação do prazo de entrega nos moldes exigidos pelo edital.

O Secretário Municipal de Saúde emitiu o Despacho nº 1370/2023 (SEI nº 1626123), no qual ratificou a penalidade e determinou a remessa dos autos para deliberação superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

As razões do recurso concentram-se na tese da exceção do contrato não cumprido, prevista no inciso XV do art. 78 da Lei federal nº 8.666, de 1993. No entanto, tal instituto somente se aplica quando o inadimplemento da Administração ocorre no âmbito do mesmo contrato em que se exige o cumprimento da obrigação pela contratada. No presente caso, a empresa alega inadimplemento relacionado ao Empenho nº 63, enquanto a penalidade decorre da inexecução do Empenho nº 70, não havendo correlação direta que justifique a suspensão unilateral das obrigações assumidas no contrato.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a exceção do contrato não cumprido exige inadimplemento substancial e deve incidir no mesmo vínculo contratual. Nesse sentido:

A arguição da *exceptio non adimpleti contractus* exige que o inadimplemento seja substancial, relevante, a ponto de causar desproporcionalidade na sinalagma entabulada entre os contratantes. (STJ - REsp: 1907391 RJ 2019/0164221-0, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 22/06/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2021).

A recusa da parte em cumprir sua obrigação deve guardar proporcionalidade com a inadimplência do outro, não havendo de se cogitar da arguição da exceção de contrato não cumprido quando o descumprimento é parcial e mínimo (REsp 981.750/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe 23/4/2010). (STJ - REsp: 1345653 SP 2011/0197772-0, Relator.: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 04/12/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/02/2013 RSTJ vol . 229 p. 416).

O Supremo Tribunal Federal reforça esse entendimento ao assentar que "A essencialidade do fornecimento impede a suspensão ou retardamento do cumprimento contratual com base em inadimplemento de contratos anteriores, sendo ineficaz a invocação da exceção do contrato não cumprido nessa hipótese." (ARE 1.516.298/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 01/10/2024).

Ademais, em situação análoga, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu que a ausência de notificação prévia à Administração e a inexistência de demonstração de desequilíbrio financeiro no contrato inadimplido obstam o acolhimento da tese de exceção do contrato não cumprido, ainda que haja atraso superior a 90 dias (REsp 1.796.456/DF, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 22/04/2019).

No caso em tela, a empresa não comprovou qualquer tentativa formal de renegociação contratual ou solicitação de prorrogação do prazo de entrega. Tampouco demonstrou que eventual inadimplemento anterior teria comprometido sua capacidade de cumprir com a obrigação relativa ao Empenho nº 70. Sua conduta, portanto, configura inexecução total do objeto contratado, nos termos do item 16.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 065/2021 SRP.

A penalidade aplicada encontra respaldo legal no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, e nos dispositivos editalícios pertinentes. Ressalte-se, ainda, que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2077/2017 – Plenário, orienta os gestores públicos a adotarem providências sancionatórias diante de inexecuções contratuais, sob pena de responsabilização.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, e nos itens 16.2.3 e 16.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 065/2021 SRP, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Após, encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 198/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, em face da penalidade de multa de 2% sobre o valor adjudicado, aplicada em razão de descumprimento contratual referente à não entrega, dentro do prazo, do Empenho nº 0083, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 46/2019 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 90/2019, cujo objeto era o fornecimento do medicamento Ácido Folínico – folinato de cálcio 15mg comprimido.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 749/2023 (SEI nº 1319214), com fundamento no Parecer Jurídico nº 263/2023 (SEI nº 1250345), emitido na fase de análise da defesa inicial apresentada pela empresa. Posteriormente, a interessada apresentou recurso administrativo (SEI nº 1614123), reiterando argumentos de vício procedimental relativo à ausência de abertura de prazo recursal específico e invocando a ocorrência de caso fortuito e força maior, com base nos efeitos da pandemia da Covid-19 e na suposta escassez de insumos.

O recurso foi examinado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde, que opinou pela sua improcedência no Despacho nº 508/2023 (SEI nº 1621778), uma vez que as alegações recursais limitaram-se a reproduzir fundamentos já anteriormente enfrentados na defesa prévia, não sendo trazidos elementos fáticos ou jurídicos novos capazes de infirmar a fundamentação do parecer jurídico anterior. O Secretário Municipal de Saúde, por sua vez, ratificou integralmente a penalidade por meio do Despacho nº 1376/2023 (SEI nº 1626523), determinando o encaminhamento dos autos à instância superior, conforme dispõe o § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Segundo os elementos constantes dos autos, a empresa foi formalmente intimada em 2 de outubro de 2020 para o fornecimento do item contratado, nos termos do item 13.6.1 do edital, com prazo de 20 dias corridos. A entrega, entretanto, somente ocorreu em 3 de dezembro de 2020, de forma parcial, conforme consta do Despacho nº 93/2021 (SEI nº 0761241, fl. 50), configurando atraso injustificado superior a 30 dias, o que caracteriza inexecução contratual parcial.

A análise da defesa apresentada na fase inicial foi objeto do Parecer Jurídico nº 263/2023, que apontou a ausência de comprovação idônea de caso fortuito ou força maior, destacando que a contratada não apresentou documentação hábil a demonstrar o nexos causal direto entre a pandemia e a falha no cumprimento da obrigação, tampouco solicitou prorrogação de prazo conforme exigido no item 13.6.2 do edital.

No recurso, a empresa não apresentou qualquer novo elemento de prova ou fato superveniente, limitando-se a reafirmar as dificuldades logísticas e operacionais decorrentes da pandemia, o que já havia sido enfrentado e afastado na análise inicial. Nessas condições, permanece plenamente aplicável a fundamentação jurídica do parecer anterior, que permanece íntegro e válido.

Importa destacar que, conforme jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, o inadimplemento contratual autoriza a aplicação de penalidades previstas no contrato e na legislação de regência, independentemente da existência de dolo, culpa ou demonstração de prejuízo direto à Administração Pública (STJ, REsp 1.112.895/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 10/11/2009).

Em sentido semelhante, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 2.070.354/SP, reconheceu que a pandemia da Covid-19, embora constitua fato extraordinário e imprevisível, não afasta, por si só, os efeitos das obrigações assumidas contratualmente, sendo necessária a demonstração efetiva do desequilíbrio da relação negocial, o que não restou comprovado nos presentes autos (STJ - REsp: 2070354 SP 2023/0070096-2, Relator.: Ministra Nancy Andrighi, Data de Julgamento: 20/06/2023, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/06/2023).

Assim, não se constata ilegalidade, desproporcionalidade ou ausência de motivação na decisão recorrida. A sanção imposta atende aos princípios da legalidade, razoabilidade e interesse público, diante do comprometimento no fornecimento de medicamento essencial à rede pública de saúde.

Dessa forma, não há, no recurso apresentado, fundamentos capazes de afastar a penalidade imposta. O inadimplemento contratual da empresa comprometeu o abastecimento de itens essenciais à rede pública de saúde, impactando diretamente o interesse público.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, e no item 14.2.2 do Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico nº 46/2019 SRP - SAÚDE, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000025019-6

SEI Nº 7015024v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 199/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.847.837/0001-10, em face da penalidade de multa de 20% sobre o valor da prestação não cumprida, aplicada em razão de descumprimento contratual consistente no atraso na entrega dos itens constantes da Nota de Empenho nº 0024, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 081/2020 SRP - SAÚDE e à Ata de Registro de Preços nº 006/2021.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 947/2023 (SEI nº 1404226), que acolheu integralmente o Parecer Jurídico nº 419/2023 (SEI nº 1387588), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 4656032), alegando que o atraso decorreu de culpa exclusiva do fabricante, caracterizando, segundo sua argumentação, fato de terceiro imprevisível e inevitável, o que afastaria sua responsabilidade pela mora.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1563/2024 (SEI nº 4687036), opinou pela manutenção da penalidade, visto que não foram articulados argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 1387588. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 3078/2024 (SEI nº 4730825), ratificou a manifestação anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Com base na análise detida dos elementos constantes nos autos do Processo SEI nº 22.29.000025463-9, constata-se que a penalidade foi aplicada em virtude de atraso injustificado na entrega dos itens Aciclovir 200mg, Clindamicina 300mg, Sinvastatina 10mg e Sinvastatina 20mg, relacionados à Nota de Empenho nº 0024, cujo prazo contratual de entrega expirou em 24 de agosto de 2021, nos termos da Cláusula 16.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 081/2020 SRP - SAÚDE.

A empresa recorrente alegou, em sua defesa e no recurso interposto, que os produtos foram entregues em 3 de setembro de 2021, sustentando que o atraso foi de apenas 11 dias, e que decorreu de fato de terceiro, atribuído ao fabricante dos medicamentos. Contudo, tal alegação não se sustenta à luz dos documentos oficiais constantes no processo administrativo.

Com efeito, conforme atestado pela Gerência de Assistência Farmacêutica no Despacho nº 1208/2021 (SEI nº 0779851, fl. 9), a efetiva entrada dos produtos no sistema da Secretaria Municipal de Saúde se deu em 23 de setembro de 2021, data corroborada pelo Relatório de Entrada de Notas Fiscais (fls. 10/14 do mesmo evento). Essa é a única data formalmente reconhecida como de entrega pelos órgãos competentes, independentemente da emissão prévia das notas fiscais pela contratada ou de eventual agendamento anterior.

Assim, o atraso foi de exatos 30 (trinta) dias, o que justifica a aplicação da multa no percentual de 20% (vinte por cento), conforme previsto no item 19.2.1.3 do edital, aplicável à inexecução parcial com atraso entre o 26º e o 30º dia. Ressalte-se que a contratada não apresentou qualquer solicitação tempestiva de prorrogação do prazo de entrega, tampouco demonstrou com documentação idônea a existência de força maior ou fato de terceiro comprovado, o que afasta a aplicação das excludentes previstas no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei federal nº 8.666, de 1993.

Quanto à alegação de ausência de dosimetria ou fundamentação no Despacho originário, cumpre observar que a penalidade aplicada foi expressamente embasada na legislação e no edital, conforme Parecer Jurídico nº 419/2023, o qual apresenta fundamentação detalhada, incluindo a fixação da sanção no exato patamar previsto para o grau de atraso verificado, não se tratando de aplicação genérica ou desproporcional.

Por fim, é importante destacar que não se aplica ao caso a teoria da imprevisão, pois, além de não caracterizado fato superveniente e imprevisível, o risco de eventual indisponibilidade momentânea de insumos no mercado é inerente à atividade do fornecedor e não o exime do cumprimento das obrigações assumidas. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente reconhecido que a simples alegação de majoração de custos, dificuldades logísticas ou inadimplemento por parte de fabricante não configura, por si só, excludente de responsabilidade contratual, tampouco autoriza a aplicação da teoria da imprevisão. Tais riscos são inerentes à atividade empresarial e foram assumidos voluntariamente pela contratada ao aderir ao certame (STF, ARE 1128926/SP, DJe 14/05/2018; STJ, REsp 2095001, DJe 01/12/2023; AgInt no AREsp 1036898/DF, DJe 12/06/2017).

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, no item 19.2.1.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 081/2020 SRP - SAÚDE e no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória de 20% sobre o valor da prestação não cumprida.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa recorrente e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000025463-9

SEI Nº 7015052v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 200/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 21.971.041/0001-03, em face da penalidade de multa de 30% sobre o valor total do contrato, em razão de descumprimento contratual pela não entrega do Empenho nº 0001, Pregão Eletrônico nº 066/2020 SRP - SAÚDE, Ata de Registro de Preços nº 109/2020, Processo BEE nº 37297.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 3678/2023 (SEI nº 2702853), que acolheu o Parecer Jurídico nº 1748/2023 (SEI nº 2532682), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 4706518), alegando que a não entrega da balança digital antropométrica se deu por aumento expressivo de custos e necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, o que teria sido comunicado à Administração sem que houvesse resposta tempestiva, razão pela qual pleiteia a anulação da penalidade ou sua conversão em advertência.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1571/2024 (SEI nº 4706603), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 2532682. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 3079/2024 (SEI nº 4730937), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

De acordo com os documentos constantes nos autos, a empresa foi regularmente intimada para efetuar a entrega do item contratado (balança digital antropométrica), cuja data limite, considerando o prazo contratual de 20 dias, expirou em 7 de outubro de 2021. A contratada, por sua vez, limitou-se a protocolar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o qual foi analisado e teve parecer jurídico desfavorável da Procuradoria-Geral do Município (Parecer nº 2085/2021 - SEI nº 0588793, fls. 1/24), acolhido pela autoridade competente (Despacho nº 4481/2021/GS - SEI nº 0588793, fl. 27). A empresa foi notificada da decisão em 29 de dezembro de 2021, mas não promoveu a entrega do item contratado nem apresentou qualquer nova justificativa ou comprovação de impedimento superveniente.

A tentativa de transferir à Administração a responsabilidade pela não entrega, sob o argumento de ausência de resposta ao pedido de reequilíbrio, não se sustenta. O dever contratual de entrega dos itens permanece íntegro enquanto não houver decisão favorável autorizando a revisão dos valores, o que não ocorreu. Ademais, os princípios da legalidade e da vinculação ao edital impõem ao licitante o dever de cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive quanto à previsão de riscos ordinários do mercado.

A Cláusula 13.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 066/2020 SRP - SAÚDE estabelece que o prazo máximo de entrega é de 20 (vinte) dias corridos após o recebimento da nota de empenho. Por sua vez, o item 16.2.3.1 do mesmo edital dispõe que, caracterizada a

inexecução total por atraso superior a 30 dias, será aplicada multa de 30% sobre o valor total do contrato.

A alegação de majoração de custos e dificuldades operacionais em razão da pandemia não afasta a responsabilidade da contratada, sobretudo diante da ausência de comprovação de fato imprevisível ou força maior, nos moldes exigidos pelo art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Em casos semelhantes, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido que, para fins de afastamento de sanção por inexecução contratual, é indispensável a demonstração cabal da imprevisibilidade e da absoluta impossibilidade de cumprimento da obrigação assumida (AgInt no REsp 1.653.133/SC, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 02/06/2017).

Acrescente-se que, conforme assentado no julgamento do AgInt no AREsp 1723287/SP (DJe 02/09/2024), a mera alegação de desequilíbrio contratual ou prejuízo econômico-financeiro não autoriza a inexecução contratual nem permite alterar unilateralmente a metodologia ou condições originalmente pactuadas. Ressaltou a Corte Superior que o “mero prejuízo ao erário não é motivo suficiente para se deixar de cumprir um contrato, alterando a forma de se aferir o reequilíbrio econômico-financeiro durante a sua vigência”, e que “a constatação superveniente pelo poder público de que o acordo se mostrou financeiramente oneroso não é suficiente para invalidar o negócio jurídico, sob pena de sacrificar os princípios da lealdade contratual e da segurança jurídica”.

Destacou-se ainda, nesse julgado, que “não há como interpretar literalmente cláusulas contratuais para defender metodologia de cálculo que não atinge o fim a que se destina, que é o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes”, e que “inadmissível que a receita ficta ou projetada prevaleça sobre a receita real [...] quando tal metodologia não atinge o equilíbrio do contrato ao longo da sua execução”. Tais fundamentos reafirmam que a alegação de ônus excessivo, desacompanhada de elementos objetivos e decisão formal de reequilíbrio, não exime a contratada do dever de cumprir integralmente as obrigações pactuadas.

Dessa forma, a sanção aplicada encontra respaldo contratual e legal, não havendo, no recurso apresentado, fundamentos jurídicos ou fáticos aptos a afastar ou mitigar a penalidade imposta.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, no item 16.2.3.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 066/2020 – SRP SAÚDE, e no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 2.271, de 2019, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 201/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.847.837/0001-10, em face da penalidade de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da prestação não cumprida, em razão de descumprimento contratual pela não entrega de itens constantes do Empenho nº 72 referente à Ata de Registro de Preços nº 068/2021, Pregão Eletrônico nº 007/2021 SRP - SAÚDE, (Diazepam 5mg/ml ampola 2ml e Hidrocortisona Succinato Sódico 500mg ampola 4 ml).

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 1606/2023 (SEI nº 1720320), que acolheu o Parecer Jurídico nº 784/2023 (SEI nº 1718790), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa apresentou recurso administrativo (SEI nº 4646645), alegando a ocorrência de fato de terceiro, representado por atraso do fabricante TEUTO, o qual teria sido o verdadeiro responsável pelo descumprimento do prazo. Sustentou, ainda, que não houve omissão dolosa ou negligência da distribuidora e que, em razão da boa-fé, razoabilidade e proporcionalidade, a sanção deveria ser revista ou substituída por advertência.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 1554/2024 (SEI nº 4677770), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 1718790. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 3019/2024 (SEI nº 4684340), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre observar que o contrato administrativo, mesmo derivado de Ata de Registro de Preços, impõe à contratada o dever de prever e mitigar riscos de fornecimento, devendo manter condições para atender aos prazos e obrigações assumidas no momento da contratação. Assim, eventual atraso de fabricante não constitui, por si só, causa excludente de responsabilidade, salvo se comprovado o enquadramento nos exatos termos do art. 57, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o que não restou demonstrado no caso.

O Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2021 é claro ao estipular que o prazo de entrega não pode ultrapassar 20 dias corridos a partir do recebimento da nota de empenho (cláusula 13.5), e que eventual solicitação de prorrogação deveria ter sido formalizada com antecedência mínima de 24 horas da data limite para entrega (cláusula 13.5.3). Entretanto, a empresa não apresentou qualquer pedido formal e tempestivo de prorrogação, o que caracteriza o descumprimento contratual por atraso injustificado.

Ainda que a recorrente alegue “boa-fé” e “fato de terceiro”, não apresentou documento oficial do fabricante justificando o atraso, tampouco comprovou ter informado tempestivamente à Administração acerca da impossibilidade de cumprir o prazo. Como já assentado pelo Superior Tribunal de Justiça: “Para fins de aplicação de penalidades

administrativas por inexecução contratual, basta a comprovação objetiva da conduta e da lesão à Administração, sendo irrelevantes alegações subjetivas genéricas de boa-fé quando desacompanhadas de comprovação idônea." (STJ, AgRg no AREsp 591.328/GO, j. 17/03/2016).

No mesmo sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal exige coerência e transparência nas relações com a Administração Pública, sendo vedado comportamento contraditório que prejudique a regularidade da execução contratual: "A boa-fé objetiva exige conduta leal e coerente do particular frente à Administração, sobretudo em contratos que envolvam fornecimento de bens ou serviços essenciais." (STF, ACO 3455/DF, j. 10/01/2022).

Ademais, a penalidade aplicada é proporcional à gravidade da infração, observando o escalonamento previsto na Cláusula 16.2.1.2 do Edital, que estabelece multa compensatória de 15% para atrasos entre 21º e 25º dias, exatamente o intervalo em que se enquadra a conduta da empresa (22 dias de atraso).

Por fim, ressalto que o processo respeitou todas as garantias do contraditório e da ampla defesa, conforme demonstrado pelos autos, e foi regularmente instruído com documentos hábeis à comprovação do inadimplemento.

Diante do exposto, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993, e na cláusula 16.2.1.2 do edital do Pregão Eletrônico nº 007/2021 SRP - SAÚDE, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, mas nego-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da prestação não cumprida.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência da empresa sancionada e adoção das providências cabíveis.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000010224-3

SEI Nº 7015160v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 202/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela médica credenciada LAÍS LOBO PEREIRA, CPF nº ***.351.881-**, em face da penalidade de multa de 2% (dois por cento), sobre o valor do contrato, pelo não cumprimento do Aviso Prévio por parte da profissional, com fundamento no inciso II do art. 87 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no item 7.1.2 da Cláusula Sétima do Contrato de Credenciamento nº 294/2021.

A penalidade foi aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde por meio do Despacho nº 3703/2023 (SEI nº 2713532), que acolheu o Parecer Jurídico nº 1762/2023 (SEI nº 2554097), emitido pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde. A médica credenciada apresentou recurso administrativo (SEI nº 3370512), alegando, em síntese, que a rescisão contratual sem aviso prévio se deu por necessidade urgente e involuntária, em razão de conflito de horários com outro vínculo profissional relacionado à linha de frente de combate à Covid-19, defendendo a ausência de má-fé e a desproporcionalidade da sanção aplicada.

O recurso foi analisado pela Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde que, no Despacho nº 168/2024 (SEI nº 3370590), opinou pela manutenção da penalidade, diante da ausência de argumentos capazes de modificar a fundamentação e a conclusão do parecer jurídico exarado no evento nº 2554097. Na sequência, o Secretário Municipal de Saúde, por meio do Despacho nº 324/2024 (SEI nº 3382161), ratificou integralmente a decisão anterior e determinou o encaminhamento dos autos à instância superior, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016.

É o relatório. Decido.

O Município de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, firmou com a profissional Laís Lobo Pereira, em 4 de fevereiro de 2021, o Contrato de Credenciamento nº 294/2021, com vigência inicial de doze meses, resultante do Edital de Chamamento Público nº 001/2020. O contrato é regido pela Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pelo art. 25, *caput*, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas Instruções Normativas nº 007/2016 e nº 001/2017 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, tendo por objeto a prestação contínua de serviços na atividade de médico generalista, no âmbito do Serviço de Urgência e Emergência do Sistema Único de Saúde municipal.

Verifica-se dos autos que a médica credenciada estava lotada no CS Dr. Afonso Honorato Souza e Silva, tendo solicitado o Distrato no dia 12 de abril de 2021 (SEI nº 0480730, fl. 10). Observa-se que o último dia trabalhado ocorreu em 15 de abril de 2021, conforme informado no Memorando nº 378/2021/GAPRI (SEI nº 0480730, fls. 2) bem como no Mapa de Frequência Mensal do Credenciamento Ambulatorial do mês de abril (SEI nº 0480730, fl. 4), não cumprindo assim os 30 dias.

Nesse contexto, observa-se a previsão do Contrato de Credenciamento nº 294/2021 em suas cláusulas obrigacionais:

5. CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

.....

5.2. DO CREDENCIADO

.....

t) Comunicar à CREDENCIANTE, o interesse na desistência de cumprimento do presente contrato, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para efeito de sua rescisão.

.....

Portanto, ao deixar de cumprir tais obrigações, a credenciada inviabilizou a conclusão do distrato pela via amigável e incorreu em infração contratual passível de sanção.

Nos termos do art. 87 da Lei federal nº 8.666, de 1993, aplicam-se, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

A Cláusula Sétima do contrato, em consonância com o Decreto nº 2.271, de 17 de setembro de 2019, prevê que:

7.1.2. Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE pela não execução parcial ou total do contrato;

.....

Ainda, o art. 3º do Decreto nº 2.271, de 2019, dispõe:

Art. 3º Ao contratado que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente, as obrigações assumidas ou o licitante que cometer atos visando a frustrar os objetivos do certame, serão aplicadas as seguintes sanções, previstas nas legislações pertinentes, bem como nas cláusulas específicas do edital e do contrato:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

V – impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no Registro Cadastral de Fornecedores Pessoas Físicas e Jurídicas da Administração Pública Municipal, de que trata o Decreto nº 2.549, de 13 de dezembro de 2018, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas licitações ocorridas na modalidade Pregão e nos contratos firmados em decorrência dessas licitações

Cumprir destacar que a responsabilização contratual permanece exigível mesmo após o encerramento do vínculo, conforme o disposto no art. 66 da Lei federal nº 8.666, de 1993, que determina: “O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, segundo as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.”

Ressalte-se que o direito ao contraditório e à ampla defesa foi plenamente assegurado, mediante intimação da interessada (SEI nº 2376829), com a devida ciência (SEI nº 2549461) e apresentação de defesa (SEI nº 2468026). Posteriormente, o recurso interposto (SEI nº 3370512) não trouxe elementos capazes de infirmar a decisão administrativa, conforme fundamentado no Despacho nº 168/2024 (SEI nº 3370590) da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde.

A aplicação da penalidade de multa, portanto, mostra-se legítima, proporcional e necessária, diante dos princípios da legalidade, responsabilidade contratual e proteção ao interesse público.

Importante observar que para análise a norma aplicada foi a Lei federal nº 8666, de 1993, em acordo com as determinações da Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 90, que orienta que o contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido conforme as regras previstas na legislação revogada.

Diante do exposto, com fundamento na legislação vigente e nos elementos constantes dos autos, conheço do recurso administrativo interposto por LAÍS LOBO PEREIRA, mas nego-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa compensatória no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, conforme estabelecido no Despacho nº 3703/2023 (SEI nº 2713532) do Secretário Municipal de Saúde.

Publique-se. Encaminhem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento e demais providências.

Goiânia, 29 de maio de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.29.000017214-4

SEI Nº 7015208v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2621/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando o artigo 114, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 25.24.000000906-5,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **MARCIA CELIA MOREIRA**, matrícula funcional nº 404020-01, ocupante do cargo de Profissional de Educação, 15 (quinze) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade, relativa aos quinquênios compreendidos entre 19.08.1998 a 18.08.2003; 19.08.2003 a 18.08.2008; 19.08.2008 a 18.08.2013; 19.08.2013 a 18.08.2018 e 19.08.2018 a 24.03.2025, consoante recontagem imposta pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, para usufruto no período de **25 de junho de 2025 a 30 de junho de 2025 e 31 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 e 31 de julho de 2026 a 24 de novembro de 2026.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6922418** e o código CRC **DCE40E97**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2658/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando o artigo 114, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 25.5.000022498-6,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ANA KAROLINA ALVES GOMIDE**, matrícula funcional nº 1182897-01, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 06 (seis) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade, relativa aos quinquênios compreendidos entre 05.03.2013 a 04.03.2018 e 05.03.2018 a 08.10.2024, consoante recontagem imposta pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, para usufruto no período de **16 de junho de 2025 a 15 de dezembro de 2025**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6938196** e o código CRC **BE2A6E74**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2659, 22 DE MAIO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o § 2º do artigo 110, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.24.000031179-8,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora EMILIA VALERIA FERREIRA PASSOS GOMES, matrícula funcional nº 864510-02, ocupante do cargo de Assistente Administrativo Educacional, prorrogação por mais 30 (trinta) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de **11 de setembro de 2023 a 10 de outubro de 2023**, para fins de regularização funcional.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2023.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6938255** e o código CRC **5F56CEB9**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2679, 22 DE MAIO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e conforme o contido no Processo SEI nº 24.29.000037576-3,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 4119/2016, que concedeu à servidora **AUSENI BENTO FERREIRA VIGGIANO**, matrícula funcional nº 580023-01, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Licença-Prêmio por Assiduidade no período de **01 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6942717** e o código CRC **6E0CCE34**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2681/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando artigo 114, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 25.24.000004170-8,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 893/2025, a pedido, que concedeu à servidora **LUZENILDA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA**, matrícula funcional nº 619264-02, 06 (seis) meses de **Licença-Prêmio por Assiduidade**, na parte relativa ao usufruto da licença, para constar a seguinte alteração:

Onde se lê: "(...) no período de **06 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 e 31 de julho de 2025 a 05 de outubro de 2025**".

Leia-se: "(...) no período de **06 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 e 31 de julho de 2025 a 05 de novembro de 2025**".

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6944831** e o código CRC **18FCA5F5**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2699/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando o artigo 114, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 25.24.000011652-0,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ANA MARIA OLIVEIRA SILVA**, matrícula funcional nº 571296-01, ocupante do cargo de Profissional de Educação, 03 (três) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade, relativa ao quinquênio compreendido entre 13.08.2002 a 12.08.2007, para usufruto no período de **09 de junho de 2025 a 08 de setembro de 2025**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6952599** e o código CRC **E3FCFE5D**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2742/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, e considerando o artigo 119, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 23.18.000000113-9,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ROGERIO RIBEIRO FIGUEIRA**, matrícula funcional nº 1275593-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Administrativo, prorrogação por mais 02 (dois) anos de Licença para Tratar de Interesse Particular, no período de **02 de maio de 2025 a 01 de maio de 2027**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6957959** e o código CRC **8D10BDB9**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2746/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando o artigo 114, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 25.24.000001195-7,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **PATRICIA VIEIRA DE JESUS**, matrícula funcional nº 201120-01, ocupante do cargo de Agente Apoio Educacional, 06 (seis) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade, relativa aos quinquênios compreendidos entre 13.07.2007 a 12.07.2012 e 13.07.2012 a 12.07.2017, para usufruto no período de **01 de junho de 2025 a 30 de junho de 2025 e 31 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA

Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6958321** e o código CRC **E810D0E0**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2767/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando artigo 114, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme o contido no Processo SEI nº 24.24.000043553-0,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 1216/2025, a pedido, que concedeu à servidora **RAQUEL LEMOS MARTINS**, matrícula funcional nº 378070-04, 06 (seis) meses de **Licença-Prêmio por Assiduidade**, na parte relativa ao usufruto da licença, para constar a seguinte alteração:

Onde se lê: "(...) no período de **22 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 e 31 de julho de 2025 a 21 de novembro de 2025**".

Leia-se: "(...) no período de **02 de junho de 2025 a 30 de junho de 2025 e 31 de julho de 2025 a 01 de janeiro de 2026**".

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6962823** e o código CRC **402A6DA3**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 2768, 23 DE MAIO DE 2025
Ementa

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º, inciso XX do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021, considerando o artigo 113, da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, e conforme a documentação contida no Processo SEI nº 24.24.000027815-0,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 4276/2024, que concedeu Licença para Atividade Política ao servidor **SILAS DE MATOS SILVA**, matrícula nº 1372971-01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, **cessando seus efeitos a partir de 06 de julho de 2024.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bonini, Chefe da Advocacia Setorial**, em 26/05/2025, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 28/05/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6964878** e o código CRC **E7407C74**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Diretoria Administrativa

AUTORIZAÇÃO

Considerando a Justificativa 40/2025 (ev. 6760972) bem como o Documento de Formalização de Demanda DFD-3 (ev. 6758606), **AUTORIZO** a despesa no valor estimado de **R\$ 40.625,05 (quarenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinco centavos)** de acordo com pesquisa de preço apresentada no Relatório de Pesquisa de Preços (ev. 6952768) referente a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos, de rede de internet e de construção civil para a organização e ampliação da Controladoria Geral do Município de Goiânia para a continuidade dos serviços das repartições.

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 26/05/2025, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6928916** e o código CRC **656E8856**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.4.000000640-0

SEI Nº 6928916v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Diretoria Administrativa
AVISO Nº 3/2025 DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Torna-se público que o Município de Goiânia, por meio da Controladoria Geral do Município de Goiânia - CGM, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art.75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa SEGES nº 67 de 08 de julho de 2021 e demais normas aplicáveis.

Valor estimado da contratação:

R\$ 40.625,05 (quarenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinco centavos)

1. Data da sessão: 06/06/2025

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 18:00

Link: <<https://www.gov.br/compras/pt-br>>

Critério de Julgamento: menor preço

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim

1. OBJETO DA CONTRAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos, de rede de internet e de construção civil, para organização e ampliação do espaço físico da Controladoria Geral do Município de Goiânia a fim de continuidade dos serviços das repartições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CABO FLEXÍVEL 2,5 mm Preto	471954	Metro	2000	R\$ 2,13	R\$ 4.260,00
2	CABO FLEXÍVEL 2,5 mm Azul	483315	Metro	2000	R\$ 2,05	R\$ 4.100,00
3	CABO FLEXÍVEL 2,5 mm Verde	483319	Metro	2000	R\$ 2,06	R\$ 4.120,00
4	FITA ISOLANTE 19mm x 20mm	419864	Unidade	10	R\$ 8,21	R\$ 82,10
5	TOMADA 2 PINOS + TERRA 10 AMPERES	457066	Unidade	100	R\$ 8,85	R\$ 885,00
6	LÂMPADA LED TUBULAR T8 18W - 120CM LUZ FRIA 6500K - 220V	417162	Unidade	200	R\$ 8,45	R\$ 1.690,00
7	TOMADA DUPLA 2 PINOS + TERRA 10 AMPERES	618467	Unidade	300	R\$ 10,99	R\$ 3.297,00
8	CABO FLEXÍVEL 4MM PRETO	363602	Metro	500	R\$ 3,69	R\$ 1.845,00
9	CABO FLEXÍVEL 4MM AZUL	419887	Metro	500	R\$ 3,58	R\$ 1.790,00
10	CABO FLEXÍVEL 4MM VERDE	408495	Metro	500	R\$ 3,21	R\$ 1.605,00
11	RJ - 45	375963	Unidade	500	R\$ 0,73	R\$ 365,00
12	CABO DE REDE LAN AZUL cat.5e	605494	Metro	3.960	R\$ 2,89	R\$ 11.444,40
13	RJ - 11	370219	Unidade	100	R\$ 0,31	R\$ 31,00
14	CAIXA CONDULETE DE PASSAGEM PVC ¾ - 4X2	620915	Unidade	200	R\$ 11,71	R\$ 2.342,00

15	LATA DE TINTA ACRÍLICA COR BRANCO GELO 18L	456384	Unidade	07	R\$ 371,20	R\$ 2.598,40
16	SACO DE GESSO 40KG	604867	Unidade	01	R\$ 32,18	R\$ 32,18
17	ROLO DE LÃ COM SUPORTE PARA TINTURA 23CM	397729	Unidade	02	R\$ 25,68	R\$ 51,36
18	MASSA CORRIDA PVA 25KG	275188	Caixa	01	R\$ 63,90	R\$ 63,90
VALOR TOTAL ESTIMADO: SOMA COM DUAS CASAS DECIMAIS						R\$ 40.601,94
VALOR TOTAL ESTIMADO: SOMA COM QUATRO CASAS DECIMAIS CONF. RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO Nº 03/2025						40.625.0537

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Para o item, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável menor preço.

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 (um centavo).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULAGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.5. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.5.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.5.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.6. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da

dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;

6.8.3. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o

fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 03 dias, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensão, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Não há especificações devido a contratação ser via Dispensa de Licitação e não vinculada a Ata de Registro de Preços.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

9.1 Para a presente contratação não haverá Formação de Cadastro Reserva.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11.20. Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes no Decreto Municipal nº 2271/2019, alterado pelo Decreto Municipal nº 1562/2020, além das previstas nas legislações pertinentes.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1. ANEXO I – Termo de Referência (ev. 6927917)

12.12.1.1. ANEXO I. Estudo Técnico Preliminar (ev. 6777692)

Goiânia, na data da última assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Mendes dos Santos Filho**, **Chefe de Gabinete**, em 28/05/2025, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra**, **Controlador Geral do Município**, em 28/05/2025, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danusa Alves da Silva Nunes**, **Agente de Apoio Administrativo**, em 29/05/2025, às 08:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6974209** e o código CRC **96372691**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE CITAÇÃO N.º 18/2025-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, **CITA**, pelo presente edital, o servidor **Átila Silva Arruda Teixeira, matrícula n.º 873764-01**, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, para, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste**, apresentar defesa escrita no **processo administrativo disciplinar n.º 24.7.000003794-7**, bem como juntar documentos caso queira, junto à Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Goiânia – GO.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 27 dias do mês de maio de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 27/05/2025, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6987803** e o código CRC **98CB36C7**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000004092-1

SEI Nº 6987803v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2025-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, **CONVOCA**, pelo presente edital, o servidor **Rhuam Gabriel Cavalcante Brandão**, **matricula n.º 1329200-01**, para tomar ciência de seu Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 23.7.000004142-5, bem como nomear testemunhas que julgar necessárias, no **prazo de 05 (cinco) dias** a contar da data da publicação deste, junto à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Goiânia-GO.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 27 dias do mês de maio de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra**, **Controlador Geral do Município**, em 27/05/2025, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6990381** e o código CRC **348381A4**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000003014-0

SEI Nº 6990381v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 40/2025-GAB/CGM

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, combinado com o art. 27, §4º da Lei n.º 9.861, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, **INTIMA**, pelo presente edital, o servidor **Dorvalino Alves de Brito, matrícula n.º 1365690-01**, para tomar conhecimento do **Relatório Final N.º 331/2024-CPPAD**, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD e do **Despacho N.º 03/2025**, de 23 de janeiro de 2025, exarado pelo Gabinete do Prefeito, ambos no **Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 81469938/2019, convertido em SEI n.º 23.7.000002246-3**.

Fica o servidor NOTIFICADO, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, para interposição de pedido de reconsideração ou recurso referente ao Despacho n.º 03/2025 emitido pelo Gabinete do Prefeito, constante no Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 81469938/2019 - SEI n.º 23.7.000002246-3, conforme art. 133 da Lei Complementar n.º 011/1992.

O servidor fica, ainda, cientificado que para o exercício do referido direito poderá ter vistas e cópia do respectivo processo, mediante solicitação a ser realizada no endereço sito a Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Controladoria-Geral do Município, em Goiânia – GO, telefone: 3524-3390/1019.

Ressalta-se que o processo terá sua continuidade independente da manifestação do interessado, conforme art. 27, § 1º, inciso V da Lei n.º 9.861/2016.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 27 dias do mês de maio de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 27/05/2025, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6904778** e o código CRC **3D061B1B**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 85/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** os interessados no Processo Administrativo Municipal nº 25.5.000034509-0, **RANDIS FERREIRA DOS SANTOS E GERCIRON FERREIRA DOS SANTOS**, e seu representante legal, **EDUARDO AUGUSTO DE SENA RODRIGUES**, OAB/GO Nº 24.238, para:

a) ciência do Despacho 122 (6900035) e seu acato Despacho 826 (6951831).

Os interessados poderão entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no arquivamento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 41 da Lei nº 9.861/2016.

VINÍCIUS GOMES DE RESENDE
Subprocurador Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 26 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Gomes Resende, SubProcurador Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 26/05/2025, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 26/05/2025, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6971204** e o código CRC **2CF7817E**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 86/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 24.17.000003242-3, **SANEAMENTO DE GOIÁS S/A**, para:

a) ciência do Parecer Jurídico 1143 (6386916) – PPI/PGM, facultando-lhe adoção das medidas processuais que entender pertinentes (Lei Municipal nº 9.861/16, arts. 27 e 54).

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no prosseguimento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 40 da Lei nº 9.861/2016.

VINÍCIUS GOMES DE RESENDE
Subprocurador Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Gomes Resende, SubProcurador Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 27/05/2025, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 28/05/2025, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6990091** e o código CRC **29E3B4C9**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 87/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 25.17.000000217-1, **SANEAMENTO DE GOIÁS S/A**, para:

a) ciência do Parecer Jurídico 1140 (6386496) – PPI/PGM, facultando-lhe adoção das medidas processuais que entender pertinentes (Lei Municipal nº 9.861/16, arts. 27 e 54).

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no prosseguimento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 40 da Lei nº 9.861/2016.

VINÍCIUS GOMES DE RESENDE
Subprocurador Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Gomes Resende, SubProcurador Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 27/05/2025, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 28/05/2025, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6990357** e o código CRC **5D6C5E30**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 88/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 23.28.000004314-8, **SANEAMENTO DE GOIÁS S/A**, para:

a) ciência do Parecer Jurídico 851 (6266810) – PPI/PGM, facultando-lhe adoção das medidas processuais que entender pertinentes (Lei Municipal nº 9.861/16, arts. 27 e 54).

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no prosseguimento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 40 da Lei nº 9.861/2016.

VINÍCIUS GOMES DE RESENDE
Subprocurador Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Gomes Resende**, SubProcurador Chefe do Patrimônio Imobiliário, em 27/05/2025, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia**, Procuradora Geral Adjunta, em 28/05/2025, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6990958** e o código CRC **BE6520A7**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 89/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 23.23.000000516-9, **SANEAMENTO DE GOIÁS S/A**, para:

a) ciência do Parecer Jurídico 1840 (6715293) – PPI/PGM, facultando-lhe adoção das medidas processuais que entender pertinentes (Lei Municipal nº 9.861/16, arts. 27 e 54).

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no prosseguimento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 40 da Lei nº 9.861/2016.

VINÍCIUS GOMES DE RESENDE
Subprocurador Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Gomes Resende, SubProcurador Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 27/05/2025, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 28/05/2025, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6994166** e o código CRC **9A68184A**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Inovação e Transformação Digital
Chefia da Advocacia Setorial

EXTRATO DO CONTRATO 02/24**Partes Contratantes:**

a) **Contratante:** Município de Goiânia, por intermédio da Secretaria Municipal de Inovação e Transformação Digital - SIT, CNPJ nº 40.475.427/0001-60.

b) **Contratada:** IBM Brasil – Indústria Máquinas e Serviços Ltda., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 33.372.251/0001-56 - MATRIZ.

Fundamento: Despacho do Secretário nº 1167/2025, com fulcro no artigo 74, I da Lei nº 14133/21 (Inexigibilidade de Licitação) e Parecer /25 da Advocacia da SIT, processo SEI 25.2.000000284-1.

Cláusula Primeira: Objeto

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição e manutenção pela CONTRATANTE, de equipamento tipo Mainframe IBM Z15 T02 8562 K01 (RMKT-Remarketing) e software z/VM, incluindo seus respectivos componentes, licenças, manuais, e demais acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, conforme especificações técnicas, requisitos de desempenho, condições de entrega e demais elementos constantes no Termo de Referência (Anexo I) e proposta da CONTRATADA.

1.2. A contratação inclui, ainda, os serviços de entrega, instalação, configuração inicial, testes de funcionamento e garantia técnica e manutenção, conforme descrito no Termo de Referência.

1.3. A Máquina tipo Mainframe IBM Z15 T02 8562 K01 e software z/VM, da IBM será utilizada para absorver a demanda crescente da Prefeitura de Goiânia e isto gerou a necessidade de um novo equipamento com o dobro da capacidade de processamento atual, levando em conta a configuração atual do equipamento IBM Z13, e o estudo técnico de capacidade realizado por meio de ferramenta IBM zCP3000 de dimensionamento de capacidade.

1.4. A descrição da Máquina tipo Mainframe IBM Z15 T02 8562 K01 e software z/VM, da IBM está delineada conforme a tabela abaixo,

Computador de grande porte (Mainframe);

- | | |
|--------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| a) PROCESSADORES z/OS | 01 CP |
| b) MODELO DE CAPACIDADE adquirido IBM Z15-T02 8562-KO1 | |
| c) CAPACIDADE EM MIPS adquirido | 340MIPS, 40 MSUs |
| d) PROCESSADORES IFL | 1 Processador Ativo com SMT2 |
| e) PROCESSADORES zIIP | 1 Processador Ativo com SMT2 |
| f) MEMÓRIA | 128 GB de Memória |
| g) VERSÃO DO z/OS | Necessita migrar para z/OS 3.1 |
| h) VERSÃO DO z/VM | Necessita migrar para z/VM 7.3 |
| i) PORTAS OSA | 20 Portas OSA Express6s
8 portas GbE/ 8 portas 1000BASE-T/ 4 portas 10GbE sx |
| j) PORTAS FICON | 48 Portas FICON Express6s+ 24 portas sx / 24 portas lx |
| k) Portas ESCOM | descontinuada |
| l) HMC | HMC VIRTUALIZADA |

1.5. Conforme artigo 92, II da Lei 14133/2021, a proposta comercial da CONTRATADA é parte integrante do contrato, salvo as disposições aqui previstas de forma contrária.

1.6. É vedada à CONTRATADA subcontratar o objeto contratual.

Cláusula Nona: Prazo e Vigência

9.1. O presente contrato será firmado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado conforme artigo 107 da Lei 14133/21, respeitado logicamente o teto legal contratual máximo imposto por esta.

9.1.1. A prorrogação do contrato é permitida somente para o valor relativo aos serviços de natureza contínua e não o referente a aquisição.

9.2. Nos termos do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Diário Oficial do Município.

9.3. O presente Instrumento será objeto de apreciação pela Controladoria Geral do Município e cadastrado no site do TCM/GO, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo upload do arquivo correspondente, de acordo com o artigo 3º da IN nº 012/2018 do TCM, não se responsabilizando o Contratante, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

Cláusula Décima: Preço, Forma de Pagamento e Reajuste

10.1. Pelo objeto deste contrato, a SIT pagará a Contratada a importância de R\$ 3.435.828,87 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos), assim discriminados:

10.1.1. A vista:

- R\$ 3.173.842,91 (três milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e um centavos) pela aquisição da máquina Hardware Ibm z15-T02 e,

- R\$47.451,14 (quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e catorze centavos) pelo licenciamento OTC do software z/VM.

10.1.2. Mensal:

- R\$15.899,52 (quinze mil. Oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos) pela manutenção da máquina Hardware IBM z15-T02, totalizando a importância de R\$ 190.794,24 (cento e noventa mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos).

- R\$1.977,54 (hum mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), pela subscrição e suporte S&S do software z/VM, totalizando a importância de R\$ 23.730,58 (vinte e três mil, setecentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos).

10.2. O pagamento será efetuado pela SIT à contratada até o 30º dia do mês subsequente ao vendido, mediante a apresentação pela IBM da respectiva nota fiscal ou outro documento correlato, devendo os mesmos serem atestados pelo setor competente da SIT.

10.2.1. O pagamento da aquisição será operado à CONTRATADA através do CNPJ Nº 33.372.251/0062-78 (FILIAL), já o pagamento dos serviços à CONTRATADA dar-se-á via CNPJ Nº 33.372.251/0100-38 (FILIAL).

10.3. Nos preços indicados no item 10.1 também estão incorporadas todas as despesas relativas a impostos, taxas, seguros, transporte, bem como qualquer outro incidente sobre o objeto do instrumento contratual, aplicando-se o disposto no artigo 134 da Lei 14133/21.

10.3.1, Na forma do art. 62, §1º, da Lei n. 14.133/2021, a proposta econômica da CONTRATADA compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de celebração do contrato.

10.4. O preço mensal da manutenção do equipamento Hardware e da subscrição e suporte S&S manter-se-á fixo pelo período de 12 (doze) meses, posteriormente, será aplicado como índice de correção o IPCA acumulado no período, desde que solicitado previamente e a tempo pela Contratada.

Cláusula Décima Primeira: Dotação Orçamentária

11.1. A despesa do contrato é no total de R\$ R\$ 3.435.828,87 (Três milhões, quatrocentos e tinta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos).

11.2. Dotação Compactada: 202571010220 - R\$ 3.173.842,91 - Despesa com aquisição de 01 (um) computador de grande porte IBM Mainframe.

11.3. Dotação Compactada: 202571010217 - R\$ 47.461,14 - Despesa com licenciamento OTC software IBM z/VM.

11.4. Dotação Compactada: 202571010219 - R\$ 53.631,21 - Despesa com serviços de manutenção, subscrição e suporte S&S que integra a aquisição de 01 (um) computador de grande porte IBM Mainframe z15 BC RMKT + Cabos Lógicos e o software z/VM, por 12 meses.

11.4.1. A dotação compactada 202571010219, refere-se apenas a 3 (três) meses de pagamentos, conforme disposto no Decreto Municipal 134 de 10/01/2025.

Goiânia, na data assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Christino, Secretário Municipal de Inovação e Transformação Digital**, em 29/05/2025, às 06:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7008652** e o código CRC **474EF5CC**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.2.000000284-1

SEI Nº 7008652v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Assessoria Técnica do CME

RESOLUÇÃO CME N.º 153, DE 15 DE MAIO DE 2025.

Concede Autorização de Funcionamento e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA**, com fundamento nos artigos 238 e 239 e seus incisos da Lei Orgânica do Município, nos artigos 1º e 6º e suas alíneas da Lei de sua Criação n.º 7.771, de 29 de dezembro de 1997, nos artigos 1º e 2º e seus incisos e alíneas do seu Regimento, tendo como base o Parecer AT/CME n.º 005/2025, e conforme a solicitação contida no Processo SEI 23.24.000038671-2

Resolve,

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para desenvolver a Educação Infantil, agrupamentos de crianças de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos de idade, ao Berçário Master Baby, com nome empresarial VPM Berçário Ltda, com CNPJ n.º 19.770.508/0001-05, localizado na Avenida Barão do Rio Branco, Número 1496, Quadra 44, Lote 11, Jardim Vila Boa, nesta Capital, no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029.

Art. 2º Validar os Atos Pedagógicos praticados na Educação Infantil, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

Art. 3º O ato autorizador a que se refere esta Resolução é válido somente para a instituição especificada no artigo 1º.

Art. 4º Determinar à representante legal que, em atendimento ao disposto nas Resoluções CME n.º 120/2016 e CME n.º 110/2025, cumpra, nos prazos estabelecidos, as seguintes exigências:

I - apresentar as certidões negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal, conforme alínea "c", do inciso I, do artigo 55, da Resolução CME n.º 120/2016, até 31 de dezembro de 2025;

II - apresentar o Alvará de Autorização Sanitária Municipal, conforme alínea "g" do inciso II, do artigo 55, da Resolução CME n.º 120/2016, até 60 dias após o recebimento desta Resolução;

III - providenciar espaços adequados para o funcionamento da recepção, secretaria, sala de professores, coordenação pedagógica e diretoria, conforme incisos I, II e III, do artigo 65, da Resolução CME n.º 110/2025, até 31 de dezembro de 2025;

IV - adequar quanto a acessibilidade os sanitários de uso das crianças e dos profissionais/visitantes, conforme §§2º e 3º, do artigo 47, da Resolução CME n.º 120/2016, até 31 de dezembro de 2025;

V - providenciar espaço adequado ao banho das crianças e troca de fraldas e roupas, conforme inciso II, do artigo 49, da Resolução CME n.º 120/2016, até 31 de dezembro de 2025;

VI - realizar a higienização das caixas d'água e as dedetizações semestralmente, conforme inciso III, do §7º, do artigo 47, da Resolução CME n.º 120/2016, até 30 dias após o recebimento desta Resolução;

VII - adequar a organização dos agrupamentos, conforme §1º, do artigo 30, da Resolução CME n.º 120/2016, até 31 de julho de 2025;

VIII - adequar a CTPS de uma professora conforme função exercida, de acordo com a alínea "n", do inciso II, do artigo 55, da Resolução CME n.º 120/2016, até 30 dias após o recebimento desta Resolução;

IX - incluir o Calendário Escolar no PPP, conforme inciso XIX, do artigo 25, da Resolução CME n.º 120/2016, até 30 dias após o recebimento desta Resolução;

X - protocolar processo de autorização de funcionamento conforme prazo estabelecido no inciso II, do artigo 74, da Resolução CME n.º 110/2025.

Art. 5º Determinar à direção que seja afixada na instituição, em local visível ao público, cópia desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

067ª (sexagésima sétima) SESSÃO PLENÁRIA, aos quinze dias do mês de maio de 2025.

Divino Alves Bueno
Presidente

Paulo Sérgio Santos - Vice-Presidente
Helikênia Ferreira Silva Brum – Secretária-Geral

Cláudia Carolina da Silva Ferrugem Igreja

Claudio José da Silva

Dilma Vieira da Silva Mattos

Eliane Rosa de Azara

Leda Servato Gomes

Marcio Carvalho Santos

Orestes dos Reis Souto

Roberto Borges de Oliveira

Túlio Franco Porto



Documento assinado eletronicamente por **Divino Alves Bueno, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Goiânia**, em 23/05/2025, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6828966** e o código CRC **F867362C**.

Rua 107, nº 175 - 3524-1727/1728
- Bairro Setor Sul
CEP 74085-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 202301350

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301350**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **22/01/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 29.254,41 (Vinte e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **WALTER DE PAULA SANTOS**,

CPF *****.431.801-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000024950-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 29/05/2025, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911474** e o código CRC **5D5CCCF**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301350**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301350**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **10/08/2023** a **01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 51.541,46** (Cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos).

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **WALTER DE PAULA SANTOS**,

CPF *****.431.801-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024950-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911473** e o código CRC **7A465A80**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301363**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301363**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **22/01/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 29.254,41 (Vinte e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANDERSON DA ROCHA CASTRO**,

CPF *****.562.761-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024866-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911440** e o código CRC **FC3F4938**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301363**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301363**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **04/08/2023** a **01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.357,75 (Cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANDERSON DA ROCHA CASTRO**,

CPF *****.562.761-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024866-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911438** e o código CRC **0F8FD72F**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301366**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301366**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **19/01/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 29.690,84 (Vinte e nove mil seiscientos e noventa reais e oitenta e quatro centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **FERNANDA ALVES BATISTA,**

CPF *****.440.091-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024873-5**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911461** e o código CRC **3B1CA15B**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301366**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301366**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **15/09/2023 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 46.407,03 (Quarenta e seis mil quatrocentos e sete reais e tres centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **FERNANDA ALVES BATISTA,**

CPF *****.440.091-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024873-5**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911460** e o código CRC **DD149476**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301369**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301369**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 25.218,94 (Vinte e cinco mil duzentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **CARLA VAZ MACHADO CARDOSO**,

CPF *****.569.391-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024876-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911449** e o código CRC **95AA7E9D**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301374**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301374**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **23/08/2023** a **01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 49.493,29** (Quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e tres reais e vinte e nove centavos).

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **BLENES FERNANDES DE OLIVEIRA**,

CPF *****.373.931-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027444-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911448** e o código CRC **4396EE69**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301396**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301396**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **07/03/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 22.209,75 (Vinte e dois mil duzentos e nove reais e setenta e cinco centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **THALITA ROSANY DE OLIVEIRA FRANCA**,

CPF *****.943.921-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024927-8**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911469** e o código CRC **6F97530A**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301396**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301396**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **11/09/2023 a 14/02/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 42.224,94 (Quarenta e dois mil duzentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **THALITA ROSANY DE OLIVEIRA FRANCA**,

CPF *****.943.921-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024927-8**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911468** e o código CRC **918CB293**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301400**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301400**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024** a **01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 34.453,71** (Trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e tres reais e setenta e um centavos).

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANDRE LOPES DO PRADO**,

CPF *****.596.151.****.

PROCESSO SEI N **23.24.000024848-4**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911442** e o código CRC **253C577D**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301400**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301400**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **02/10/2023 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 43.814,66 (Quarenta e tres mil oitocentos e catorze reais e sessenta e seis centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANDRE LOPES DO PRADO**,

CPF *****.596.151.****.

PROCESSO SEI N **23.24.000024848-4**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911441** e o código CRC **F9C0D066**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301402**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301402**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 30.280,70 (Trinta mil duzentos e oitenta reais e setenta centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **DEBORA FORTUNATO BARBOSA**,

CPF *****.658.701-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000025013-6**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911450** e o código CRC **063FF8AB**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301415**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **10** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301415**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **27/10/2023** a **01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 13.346,91** (Treze mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos).

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ADRIANA KIRILO SOUZA LAGOS**,

CPF *****.545.468-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000024936-7**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911418** e o código CRC **CA6F7F18**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301449**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301449**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 30.280,70 (Trinta mil duzentos e oitenta reais e setenta centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **EVA MARIA DA SILVA SILVEIRA DOS SANTOS**,

CPF *****.485.434-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024822-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911455** e o código CRC **AB28F1B5**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301449**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301449**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **19/09/2023 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 45.583,30 (Quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta e tres reais e trinta centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **EVA MARIA DA SILVA SILVEIRA DOS SANTOS,**

CPF *****.485.434-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024822-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911454** e o código CRC **ACD53555**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301457**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301457**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **19/01/2024 a 01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 29.690,84 (Vinte e nove mil seiscientos e noventa reais e oitenta e quatro centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **FABIANE MARTINS GOMES**,

CPF *****.795.041-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024965-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911458** e o código CRC **021EB31A**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301457**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301457**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **29/08/2023** a **01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 43.950,71 (Quarenta e tres mil novecentos e cinquenta reais e setenta e um centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **FABIANE MARTINS GOMES**,

CPF *****.795.041-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024965-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911457** e o código CRC **F6F6DE44**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301466**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301466**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024** a **01/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 34.453,71 (Trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e tres reais e setenta e um centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **SARAH RIBEIRO DE ARAUJO**,

CPF *****.700.361-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024807-7**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 27/05/2025, às 10:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 27/05/2025, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 27/05/2025, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 29/05/2025, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911465** e o código CRC **04AC9B4D**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301468**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **10** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301468**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **06/09/2023** a **07/11/2023**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 2.817,77 (Dois mil oitocentos e dezessete reais e setenta e sete centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ELIANA PEREIRA MANSO SOUZA**,

CPF *****.712.741-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000024961-8**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911451** e o código CRC **48CDC82F**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301576**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301576**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 03/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 30.571,65 (Trinta mil quinhentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ALINE DOS SANTOS SILVA**,

CPF *****.626.011-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027113-3**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911425** e o código CRC **E29D4331**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301595**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301595**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 03/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 34.744,66 (Trinta e quatro mil setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ALINE FERNANDES DA SILVA SOUSA**,

CPF *****.790.951-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027323-3**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911427** e o código CRC **61A6FC21**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301595**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301595**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **22/03/2023 a 03/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 45.447,25 (Quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ALINE FERNANDES DA SILVA SOUSA**,

CPF *****.790.951-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027323-3**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911426** e o código CRC **B2CBF9BB**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301694**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301694**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **06/09/2023** a **04/11/2023**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 7.951,98** (Sete mil novecentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BRAZ**,

CPF *****.912.481-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027652-6**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911434** e o código CRC **41A9ABF8**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301712**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301712**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **08/02/2023** a **06/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 27.554,52 (Vinte e sete mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **THAIZ RODRIGUES ALBERNAZ**,

CPF *****.903.751-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027602-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911467** e o código CRC **B709004F**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301723**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301723**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **22/01/2024 a 06/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 29.981,80 (Vinte e nove mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **TATIANA VIEIRA DA SILVA**,

CPF *****.897.391-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027606-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911466** e o código CRC **4D1238B0**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301763**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301763**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **08/08/2023** a **07/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.723,02 (Cinquenta e dois mil setecentos e vinte e tres reais e dois centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **VIVIANE RODRIGUES**,

CPF *****.844.571-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027146-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911472** e o código CRC **A8C67963**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301816**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301816**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 07/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 31.153,56 (Trinta e um mil cento e cinquenta e tres reais e cinquenta e seis centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ADALBERTO FILHO COSTA BRANDAO**,

CPF *****.506.701-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000029504-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911417** e o código CRC **5B7DED40**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301842**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301842**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 07/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 31.153,56 (Trinta e um mil cento e cinquenta e tres reais e cinquenta e seis centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **BEATRIZ GABRIEL DE BORBA**,

CPF *****.377.311-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027179-6**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911447** e o código CRC **89342E2F**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301842**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301842**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **08/08/2023 a 07/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.723,03 (Cinquenta e dois mil setecentos e vinte e tres reais e tres centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **BEATRIZ GABRIEL DE BORBA**,

CPF *****.377.311-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000027179-6**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911446** e o código CRC **D59CB876**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301865**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301865**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **22/01/2024 a 14/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 31.145,62 (Trinta e um mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **WESLAINE SANTANA DA CRUZ**,

CPF *****.520.251-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000029420-6**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911476** e o código CRC **8F15C450**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301902**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301902**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 15/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 36.789,29 (Trinta e seis mil setecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ALESSANDRA ARAUJO DA SILVA**,

CPF *****.690.031-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000028694-7**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911424** e o código CRC **12DDF6C4**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301925**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301925**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 15/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 32.616,28 (Trinta e dois mil seiscientos e dezesseis reais e vinte e oito centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ALESSANDRA ALVES ARANTES**,

CPF *****.020.631-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000028691-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911423** e o código CRC **92E89175**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 202301925

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301925**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **16/08/2023 a 15/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.723,03 (Cinquenta e dois mil setecentos e vinte e tres reais e tres centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ALESSANDRA ALVES ARANTES**,

CPF *****.020.631-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000028691-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911420** e o código CRC **CDB7CAF7**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301954**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301954**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 15/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 32.616,28 (Trinta e dois mil seiscientos e dezesseis reais e vinte e oito centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANDREIA DE CASTRO SILVA**,

CPF *****.827.071-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000028699-8**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911444** e o código CRC **EF6EA1F3**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301954**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301954**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **16/08/2023 a 15/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 45.998,88 (Quarenta e cinco mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANDREIA DE CASTRO SILVA**,

CPF *****.827.071-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000028699-8**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911443** e o código CRC **9EF0B724**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 202301972**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301972**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 16/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 32.861,39 (Trinta e dois mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA CAROLINA ANDALECIO PRADO**,

CPF *****.475.641-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000030189-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911430** e o código CRC **E8161C2F**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 202301972

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301972**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/08/2023 a 16/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.723,03 (Cinquenta e dois mil setecentos e vinte e tres reais e tres centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA CAROLINA ANDALECIO PRADO**,

CPF *****.475.641-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000030189-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911429** e o código CRC **2C011D5C**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302059**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302059**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 16/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 32.861,39 (Trinta e dois mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **VANESSA DA SILVA SANTOS**,

CPF *****.747.771-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000028844-3**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911471** e o código CRC **71C226E2**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302059**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302059**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/08/2023** a **16/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.723,02 (Cinquenta e dois mil setecentos e vinte e tres reais e dois centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **VANESSA DA SILVA SANTOS**,

CPF *****.747.771-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000028844-3**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911470** e o código CRC **6882D26B**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302089**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302089**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 23/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 33.879,74** Trinta e tres mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA CLAUDIA RODRIGUES DE AVELAR MARCIANO**,

CPF *****.127.311-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000030083-4**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911433** e o código CRC **0E27E31A**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302112**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302112**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 24/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 34.025,22 (Trinta e quatro mil e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA KARULINE ALVES DE SOUZA**,

CPF *****.016.161-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000030084-2**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911435** e o código CRC **FB2E2363**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302133**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302133**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 24/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 34.025,22 (Trinta e quatro mil e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **GEISSIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA**,

CPF *****.828.131-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000030096-6**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911464** e o código CRC **072B3844**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302133**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302133**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **25/08/2023** a **24/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.723,02 (Cinquenta e dois mil setecentos e vinte e tres reais e dois centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **GEISSIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA**,

CPF *****.828.131-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000030096-6**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911462** e o código CRC **AF3848A8**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 202302194

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302194**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **17/01/2024 a 27/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 34.461,65 (Trinta e quatro mil quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA CAROLLINA SANTOS PIRES**,

CPF *****.113.831-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000030080-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911431** e o código CRC **ECD61DC0**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302210**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302210**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **28/08/2023** a **27/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 38.634,66** (Trinta e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA PAULA DOS SANTOS SILVA**,

CPF *****.968.073-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000030089-3**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911437** e o código CRC **CF0E3A4E**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202302210**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202302210**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **28/08/2023 a 27/08/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 52.723,03 (Cinquenta e dois mil setecentos e vinte e tres reais e tres centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ANA PAULA DOS SANTOS SILVA**,

CPF *****.968.073-**.**

PROCESSO SEI N **23.24.000030089-3**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 20/05/2025, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 20/05/2025, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911436** e o código CRC **E1EA6B80**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE DECRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301369**

OBJETO: O decréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301369**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME, a partir de **08/02/2024**.

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 26.827,13 (Vinte e seis mil oitocentos e vinte e sete reais e treze centavos)**.

CARGO: **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II**

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **CARLA VAZ MACHADO CARDOSO**,

CPF *****.569.391-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000024876-0**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 23/05/2025, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 23/05/2025, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6954557** e o código CRC **9DFC5D64**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE DECRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301415**

OBJETO: O decréscimo de carga horária de **10** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301415**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME, a partir de **01/12/2023**.

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 35.042,35 (Trinta e cinco mil quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos)**.

CARGO: **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II**

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ADRIANA KIRILO SOUZA LAGOS**,

CPF *****.545.468-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000024936-7**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 23/05/2025, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 23/05/2025, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6954556** e o código CRC **D842C450**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE DECRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202301468**

OBJETO: O decréscimo de carga horária de **10** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202301468**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME, a partir de **12/09/2023**.

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 2.514,61 (Dois mil quinhentos e quatorze reais e sessenta e um centavos)**.

CARGO: **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II**

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **ELIANA PEREIRA MANSO SOUZA**,

CPF *****.712.741-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000024961-8**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 23/05/2025, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomez Miziara, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 23/05/2025, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cristina Monteiro Vieira da Silva, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 23/05/2025, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 27/05/2025, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6954558** e o código CRC **D8340385**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 001 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
24.29.000045564-3	1325/2024	MARINEZ CAETANO DE CASTRO	AUXILIAR DE FARMACIA	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000045746-8	1329/2024	YANN VICTOR CATARINO	AUXILIAR DE FARMACIA	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000045552-0	1324/2024	LETICIA PORTES SANDIVILLE PEDROZA	AUXILIAR DE FARMACIA	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000045492-2	1328/2024	WILSIANE APARECIDA RODRIGUES SIQUEIRA	AUXILIAR DE FARMACIA	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000045450-7	1321/2024	ALLINY FELICIO MARTINS DE SOUSA	AUXILIAR DE FARMACIA	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000045451-5	1326/2024	RAILDA BRANDÃO BRITO	AUXILIAR DE FARMACIA	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000046981-4	1523/2024	INDIARA RAMOS SOUZA E SILVA	AUXILIAR DE FARMACIA	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84
24.29.000046842-7	1524/2024	JOHNATAN SANTOS DE JESUS	AUXILIAR DE FARMACIA	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84
24.29.000046876-1	1520/2024	ERIKA DE SOUZA LIMA	AUXILIAR DE FARMACIA	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84
25.29.000000115-0	003/2025	ANDRESSA ALEIXO DA SILVA SANTOS	AUXILIAR DE FARMACIA	02/01/2025	02/01/2026	36.837,84
24.29.000045562-7	1327/2024	SARA RODRIGUES DIAS	AUXILIAR DE FARMACIA	10/12/24	09/12/25	36.837,84
24.29.000045534-1	1322/2024	FLAVIA DIAS FIGUEIREDO	AUXILIAR DE FARMACIA	12/12/24	11/12/25	36.837,84



Documento assinado eletronicamente por **Eliei Amorim da Silva, Gerente de Contratos e Convênios e Credenciamentos**, em 05/05/2025, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6111155** e o código CRC **EC4856C7**.



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 002 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
24.29.000045431-0	1417/2024	HEVELYN PEREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000045537-6	1416/2024	BARBARA HELOISA NASCIMENTO SILVA	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000045535-0	1418/2024	PATRICIA ROSA DOS SANTOS	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	10/12/2024	09/12/2025	36.837,84
24.29.000000014-5	1508/2024	JULIA MENDONÇA LYRA	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	02/01/2025	01/01/2026	36.837,84
24.29.000047020-0	1516/2024	NATALIA RIOS ADORNELAS	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	26/12/2024	25/12/2025	36.837,84
24.29.000046824-9	1517/2024	ELENILDA DE SOUZA DA SILVA	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84
24.29.000046809-5	1510/2024	ANDREIA CRISTINA SILVA SOUSA	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84
24.29.000046818-4	1512/2024	DELZILENE PERREIRA DA SILVA ARAUJO	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84
24.29.000046925-3	1511/2024	ANA FLAVIA GOMES VIEIRA	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84
24.29.000046813-3	1513/2024	VIVIANE FURTADO PIRES DE SOUSA	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	20/12/2024	19/12/2025	36.837,84

Goiânia, 12 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**, Secretário Municipal de Saúde, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6111630** e o código CRC **107D9C87**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 003 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
24.29.000045433-7	1427/2024	WESLEY DE OLIVEIRA RAMOS DO O	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40
24.29.000045558-9	1425/2024	SIMONE PEREIRA DE SOUZA SANTANA	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40
24.29.000045447-7	1422/2024	MARCIA BATISTA RAMOS	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40
24.29.000045461-2	1420/2024	JANETE VIEIRA DOS SANTOS OLIVEIRA	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40
24.29.000045644-5	1419/2024	FERNANDO DO PRADO GONZALEZ	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40
24.29.000045470-1	1424/2024	RICHARD NUNES MARTINS BORGES	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40
24.29.000045524-4	1421/2024	JORNELI CARNEIRO PEREIRA DE BRITO	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40
24.29.000045454-0	1426/2024	JANE APARECIDA GUILHERME	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	10/12/2024	09/12/2025	26.600,40

Goiânia, 12 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6111804** e o código CRC **C6D36217**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 004 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
24.29.000045493-0	1318/2024	MATHEUS HENRIQUE ASSIS DE LIMA	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045584-8	1319/2024	NATALIE MARQUES NASCIMENTO CORDEIRO	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045485-0	1320/2024	SABELLA VENTURA PERACINI	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045523-6	1317/2024	LUZIANA CUNHA REZENDE	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045442-6	1315/2024	LAURA SILVA SOUSA	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29000045494-9	1316/2024	LUDYMILLA DE LIMA SILVA	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045513-9	1313/2024	CRISTIANE SIQUEIRA DE MORAES GONZAGA	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045482-5	1312/2024	ALEXIA DE JESUS ARAUJO	BIOMÉDICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
25.29.000000097-8	001/2025	THAYS LORRAINY GOMES DE SOUZA	BIOMÉDICO	02/01/2025	01/01/2026	74.880,00

Goiânia, 12 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6111907** e o código CRC **E7DEA216**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 005 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

24.29.000045560-0	1412/2024	JULIO CESAR SALES DE OLIVERIA	FARMACEUTICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045553-8	1413/2024	MARISE DE CASTRO LIMA	FARMACEUTICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045440-0	1414/2024	PAULA ANDREIA AUGUSTA SARAIVA	FARMACEUTICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045432-9	1415/2024	SANDRA DA SILVA QUEIROZ	FARMACEUTICO	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00

Goiânia, 12 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6112796** e o código CRC **76B6499F**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6112796v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 006 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
24.29.000045411-6	1370/2024	LARENNE OLIVEIRA DE SOUZA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	09/12/2024	08/12/2025	74.880,00
24.29.000045484-1	1360/2024	IRENE DE SOUZA ARAUJO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045441-8	1344/2024	CLAUDIA DA SILVA DUARTE	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045598-8	1391/2024	MIRIAN TEIXEIRA CANDIDO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045532-5	1357/2024	GERCILIA PEREIRA DOS SANTOS SANTANA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045455-8	1369/2024	LAISE FARIAS MOTA AZEVEDO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045533-3	1402/2024	SATIRA MICHELE CESAR DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045718-2	1333/2024	ALTINA MARCIANO DA SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045937-1	1337/2024	ANNE RAILETE DA COSTA OLIVERIA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045498-1	1346/2024	CLAUZA GONÇALVES DA SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045506-6	1341/2024	CARMOELY REVANE DIAS MARTINS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045456-6	1377/2024	LORENA ARAUJO DE SOUSA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045542-2	1409/2024	WESLEY RODRIGUES DE SOUSA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045511-2	1338/2024	BARBARA COELHO DOS SANTOS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045507-4	1396/2024	RAMON BRANDÃO BRITO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00

			EMERGÊNCIA			
24.29.000045503-1	1353/2024	FABIANO COIMBRA VARGAS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000046134-1	1401/2024	RODRIGO CUNHA GOMES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045472-8	1410/2024	WILMA LAUREANO DA SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045615-1	1395/2024	RAFAEL ANTONIO SILVA NETO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045561-8	1334/2024	AMALIA QUEIROZ DE NORONHA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045471-0	1384/2024	MAIL MORAIS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045468-0	1383/2024	MAIL MORAIS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045495-7	1352/2024	ELEUZA DO ROSARIO DE MELLO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045479-5	1364/2024	JAYNE DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045460-4	1362/2024	ISABEL DE JESUS PEREIRA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045446-9	1400/2024	ROBERTA RAMOS RIBEIRO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045438-8	1397/2024	RAUL CARVALHO DE SOUZA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045617-8	1351/2024	ELAINE DE SOUZA CRUZ	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045487-6	1382/2024	MAICON DOUGLAS DA SILVA DE SA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045465-5	1403/2024	SIDNEI DE SOUZA NETO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045427-2	1404/2024	SIMONE NEVES DA SILVA ASSIS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045464-7	1366/2024	JOSIMAR BATISTA ALVES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045459-0	1399/2024	RENATA KARISY COSTA CANEDO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045476-0	1345/2024	CLAUDIA REGINA DA SILVA MARQUES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045491-4	1394/2024	PEDRO HENRIQUE SANTOS SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00

24.29.000045436-1	1340/2024	CARLOS EDUARDO ALVES DE MELO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045474-4	1390/2024	MIDIÃ SARAIVA ADERALDO ALEXANDRE	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045500-5	1348/2024	DENISE DOS SANTOS REZENDE E OLIVEIRA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045528-7	1408/2024	WALQUIRIA PEREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045521-0	1389/2024	MAYRA LIMA MORAES SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045514-7	1381/2024	LUDYMILA ARRUDA MESQUITA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045445-0	1387/2024	MARLUZIA FURTADO PAULINO TELES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045481-7	1378/2024	LORRAYNE ALVES FERREIRA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045477-9	1350/2024	EDVANIA OLIVEIRA DA SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045540-6	1406/2024	THALLES DE OLIVEIRA SANTOS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045512-0	1347/2024	DEBORAR RIBEIRO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045556-2	1386/2024	MARCELLA MARQUES DE ALMEIDA CACERES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045594-5	1359/2024	HYZA BRUNA VIEIRA HARINGL	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045429-9	1398/2024	RENAN FELIPE NEVES MOTA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045444-2	1343/2024	CINTHIA CRISTINA VIEIRA DE CASTRO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045453-1	1356/2024	FRANCISCA IONE LOPES DE ABREU	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045509-0	1372/2024	LARISSA CATARINO RODRIGUES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045505-8	1373/2024	LARISSA PEREIRA DE MELO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045502-3	1407/2024	WALCLEIA DUARTE DE SOUZA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045935-5	1393/2024	NEURILENE SANTANA PEREIRA VELOSO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00

24.29.000045538-4	1349/2024	DIANA FERREIRA DE SOUZA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045541-4	1342/2024	CELMA COSTA SILVA SANTOS	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045539-2	1376/2024	LIVIA CUNHA BERNARDES PIRES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045467-1	1388/2024	MARUSCIA ALVES DE ALENCAR PEIXOTO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045490-6	1385/2024	MAIRA MACEDO GUIMARÃES	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045497-3	1363/2024	JANAINA BRITO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10/12/2024	09/12/2025	74.880,00
24.29.000045743-3	1392/2024	NAYARA TELES DOS REIS DE SOUZA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	11/12/2024	10/12/2025	74.880,00
24.29.000045738-7	1380/2024	LUCIA ROCHA COSTA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	11/12/2024	10/12/2025	74.880,00
24.29.000045914-2	1452/2024	MARTINNELLY DA SILVA SOUZA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	12/12/2024	11/12/2025	74.880,00
24.29.00001540-1	012/2025	FLAVIA CRISTINA BARROS LIMA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	17/01/2025	16/01/2026	74.880,00
24.29.000046462-6	1335/2024	AMANDA CAROLINA DA SILVA	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	18/12/2024	17/12/2024	74.880,00
25.29.000000192-3	006/2025	JHONISCLER JANUARIO MELO	ENFERMEIRO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	03/01/25	02/01/26	74.880,00

Goiânia, 12 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6112810** e o código CRC **E9F178C0**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 007 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000000104-4	002/2025	AGUINILDA TELES CARDOSO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	02/01/2025	01/01/2026	36.872,16
24.29.00004550-3	1301/2025	BIANCA FERREIRA DOS SANTOS SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045544-9	1308/2025	MILENA DOS SANTOS SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045547-3	1302/2024	DANIANE SILVA DE OLIVEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045546-5	130/2024	LUDMYLA MARTINS NOGUERIA SILVA MARQUES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045531-7	1300/2024	ANA MARIA ROSA PEREIRA NOVAES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045557-0	1311/2024	VIRORIA HELE OLIVEIRA ROSA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045435-3	1303/2024	DARCILENE PEREIRA DUARTE	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045599-6	1304/2024	KARLA DESIRE BATISTA RIBEIRO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045568-6	1310/2024	SANDRA DOS SANTOS SILVA BRANTS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045574-0	1307/2024	MARIA HELENA DA SILVA SOUSA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	10/12/2024	09/12/2025	36.872,16
24.29.000045697-6	1309/2024	RAFAEL DE SOUSA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	11/12/2024	10/12/2025	36.872,16
24.29.000046763-3	1476/2024	REGIANNE MENDES DE SOUSA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	19/12/2024	18/12/2025	36.872,16
25.29.000000088-9	1592/2024	WALLAN JUNIOR VIEIRA DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046858-3	1603/2024	HYNNGREDDY RODRIGUES DE SOUZA	TÉCNICO ENFERMAGEM	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16

			NUVECIS			
24.29.000046948-2	1549/2024	JESSICA GOMES TEIXEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046816-8	1491/2024	ANA CAROLINA DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046848-6	1469/2024	MARLI DIAS DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046951-2	1543/2024	ELIZABETH APARECIDA BERTOLDO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046863-0	1489/2024	EVANIA FERREIRA BARROS SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046885-0	1537/2024	VALQUIENE DE SOUSA LIMA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046850-8	1458/2024	WASINGTON LUIZ ARAUJO GOMES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046812-5	1454/2024	ELAINE DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046982-2	1557/2024	GISLAINE CARLA DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046980-6	1500/2024	JOELSON GARCES SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046962-8	1576/2024	CRISTIANE IKEDA KASSAOKA COSTA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046808-7	1457/2024	RISIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046938-5	1596/2024	TAYNA LEIDINNARY SOUZA ROCHA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046935-0	1560/2024	JOSANIA FELIPE DE JESUS PARANHOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046963-6	1584/2024	CRISTIANE IKEDA KASSAOKA COSTA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046820-6	1481/2024	DANIELLE DUTRA DE OLIVEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046864-8	1541/2024	JAKELINE NUNES CARDOSO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046811-7	1501/2024	DIERCILENY DE SOUSA GUIMARAES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046841-9	1604/2024	ELISANGELA DE OLIVEIRA SANTANA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046832-0	1502/2024	JOSILENE SANTANA DE OLIVEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16

24.29.000046853-2	1487/2024	ANA CRISTINA DA SILVA GOMES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046989-0	1578/2024	PEDRO HENRIQUE SILVA SOUSA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046868-0	1456/2024	ALAN CORDALIA MADALENA DE SOUSA LEMES MACHADO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046875-3	1566/2024	FRANCILENE FERREIRA BISPO DE SOUSA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046907-5	1569/2024	IVONEIDE PEREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046829-0	1538/2024	CINTHYA NAGLEY ALVES GUEDES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046970	1488/2024	KELLEN CRISTINA DE SOUSA ARAUJO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046806-0	1461/2024	LUDMYLLA CARDOSO DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046833-8	1529/2024	INES BARBOSA DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046861-3	1571/2024	NELCINA MARIA DE ARAUJO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046867-2	1586/2024	ELIZABETE MARQUES TIAGO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046869-9	1528/2024	JADIEL HENRIQUE DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046827-3	1542/2024	JENIFFER JULIETE GONÇALVES SOUZA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046805-2	1485/2024	MARCIA CALDEIRA DE LIMA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046862-1	1532/2024	NELCINA MARIA DE ARAUJO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046979-2	1483/2024	BRUNA CRISTINA TAVARES FERNANDES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046911-3	1594/2024	MARIA APARECIDA SOBRINHO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046917-2	1490/2024	ANTONIA DA SILVA GONÇALVES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046852-4	1526/2024	VIVIANE SOARES VALENTE GUIMARAES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046810-9	1472/2024	SIRLEI QUEIROZ	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16

24.29.000046846-0	1460/2024	DAGUIMAR MOREIRA LUIZ	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046859-1	1507/2024	ELIANE BENICIO DE SOUZA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046959-8	1478/2024	ANNA RHUBYA ARAPONGA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046838-9	1565/2024	WORTHIERES SOUZA XAVIER FROTA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000047057-0	1533/2024	MARIA ANTONIA OLIVEIRA FARIAS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047140-1	1600/2024	PATRICIA ROSA DE MENDONÇA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047088-0	1556/2024	MICHELLE CRISTINE GONÇALVES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047078-2	1527/2024	WANESSA DE OLIVEIRA CAMILO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047017-0	1536/2024	EDNA FERREIRA DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047040-5	1519/2024	JURACI VAZ DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047037-0	1475/2024	ORLANA FERREIRA DE SOUZA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047070-7	1559/2024	RENATA CARDOSA DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047134-7	1796/2024	THAIS PEREIRA DE CASTRO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
2429000047133-9	1495/2024	THAIS PEREIRA DE CASTRO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
24.29.000047223-8	1572/2024	LUZIA DO SOCORRO ROSA SILVA FERREIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	27/12/2024	16/12/2024	36.872,16
24.29.000047309-9	1580/2024	ERICKA GABRIELA TEIXEIRA DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	27/12/2024	16/12/2024	36.872,16
24.29.000046984-9	1570/2024	AURELINA BATUIRA BORGES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046961-0	1581/2024	NIVALDO NEVES DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
25.29.000002605-5	053/2025	ROSEMAR DE ANDRADE	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	28/1/2025	27/1/2026	36.872,16
25.29.000002496-6	051/2025	SILVIA FRANCISCA DA COSTA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	27/1/2025	26/1/2026	36.872,16

24.29.000046845-1	1553/2024	CLEUZA SOUZA BRANTS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12//2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046890-7	1473/2024	KASSIA CRISTINA ALBUQUERQUE DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/10/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046835-4	1468/2024	KARLA DESIRE BATISTA RIBEIRO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12//2024	20/12/2025	36.872,16
24.29.000047227-8	1602/2024	MARIA LUSIMAR DE FREITAS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/24	25/12/25	36.872,16
24.29.000046849-4	1471/2024	KEILA GOMES ALVES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/24	19/12/25	36.872,16
24.29.000046932-6	1568/2024	MARIA DE JESUS ALVES BRITO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/24	19/12/25	36.872,16
24.29.000046821-4	1585/2024	NELCICLEIA SOUZA BARROS HILARIO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/24	19/12/25	36.872,16
24.29.000046936-9	1486/2024	FRANCIELLY DA SILVA FREITAS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/24	19/12/25	36.872,16
24.29.000046975-0	1479/2024	LINDIANE CORREIA CAIRES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12//2024	19/12/25	36.872,16
25.29.000000119-2	004/2025	CLEIA BARBOSA DE SENA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	02/01/2025	01/01/2026	36.872,16
24.29.000046949-0	1554/2024	LUANA MARAES DOURADO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046942-3	1503/2024	MARIA BATISTA GONÇALVES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	29/12/2026	36.872,16
24.29.000046916-4	1544/2024	ROSIMAR LIRA DE SOUZA VIEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2026	36.872,16

Goiânia, 12 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6114400** e o código CRC **3A99BF9E**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 008 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
24.29.000044134-0	570/2024	LARISSA RORIZ DE CASTRO	MÉDICO GENERALISTA	1/12/2024	30/11/2025	288.000,00
24.29.000044135-9	571/2024	LARISSA RORIZ DE CASTRO	MÉDICO GENERALISTA	1/12/2024	30/11/2025	288.000,00
24.29.000047248-3	1609/2024	ANA CAROLINA DINIZ E PAULA	MÉDICO GENERALISTA	27/12/2024	26/12/2025	288.000,00
24.29.000047244-0	1608/2024	NADIA OLIVEIRA CABRAL	MÉDICO GENERALISTA	27/12/2024	26/12/2025	288.000,00
24.29.000045959-2	1448/2024	YAN IKEDA FONSECA	MÉDICO PSIQUIATRA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000046577-0	1451/2024	RICARDO SOARES DE ARAUJO	MÉDICO PSIQUIATRA	13/12/2024	12/12/2025	342.144,00
24.09.000045842-1	1447/2024	RAQUEL DE ALCANTARA GUIMARAES E MAGALHAES	MÉDICO PSIQUIATRA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000045958-4	1449/2024	CHRISTE ELLEN BATISTA FANZLAU	MÉDICO PSIQUIATRA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000046677-7	1437/2024	RODRIGO CARDOSO DERENCE PALMIRA	MÉDICO ORTOPEDISTA	19/12/2024	18/12/2025	342.144,00
24.29.000046419-7	1434/2024	ESTHER DE OLIVEIRA SANTOS GOMES	MÉDICO ORTOPEDISTA	13/12/2024	12/12/2025	342.144,00
24.29.000045930-4	1431/2024	CACILDO GOMES DORNINGER	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000046125-2	1450/2024	HIKARO JULIO SANTIAGO BARBOSA	MÉDICO PSIQUIATRA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000045933-9	1432/2024	CACILDO GOMES DORNINGER	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000045880-4	1435/2024	HENRIQUE LUIZ FIDELIS DE FARIAS	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000045892-8	1433/2024	LAURO CESAR BRITO REZENDE	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00

24.29.000045871-5	1430/2024	MARIO HENRIQUE MIGUEL DA SILVA	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000045869-3	1429/2024	MARIO HENRIQUE MIGUEL DA SILVA	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000045879-0	1436/2024	HENRIQUE LUIZ FIDELIS DE FARIAS	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000045847-2	1428/2024	HUGO VALERIANO RIBEIRO	MÉDICO ORTOPEDISTA	12/12/2024	11/12/2025	342.144,00
24.29.000046099-0	1442/2024	ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR	MÉDICO PEDIATRA	13/12/2024	12/12/2025	508.032,00
24.29.000033588-5	638/2024	MICHEL JORGE SILVA SOUZA	MÉDICO GENERALISTA	30/8/2024	29/8/2025	230.400,00
24.29.000033924-4	901/2024	ANA CAROLINA MOREIRA DE BRITO	MÉDICO GENERALISTA	3/9/2024	2/9/2025	230.400,00
24.29.000036929-1	855/2024	KENNEDY FERRO DA COSTA	MÉDICO GENERALISTA	30/9/2024	29/9/2025	230.400,00
24.29.000041687-7	891/2024	ADRIANA BONAN	MÉDICO	7/11/2024	6/11/2024	288.000,00
24.29.000040701-0	1277/2024	Leia carla jorge marques	MÉDICO GENERALISTA 40H	30/10/2024	29/10/2025	252.000,00
24.29.000040715-0	1296/2024	Sebastião leite pinto	MÉDICO PEDIATRA	30/10/2024	29/10/2025	160.320,00
24.29.000040752-5	1291/2024	GLAUCIA NAVES SILVA	MÉDICO PEDIATRA	30/10/2024	29/10/2025	160.320,00
24.29.000040824-6	1293/2024	SUZANA LOPES RODRIGUES VASCONCELOS	MÉDICO PEDIATRA	30/10/2024	29/10/2025	160.320,00
24.29.000041070-4	1294/2024	LORRAINE VIEIRA CRUZ FUKUSHIMA	MÉDICO PEDIATRA	4/11/2024	3/11/2025	160.320,00
24.29.000040686-3	1278/2024	FERNANDA ALVES BUENO DE OLIVEIRA	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE	30/10/2024	29/10/2025	320.640,00
24.29.000040746-0	1285/2024	MARCUS VINICIUS MARTINS DE CASTRO SANTANA	MÉDICO DA SAUDE DA FAMILIA E COMUNIDADE	30/10/2024	29/10/2025	320.640,00
24.29.000040872-6	1283/2024	DANIELLA CAMPOS FERREIRA	MÉDICO DA SAUDE DA FAMILIA E COMUNIDADE	31/10/2024	30/10/2025	320.640,00
24.29.000040899-8	1280/2024	LUAN COUTO BARBOZA	MÉDICO DA SAUDE DA FAMILIA E COMUNIDADE	31/10/2024	30/10/2025	320.640,00
24.29.000041108-5	1282/2024	JULIANA FERREIRA DE SOUZA BUCCI	MÉDICO DA SAUDE DA FAMILIA E COMUNIDADE	4/11/2024	3/11/2025	320.640,00
24.29.000041345-2	322 / 2024	FLAVIO OLIVEIRA DA SILVA	MÉDICO GENERALISTA	5/11/2024	4/11/2025	230.400,00

24.29.000040920-0	1295/2024	PABLO SANTIAGO DE FREITAS FERNANDES	MÉDICO PEDIATRA	31/10/2024	30/10/2025	160.320,00
24.29.000041543-9	1289/2024	ANTONIA VAZ MESSIAS LOPES	MÉDICO PEDIATRA	6/11/2024	5/11/2025	160.320,00
24.29.000044598-2	641/2024	MONIQUE DE ANDRADE NAZIOZENO	MÉDICO	9/12/2024	8/12/2024	288.000,00
25.29.000003690-5	056/2025	PEDRO GABRIEL DE CARVALHO ALKAS	MÉDICO GENERALISTA	5/2/2025	4/2/2026	288.000,00
25.29.00000252-8	052/2025	LAURA FEITOSA BARBOSA	MÉDICO GENERALISTA	28/1/2025	27/01/2026.	288.000,00
25.29.000003309-4	1610/2024	PEDRO GUILHERME GIOIA DE MORAES	MÉDICO GENERALISTA	5/12/2024	5/12/2025	288.000,00
25.29.000002103-7	027/2025	RAFAELLA ZAMBELLE CHAVES	MÉDICO GENERALISTA	23/1/2025	22/1/2026	288.000,00
25.29.000001249-6	009/2025	GILSIANE DE SOUSA SAMPAIO	MÉDICO GENERALISTA	15/1/2025	14/1/2026	288.000,00
25.29.000002305-6	030/2025	DANILLO DE CARVALHO FERNANDES	MÉDICO GENERALISTA	24/1/2025	23/1/2026	288.000,00
25.29.000009899-5	088/2025	LUCIANO HELOU DE OLIVEIRA	MÉDICO GENERALISTA	28/3/2025	27/3/2026	126.000,00
25.29.000008356-3	067/2025	BEATRIZ BANDEIRA CAVALCANTE	MÉDICO GENERALISTA	13/3/2025	12/3/2026	126.000,00
25.29.000008329-6	072/2025	FERNANDA FLORENCIO MOTA	MÉDICO GERNERALISTA	13/3/2025	12/3/2026	126.000,00
25.29.000008302-4	096/2025	RENATA ALVES E SOUSA	MÉDICO GENERALISTA	13/3/2025	13/3/2026	126.000,00

Goiânia, 28 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6997887** e o código CRC **EB894630**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 021 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000013941-0	1331/2025	VANUSA ALVES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014086-9	1339/2025	RAYANE SILVA SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014074-5	1326/2025	MARCILEIDE VINICIO AMBROZIO	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000013868-6	1330/2025	DELCIONITA ARIANA FRANCES ANGEL JUSTINA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29000013945-3	1308/2025	ALICE MOREIRA ALVES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014274-8	1325/2025	ANDERSON RODRIGO ALVES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014020-6	1316/2025	CONCEICAO PEREIRA DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014042-7	1312/2025	FRANCISCA HERBENIA BEZERRA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.-29.000014005-2	1310/2025	KEISY GABRIELLE DE SOUSA TOLEDO	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000013986-0	1302/2025	LAYS FERNANDES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014023-0	1321/2025	LIVIAKELE SANTANA DE OLIVEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013913-5	1333/2025	NUBIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16

			- IMUNIZAÇÃO			
25.29.000013965-8	1306/2025	SILVILENE RIBEIRO RODRIGUES	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013977-1	1318/2025	TERESA CRISTINA DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014003-6	1311/2025	TATIANE ALVES DOS SANTOS NUNES	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014037-0	1324/2025	WLIANE MICHELLE ALMEIDA DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000017329-5	1300/2025	WESLEI ROBERTO BARBOSA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013958-5	1309/2025	CLEO RODRIGUES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013927-5	1297/2025	ANA PAULA DE CAMARGO OLIVEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014094-0	1327/2025	JOSIANA ALVES DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014002-8	1322/2025	ZIZELDA PEREIRA MARINS	TÉCNICO ENFERMAGEM - IMUNIZAÇÃO	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16

Goiânia, 22 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**, **Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6948008** e o código CRC **91F74C72**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 022 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000013932-1	1364/2025	CLARISSA CALAZANS DE PAULO	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000013929-1	1398/2025	RENATA VALERIANO BORGES TOMAZ	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000013863-5	1377/2025	LORRAINY PEREIRA DUARTE	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000013950-0	1368/2025	ELAINE CARDOSO DE SOUSA FERNANDES	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000013910-0	1352/2025	DENISE GONZAGA MACHADO	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000013973-9	1402/2025	ANA CAROLINY DA SILVA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000014093-1	1372/2025	MEIRISMAR JOSE DIAS	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000013809-0	1405/2025	AMANDA CAROLINA DA SILVA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000014483-0	1365/2025	DAIANNY FRANCISCA DA PAZ E SOUSA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	25/4/2025	24/4/2026	76.800,00
25.29.000013943-7	1276/2025	THAIS RODRIGUES REIS BORGES	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	76.800,00
25.29.000013975-5	1360/2025	KATIA MARA SALES MOREIRA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000014036-2	1361/2025	ALANA VANESSA SOUSA SANTOS BORGES	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000014007-9	1395/2025	THAINARA VIEIRA DE MATOS RIBEIRO	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00

25.29.000014017-6	1376/2025	ERICA SONIA DOS SANTOS PARANAGUA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013870-8	1392/2025	ELAINE BORGES DE SOUZA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013939-9	1381/2025	KATHARYNE PEREIRA BARBOSA ALBUQUERQUE SILVA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013900-3	1358/2025	MARIA DOS REIS SILVA NETA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013924-0	1357/2025	JULIANA SILVA SEVERIANO	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000014285-3	1391/2025	JOICE ARAUJO BAZ MARTINS	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013862-7	1354/2025	DEUSINETE LIMA TELLES	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013869-4	1401/2025	ELLAINY TATIELLY SANTOS MONTEIRO	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013874-0	1385/2025	TATYANNE ROCHA DOS SANTOS DIAS	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013936-4	1375/2025	JULIANA LACERDA SILVA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013899-6	1388/2025	GABIELA MELO DE JESUS	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013968-2	1380/2025	VANESSA DIVINA DE OLIVEIRA PULQUERIO	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013883-0	1349/2025	IZOLDA BEATRIZ CUNHA LEMES	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013993-3	1389/2025	FRANCYELLE GRAMACHO DA SILVA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000014051-6	1399/2025	KEILANNE DA SILVA MILHOMEM	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000014022-2	1350/2025	JULIANA SANTANA TEIXEIRA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000014014-1	1369/2025	LUCINEIDE CARVALHO DE SOUSA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013957-7	1390/2025	NEILA DOS REIS SILVA ESCOBAR	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00

25.29.000013937-2	1404/2025	MARTINNELLY DA SILVA SOUZA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000013892-9	1370/2025	RHILERY CRISHINA NOVAIS DE AS	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00
25.29.000014050-8	1382/2025	JOSAILDA RIBEIRO DA SILVA	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	76.800,00

Goiânia, 23 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6960636** e o código CRC **93D1A79E**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6960636v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 023 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000013896-1	1462/2025	DAIANE COSTA DA CUNHA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014015-0	1481/2025	MARCIENE GONÇALVES LOURENÇO	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014025-7	1442/2025	PEDRO OTAVIO SIQUEIRA DE MIRANDA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014009-5	1484/2025	LUCIANA CLAUDIA GOES	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014029-0	1409/2025	RENATO EVANGELISTA DE SOUSA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000013906-2	1444/2025	MATHEUS DE MELO PORTO	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000013954-2	1412/2025	LUZIMAR PEREIRA PINHEIRO ELIAS	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000013981-0	1472/2025	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014061-3	1456/2025	DILEUSA BONFIM DA COSTA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16
25.29.000014099-0	1408/2025	ROSCLEIDES LOPES DE ASSIS	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/4/2025	22/4/2026	36.872,16

25.29.000013979-8	1453/2025	PAULA CRISTINA MORAIS AGUIAR	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014231-4	1483/2025	FRANCISCA ARAUJO DOS SANTOS LOPES	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013912-7	1474/2025	JESSICA SILVA VIEIRA SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013875-9	1435/2025	LORENA KARINI DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014060-5	1449/2025	NUBIA MARIA XAVIER DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014905-0	1463/2025	LUCIA HELENA COSTA ALVES	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014016-8	1424/2025	LEIDIANE DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013985-2	1455/2025	RAIANE DOS ANJOS PEREIRA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014038-9	1488/2025	MARIA ALDINEIDE RODRIGUES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014112-1	1410/2025	DOUGLAS NEVES FEITOSA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013876-7	1485/2025	FRANCIDALVA SILVA SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000013894-5	1419/2025	TERESINHA FERNANDES DE SOUSA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872,16
25.29.000014055-9	1464/2025	DIANA BONFIM DA COSTA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872.16
25.29.000013941-0	1461/2025	LAZARA RODRIGUES DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM	23/04/2025	22/04/2026	36.872.16

			- ATENÇÃO PRIMÁRIA			
25.29.000013917-8	1425/2025	VANESSA BATISTA DE BRITO	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872.16
25.29.000014058-3	1452/2025	ALLINE APARECIDA BIANGO DELFINO	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872.16
25.29.000013865-1	1440/2025	ERICA MENDANHA	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872.16
25.29.000013988-7	1441/2025	TAYNNA DE PAULA CARNEIRO	TÉCNICO ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA	23/04/2025	22/04/2026	36.872.16

Goiânia, 23 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6963566** e o código CRC **AC97D436**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6963566v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 024 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000046975-0	1479/2024	LINDIANE CORREIA CAIRES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
25.29.000046936-9	1486/2024	FRANCIELLY DA SILVA FREITAS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
25.29.000046821-4	1585/2024	NELCICLEIA SOUZA BARROS HILARIO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
25.29.000046932-6	1568/2024	MARIA DE JESUS ALVES BRITO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
25.29.000047027-8	1602/2024	MARIA LUSIMAR DE FREITAS BRANDÃO	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	26/12/2024	25/12/2025	36.872,16
25.29.000046849-4	1471/2024	KEILA GOMES ALVES	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046845-1	1553/2024	CLEUZA SOUSA BRANTS	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046835-4	1468/2024	KARLA CAROLINE DE ÁVILA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16
24.29.000046890-7	1473/2024	KASSIA CRISTINA ALBUQUERQUE DA SILVA	TÉCNICO ENFERMAGEM NUVECIS	20/12/2024	19/12/2025	36.872,16

Goiânia, 23 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6964717** e o código CRC **D2D0836A**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 025 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000013895-3	1348/2025	MARCIA TRISTÃO DE GODOI BORNHOLDT	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	23/04/2025	22/04/2026	36.837,84
25.29.000013887-2	1347/2025	ANDREIA ALVES MACIEL	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	23/04/2025	22/04/2026	36.837,84
25.29.000013882-1	1345/2025	MARIA NAZARE SILVA DA COSTA	TÉCNICO LABORATÓRIO CIEVS	23/04/2025	22/04/2026	36.837,84

Goiânia, 23 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6964846** e o código CRC **57B8AAE1**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6964846v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 026 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000015810-5	1539/2025	GABRIELLA BARBOSA SILVA	MÉDICO GENERALISTA 40H	06/05/2025	05/04/2026	252.000,00
25.29.000015834-2	1506/2025	NATHALIA GUEDES CARRIJO	MÉDICO GENERALISTA 40H	06/05/2025	05/04/2026	252.000,00
25.29.000015809-1	1535/2025	THAYNÁ SOUSA NASCIMENTO	MÉDICO GENERALISTA 40H	06/05/2025	05/04/2026	252.000,00
25.29.000013491-5	128/2025	PAULA PACHECO KATOPODIS	MÉDICO GENERALISTA 40H	16/04/2025	15/04/2026	252.000,00
25.29.000014340-0	150/2025	JACKELINE SILVERIO DOS SANTOS	MÉDICO GENERALISTA 40H	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000015992-6	1501/2025	ALBION DE BARROS CURADO NETO	MÉDICO GENERALISTA 20H	06/05/2025	05/05/2026	126.000,00
25.29.000016189-0	122/2025	ISABELLA GOMES DE ALVARENGA	MÉDICO GENERALISTA 20H	10/04/2025	09/04/2026	126.000,00
25.29.000014844-4	1286/2025	MARINA SERRADOURADA DE SOUZA	MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE	28/04/2025	27/04/2026	320.640,00
25.29.000002305-6	030/2025	DANILLO DE CARVALHO FERNANDES	GENERALISTA	24/01/2025	23/01/2026	288.000,00

Goiânia, 23 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6965045** e o código CRC **B60529BF**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 027 / 2025 – CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO

Processo	Número Contrato	Nome	Cargo	Início	Término	Valor do Contrato
25.29.000008316-4	093/2025	MICHEL REIS ESSELIN BIANCARDINI	MÉDICO GENERALISTA	13/3/2025	12/3/2026	126.000,00
25.29.000008198-6	086/2025	LEANDRA DE JESUS SONEGO	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
25.29.000008193-5	097/2025	RICARDO AFFONSO BORGES FILHO	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
25.29.000008173-0	076/2025	GIOVANNA DE LIMA PASSERINI	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
25.29.000008181-1	075/2025	GABRIELA PEREIRA DUARTE	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
25.29.000008171-4	103/2025	CLAUDIA CORDEIRO MARTIN	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	252.000,00
25.29.000008182-0	105/2025	JOSE GUEDES PEIXOTO	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	252.000,00
25.29.000008237-0	110/2025	MONICA BEATRIZ DE OLIVEIRA SIMIEMA	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	252.000,00
25.25.000008636-8	084/2025	JÉSSICA RIBEIRO NEVES DE SÁ	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
25.29.000008300-8	085/2025	LAURA JULIA VALENTIN BARBOSA	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
774023	058/2025	FRANCELLE ADORNO SOFFA GUIMARAES MONTEIRO	MÉDICO GENERALISTA	27/02/2025	26/02/2026	288.000,00
25.29.000008314-8	066/2025	BARBARA LOPES RODRIGUES FERREIRA	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
25.29.000012760-9	147/2025	PRICILA ARANTES E SILVA PEREIRA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012461-8	136/2025	THAIS DE SOUSA ALMEIDA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012740-4	141/2025	UBIRATAN JOSE MARTINS SOBRINHO	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00

25.29.000012513-4	169/2025	MONICA BEATRIZ DE OLIVEIRA SIMIEMA	MÉDICO DA SAUDE DA FAMILIA E COMUNIDADE	10/04/2025	09/04/2026	320.640,00
25.29.000012505-3	123/2025	ISADORA ALVES MOURA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	126.000,00
25.29.000012463-4	130/2025	VALESKA ALBERNAZ CABRAL	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	126.000,00
25.29.000012729-3	121/2025	ILLA KATRINI LADEIA SANTANA BARROZO	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	126.000,00
25.29.000012713-7	120/2025	GUILHERME HENRIQUE FERREIRA MORAIS	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	126.000,00
25.29.000012599-1	139/2025	TAYNARA MENEZES BARBOSA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012466-9	145/2025	ISADORA FERNANDES DOS REIS	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012813-3	160/2025	ANA LUISA DE SOUZA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012469-3	159/2025	ANNA CAROLINE DE FREITAS GALVAO	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012606-8	140/2025	RAFAELA RAMOS FERREIRA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012643-2	144/2025	JOHNATHAN PEDROSO DA ROCHA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012690-4	134/2025	ALLANA FRANCIELLY MARQUES BARBOSA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012694-7	151/2025	MONICA HELENA GOMES KATAKI	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012609-2	154/2025	CAROLINA DE MORAIS TORRES	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012715-3	143/2025	LORENA GOIABEIRA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000013462-1	080/2025	ISABELLA TAVARES ALVES	MÉDICO GENERALISTA	13/03/2025	12/03/2026	126.000,00
25.29.000012545-2	127/2025	PATRICIA RENTA RESENDE SOUSA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	126.000,00
25.29.000012877-0	132/2025	VITORIA RIBEIRO DE SOUSA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012599-1	162/2025	MARCUS VINICIUS CRUVINEL DIONIS	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012591-6	153/2025	MONICA ALMEIDA RABELO	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012587-8	161/2025	ALESSANDRA DE PAIVA WANDERLEY	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00

25.29.000012562-2	149/2025	JOAO PAULO QUEIROZ CARDOSO DA CUNHA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012498-7	146/2025	ALEXANDRE REIS SILVA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012798-6	167/2025	CARLA FRANCO MENDONÇA DE ARAUJO	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012540-1	165/2025	INES CARVALHO DE CATRO VIEIRA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.0000125212-5	133/2025	STREFANY BORGES BRAGA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012497-9	168/2025	NILVA MARQUES DA VEIGA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012477-4	156/2025	PAULA REBOUCAS FARIA DOS SANTOS	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012467-7	135/2025	OTAVIO AUGUSTO BALDUINO CROSARA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012282-8	157/2025	WILIAN MACHADO DA CUNHA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012464-2	142/2025	HELLEN MIRANDA CAMPOS	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012594-0	137/2025	ISADORA MENDONÇA NASCENTE	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012460-0	152/2025	PIETRO LUIGI BERTOLINI	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012532-0	158/2025	GUSTAVO PEIXOTO MARTINS	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00
25.29.000012515-0	166/2025	KLEBER FRANCA COSTA	MÉDICO GENERALISTA	10/04/2025	09/04/2026	252.000,00

Goiânia, 28 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6998496** e o código CRC **7A417435**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 009 / 2025 – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo	Nº Contrato	Nome	Cargo	Acréscimo		Valor do Contrato
				%	Valor	
24.29.000030306-1	711/2024	SARAH NOGUEIRA MARINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030555-2	595/2024	LUCIO MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030557-9	596/2024	LUCIO MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031228-1	792/2024	MATEUS FERREIRA DE SIQUEIRA E SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030324-0	482/2024	ERICA LOPES CASTILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032910-9	975/2024	LAURO SERGIO BARROZO JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030291-0	543/2024	JERONIMO FERREIRA NAVES NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030293-6	544/2024	JERONIMO FERREIRA NAVES NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030808-0	566/2024	LARA CARVALHO CUNHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030204-9	706/2024	SAMUEL DE OLIVERIA CALDEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030104-2	425/2024	BIANCA MENDONCA REIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029929-3	331/2024	JOAO MARCELO TOCANTINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029476-3	236/2024	LORENA HEMILY SILVA SIQUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029911-0	324/2024	GABRIEL ANDRE DUARTE SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030627-3	498/2024	GABRIEL BORGES DE FREITAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029414-3	255/2024	JESSICA BARROS DEL CASTANHEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030517-0	390/2024	ALAOR CABRAL DE MELO NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032002-0	867/2024	RAFAELLA MONIZA BENTO PALMEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030808-0	566/2024	LARA CARVALHO CUNHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030204-9	706/2024	SAMUEL DE OLIVERIA CALDEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030104-2	425/2024	BIANCA MENDONCA REIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029929-3	331/2024	JOAO MARCELO TOCANTINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029476-3	236/2024	LORENA HEMILY SILVA SIQUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029911-0	324/2024	GABRIEL ANDRE DUARTE SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030627-3	498/2024	GABRIEL BORGES DE FREITAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000029414-3	255/2024	JESSICA BARROS DEL CASTANHEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030517-0	390/2024	ALAOR CABRAL DE MELO NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032002-0	867/2024	RAFAELLA MONIZA BENTO PALMEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030518-8	667/2024	PAULA ALVES FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000034328-4	278/2024	BIANCA MENDES MARTINS ARCHANJO LOPES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032906-0	979/2024	LORENNAY LAYARY MARQUES MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031101-3	803/2024	RAUL ICARO BARBOSA SOARES LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029466-6	802/2024	ROSANA DOS SANTOS VIEIRA CRUZ	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030521-8	526/2024	HYLA LIRA DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030307-0	722/2024	TIAGO RESENDE TELLES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030307-0	712/2024	SARAH NOGUEIRA MARINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030278-2	471/2024	DIEGO HENRIQUE BARROS DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000034254-7	998/2024	MILLENA DE FREITAS RIBEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031069-6	767/2024	ISADORA CRUVINEL SANTOS GARCIA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031981-2	847/2024	ISADORA CRUVINEL SANTOS GARCIA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030502-1	417/2024	ANDRE EDUARDO XAVIER GUIMARAES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033096-4	895/2024	ALESSANDRO SANTANA DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033097-2	896/2024	ALESSANDRO SANTANA DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030421-1	514/2024	GUSTAVO MACHADO TRIGUEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032934-6	1007/2024	RAFAEL AUGUSTO REIS VIDAL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030363-0	745/2024	WILLIAM BORGES DE MENEZES FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030266-9	731/2024	VICTOR FALEIRO FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030261-8	730/2024	VICTOR FALEIRO FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031989-8	866/2024	NAYARA FREITAS VILELA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029430-5	227/2024	LIDIA DOS PASSOS TEIXEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029900-5	325/2024	ADRYANE DA COSTA VIEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030151-4	662/2024	NUBIA GUEDES DA PAIXÃO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030189-1	432/2024	BRUNO HERNANDEZ ALMEIDA DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031038-6	433/2024	BRUNO HERNANDEZ ALMEIDA DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030364-9	547/2024	JOAO CARLOS ANDRADE JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030413-0	734/2024	VITOR HERMANO VILARINS BRITO OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030533-1	439/2024	CAMILLA ARAUJO GUIMARAES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031147-1	773/2024	JONAS FERRO DA SILVA NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031096-3	759/2024	EDUARDO MENDES STOFFELS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031071-8	811/2024	ROBERTA PERILLO BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031067-0	810/2024	ROBERTA PERILLO BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030328-2	713/2024	SAVIO MESQUITA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031095-5	770/2024	JANAINA ROCHA CARVALHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032994-0	940/2024	GEOVANNA SOUZA AZEVEDO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030619-2	743/2024	WILKER SOUZA DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032092-6	837/2024	FERNANDA QUEIROZ XAVIER	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031150-1	752/2024	APARICIO DE PADUA CARNEIRO NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030398-3	490/2024	FELIPE MORAIS MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030975-2	696/2024	RICARDO RODRIGUES GOULART	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030213-8	531/2024	ISABELLA GOMES ALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031239-7	809/2024	RENATO MIRANDA RAMALHO FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031238-9	808/2024	RENATO MIRANDA RAMALHO FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030171-9	399/2024	AMANDA DE MORAES RIBEIRO LEITE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030354-1	470/2024	DAYANNA MOREIRA DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032853-6	913/2024	BEATRIZ LABOISSIERE CHAER	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032864-1	897/2024	ALINE BRUGNERA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032005-5	881/2024	VITOR SILVA EVANGELISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032912-5	1019/2024	VITOR SILVA EVANGELISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032175-2	883/2024	YGOR FERREIRA BRASIL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032898-6	1017/2024	THIAGO VINICIUS DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030639-7	636/2024	MATHEUS STEIN PEREIRA DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030253-7	411/2024	ANA CRISTINA CARNEIRO MENDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030412-2	529/2024	IGOR SANTOS MACHADO FILGUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030236-7	552/2024	JORGE RADIF RASSI FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032005-5	881/2024	VITOR SILVA EVANGELISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032912-5	1019/2024	VITOR SILVA EVANGELISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032175-2	883/2024	YGOR FERREIRA BRASIL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032898-6	1017/2024	THIAGO VINICIUS DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030639-7	636/2024	MATHEUS STEIN PEREIRA DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030253-7	411/2024	ANA CRISTINA CARNEIRO MENDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030412-2	529/2024	IGOR SANTOS MACHADO FILGUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030236-7	552/2024	JORGE RADIF RASSI FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029996-0	563/2024	KELLY MORGANA MENDES SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029998-6	564/2024	KELLY MORGANA MENDES SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032859-5	978/2024	LETICIA MENEZES NASCIMENTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030144-1	579/2024	LETICIA MENEZES NASCIMENTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029879-3	231/2024	YGOR MAGALHÃES SEIXAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030400-9	507/2024	GEOVANA CARDOSO DE AMORIM	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031079-3	782/2024	LETICIA LACERDA CARDOSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030447-5	615/2024	MARIA LUIZA WILSON FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030553-6	626/2024	MARIO MENDES SOUSA BORGES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030551-0	625/2024	MARIO RUBENS SOUSA BORGES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030505-6	643/2024	MURIELLY CANDIDA BERTOLASSI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033156-1	935/2024	FREDERICO LISITA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030329-0	533/2024	ISABELLA RASSI MANGILI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030332-0	534/2024	ISABELLA RASSI MANGILI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030343-6	444/2024	CARLA CRISTINA FERREIRA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030339-8	443/2024	CARLA CRISTINA FERREIRA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031123-4	769/2024	JAKELLINY RODRIGUES DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030827-6	560/2024	JULLYANA RICELLY DIAS SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032882-0	973/2024	LAURA JULIA VALENTIM BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033430-7	976/2024	LEONARDO NAOKI MACIEL MIKI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031107-2	768/2024	ISADORA MONTE SERRATE VASVONCELLOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029962-5	222/2024	CAROLINE RODRIGUES DE MORAIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031182-0	799/2024	NATHALIA REBOUCAS DA COSTA ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032865-0	958/2024	JANAINA PEREIRA BARBOSA DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031161-7	776/2024	LARA OLIVEIRA DE CARVALHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030182-4	709/2024	SARA BORGES OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032908-7	939/2024	GEOVANNA KAROLLINY MARQUES MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030514-5	646/2024	NATALIA MOUALLEN RAMPIM	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030202-2	700/2024	RODOLPHO DOUGLAS PIMENTA DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030198-0	699/2024	RODOLPHO DOUGLAS PIMENTA DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030313-4	590/2024	LUCAS EDUARDO ALVES SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032886-2	900/2024	AMANDA ALMEIDA CORDEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030542-0	413/2024	ANA LUIZA BALDASSO PIFFER	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032017-9	874/2024	ROGERIO FRAGA TROIAN	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032018-7	875/2024	ROGERIO FRAGA TROIAN	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030238-3	410/2024	ANA CLARA BARBOZA MENDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030407-6	489/2024	FELIPE MENDES FARIA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030503-0	642/2024	MURIELLY CANDIDA BERTOLASSI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033436-6	997/2024	MILENA PEREIRA DE ARAUJO OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030688-5	550/2024	JOAO VICTOR FERREIRA NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030689-3	551/2024	JOAO VICTOR FERREIRA NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031085-8	813/2024	RONAN VIEIRA BORBA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030666-4	522/2024	HERNANI LOPES SANTANA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030175-1	729/2024	VICTOR BANDEIRA PINHEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030131-0	404/2024	AMANDA TATIELE CARNEIRO ALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031985-5	882/2024	VITORIA ABDALA MANSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031430-6	308/2024	ROSIMAIRY ALVES DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031100-5	755/2024	BEATRIZ BARBOSA VAZ	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029658-8	246/2024	MARINA DE ALCANTARA BAUMGARTEN	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031776-3	818/2024	TIESCA CANDIDA DE MELO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030863-2	314/2024	ADRIANO BORGES DE CARVALHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032863-3	906/2024	ANA LUISA MARTINS PESSOA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031081-5	756/2024	BRUNA CARRIJO RODRIGUES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030439-4	647/2024	NATALIA SILVA PEREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030164-6	680/2024	PEDRO PAULO DIAS SOARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030080-1	299/2024	SARAH MOREIRA ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030038-0	363/2024	STEPHANI LOBO LUZINI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030158-1	568/2024	LARISSA DAVID FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030376-2	591/2024	LUCAS FELIPE SILVA PINA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030051-8	334/2024	MALDINI GABRIEL LEONARDO DA SILVA VERNER	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000034616-0	988/2024	MALDINI GABRIEL LEONARDO DA SILVA VERNER	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031098-0	815/2024	TALITA STONE DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029898-0	300/2024	ANDRESSA MARTINS FERNANDES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030340-1	618/2024	MARIANA ARAUJO E SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033732-2	992/2024	MARIANA ARAUJO E SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030102-6	408/2024	ANA CAROLINA TOCANTINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031997-9	848/2024	JESICA MIRELLE SOUSA ROCHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029455-0	235/2024	PEDRO HENRIQUE DE SOUZA TAVARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030430-0	676/2024	PEDRO HENRIQUE DE SOUZA TAVARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029999-4	412/2024	ANA GABRIELLA DE ALMEIDA ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032923-0	916/2024	BRUNA LIMA CABRAL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032927-3	917/2024	BRUNA LIMA CABRAL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033556-7	724/2024	VALDIVINO SOARES DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030394-0	512/2024	GUILHERME AUGUSTO CORREA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032039-0	872/2024	RODRIGO GUEDES SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030631-1	494/2024	FLAVIANE MARQUES GIOGIA DE MORAES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033115-4	932/2024	FABIO JOSE VAZ DA MOTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033411-0	892/2024	ADRIANA FRANCISCA DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000029903-0	366/2024	TALINNE ESTANISLAU REZENDE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029901-3	365/2024	TALLINE ESTANISLAU REZENDE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030026-7	657/2024	NIUZA TOMAZ MARQUEZ	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000049210-1	fev/24	SANDRA LUCIA PAZINI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030676-1	408/2024	SANDRA LUCIA PAZINI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032928-1	924/2024	CAROLINE SOUZA ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033028-0	907/2024	ANA PAULA LEMES MARTINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030350-9	601/2024	MANDALA BORGES DIAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030251-0	391/2024	ALEANDRO PINHEIRO DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030395-9	549/2024	JOAO PEDRO PEREIRA CARVALHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033247-9	962/2024	JOAO PEDRO PEREIRA CARVALHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031091-2	788/2024	MARCUS VINICIUS LUCAS FERNANDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030519-6	527/2024	IANA REGINA DE CARVALHO ALMEIDA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030297-9	584/2024	LIVIA MACEDO DE MELO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031779-8	340/2024	ARTHUR DE SOUZA BANDEIRA NUNES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032061-6	873/2024	RODRIGO GUEDES SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030109-3	456/2024	CAROLLINE PATAN DE MATOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030417-3	415/2024	ANA PAULA MARTINS FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031975-8	822/2024	ANA KARLA FERREIRA DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031061-0	793/2024	MATHEUS AUGUSTO RIBEIRO MELO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032897-8	922/2024	CAROLINA CALDEIRA DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030419-0	650/2024	NATHALIA FARIA DE PAULA REGO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030591-9	645/20204	NAGYLLA FRANCELLY JUSTO DE SOUZA LOBO DE LA ROCHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031993-6	845/2024	ISABELLA SIRIANO DE CASTRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031996-0	846/2024	ISABELLA SIRIANO DE CASTRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033588-5	638/2024	MICHEL JORGE SILVA SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030264-2	385/2024	ADRIANA FRANCISCA DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030464-5	610/2024	MARCUS VINICIUS SANTOS MENDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030071-2	698/2024	ROBSON LEMES GUIMARAES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029904-8	361/2024	MARCOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031427-6	805/2024	RAFAELA GONÇALVES BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030508-0	537/2024	ITALO CARDOSO DE LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030163-8	548/2024	JOAO PAULO AVILA FERNANDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029726-6	279/2024	KEILA SOLANGE LIBERATO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029723-1	278/2024	KEILA SOLANGE LIBERATO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030265-0	497/2024	GABRIEL ANTONELLI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030195-6	611/2024	MARIA ANGELICA SANTA CRUZ	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030476-9	600/2024	LUIZA GABRIELA MENDES BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033399-8	910/2024	ANTONIO WILSON PORTO JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032956-7	984/2024	LUIZA OLIVEIRA CARNEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030680-0	567/2024	LARISSA CAMPOS BRAGA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030089-5	282/2024	ALINE ALMEIDA BRAGA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033716-0	864/2024	NATHALIA JACOME OBEID	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033872-8	880/2024	VICTOR HUGO DA CUNHA DELBONS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000036929-1	855/2024	KENNEDY FERRO DA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030326-6	608/2024	MARCOS VENCIO SALLET JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030671-0	488/2024	FABIO ARAUJO CANEDO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032921-4	933/2024	FABLINY CORDEIRO DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030321-5	685/2024	RAFAEL SILVA DANTAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030319-3	684/2024	RAFAEL SILVA DANTAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032894-3	964/2024	JULIA HOLER NAVES RIBEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029450-0	218/2024	FLAVIA DE PAULA GONTIJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030345-2	506/2024	GABRIELLA RABELLO RAULINO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030352-5	580/2024	LETICIA RABELO FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030436-0	414/2024	ANA PAULA MARTINS DONA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032958-3	925/2024	CLAUDIA CORDEIRO MARTIN	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032946-0	960/2024	JOAO MARCELO DE SOUZA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030154-9	382/2024	ALBANIR BORGES DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031233-8	763/2024	FLAVIA MARTINS LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031074-2	804/2024	RAFEL MARTINS BITANTI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031104-8	758/2024	DANIELA PEREIRA ESPANA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029910-2	381/2024	YAGO GABRIELL LOIOLA SPAGNOLY	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032948-6	965/2024	JULIANA COTRIM ALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033017-4	1025/2024	YANKA PEREIRA ROCHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031361-0	486/2024	FABIANO SOUZA NASCIMENTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033054-9	929/2024	DEYSE CRISTIANE DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000036666-7	362/2024	ANTHONY YURI VIANA PITANGA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030318-5	720/2024	THIAGO MARÇAL COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030079-8	239/2024	FELIPE GREYCK DIAS DA VEIGA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030284-7	500/2024	GABRIEL GUIMARAES ROCHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030530-7	445/2024	CARLA KANIZY LOPES DE SOUZA LOBO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031094-7	812/2024	RONALDO HENRIQUE CARDOSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032935-4	944/2024	HILDAMAR VELOSO DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032938-9	945/2024	HILDAMAR VELOSO DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030132-8	723/2024	TIAGO SANTANA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030046-1	397/2024	ALYSSON AVILA FRAUZINO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030050-0	336/2024	ALYSSON AVILA FRAUZINO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030190-8	604/2024	MARCIO DE PAULA LEITE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032925-7	956/2024	ISABELLA PASSOS ALMEIDA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032983-4	971/2024	LARISSA MELLO BRANDAO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032437-9	851/2024	JULIA RAMOS CERCHI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032832-3	829/2024	CAMILO FRANCO RIBEIRO KOLEILAT	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032911-7	931/2024	EDUARDO VASCONCELOS SOARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031364-4	487/2024	FABIANO SOUZA DO NASCIMENTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030165-4	576/2024	LAURO MONTELO DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031065-3	807/2024	RENATA BUENO BUCCI PY	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031063-7	816/2024	THULIO CESAR TEIXEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030496-3	400/2024	AMANDA FERNANDES DE SOUSA OLIVEIRA BALESTRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.0000304076	634/2024	MATHEUS SIHNEL CORTEZ DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000035294-1	427/2024	BRENNDA MESQUITA FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030140-9	718/2024	THAYNARA OLIVEIRA DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032949-4	959/2024	JESSYCA ZANELLA FERREIRA DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030170-0	383/2024	ADMILSON BARBOSA QUEIROS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030095-0	686/2024	RAFAELA CAMOZZI MIGUEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030311-8	694/2024	RENATO NISHIGAKI SERICAKU	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032010-1	833/2024	DANIELLE SILVA DAVID	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032009-8	832/2024	DANIELLE SILVA DAVID	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030367-3	555/2024	JUAN FILIPE TEIXEIRA NAUE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030228-6	683/2024	RAFAEL REZENDE BORGES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030229-4	505/2024	GABRIELA BORGSMANN BARCELOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030185-9	245/2024	UBIRATAN JOSE MARTINS SOBRINHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29000030203-0	440/2024	CAMILLA MACHADO FLEURY JUBE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29000030099-2	518/2024	HEITOR COSTA BATISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030090-9	517/2024	HEITOR COSTA BATISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030161-1	395/2024	ALINE FREIRE SILVA MAIA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031018-1	402/2024	AMANDA GALVÃO NOGUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031185-4	751/2024	ANA CLARA SILVA MEGALE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031179-0	450/2024	ALINE REIS DOMINGUES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030192-1	296/2024	ALLANA PALMA FABRICANTE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030391-6	418/2024	ANDRE LUIS DA SILVA CABRAL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030384-3	393/2024	ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS AFONSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030385-1	394/2024	ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS AFONSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000032850-1	889/2024	ADEMAR PEREIRA DO ESPIRITO SANTO NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031073-4	749/2024	ADEMAR PEREIRA DO ESPIRITO SANTO NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033213-4	890/2024	ADRIANA BONAN	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000041687-7	891/2024	ADRIANA BONAN	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.00003208-4	823/2024	ANDREA DE FARIA RESENDE MATOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031451-9	753/2024	ARTHUR HENRIQUE DA COSTA CARDOSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030124-7	428/2024	BRUNA ARAUJO BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032919-2	919/2024	BRUNO RODRIGUES MAIS DE BARROS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030386-0	429/2024	BRUNA DE CASTRO OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030134-4	441/2024	CANTIONIL ALVES BORGES NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000038458-4	461/2024	CYOMARA SANCHES ATTAB DE ALENCAR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000038445-2	460/2024	CYOMARA SANCHES ATTAB DE ALENCAR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030272-3	447/2024	CARLOS CESAR DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030269-3	446/2024	CARLOS CESAR DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030240-5	320/2024	CESAR BATISTA CABRAL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030749-0	473/2024	DIOCLECIANO PEREIRA ZAZIOZENO NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030275-8	462/2024	DANIELLA COIMBRA CORDEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030625-7	466/2024	DANIELLE PEREIRA DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033243-6	926/2024	DANIELLE UMBELINA BORGES DE CARVALHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031111-0	760/2024	ERIKA GUIMARAES NOGUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030187-5	483/2024	EVELIN CARRIJO COUTO MAGALHÃES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031458-6	271/2024	EDUARDO BATISTA DE FREITAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029921-8	311/2024	FERNANDA BEATRIZ MATHEUS FERNANDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033029-8	934/2024	FERNANDA MOURA VIANA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030245-6	484/2024	FABIANA DE DEUS TELES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030247-2	485/2024	FABIANA DE DEUS TELES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000041345-2	322/2024	FLAVIO OLIVEIRA DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030544-7	496/2024	FRANCIELLE GONÇALVES DE ASSUNÇÃO GOMES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033190-1	941/2024	GERALDO HENRIQUE MASCARENHAS DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032939-7	936/2024	GABRIEL SILVA CINTRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030401-7	310/2024	GRASIELE MARIA DE PAULA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032917-6	938/2024	GABRIELA RONDON LAMOUNIER	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000035084-1	937/2024	GABRIELA MILHOMEM FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031133-1	765/2024	GABRIELA DE SOUZA CAMPOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030337-1	501/2024	GABRIEL INOCENCIO FERNANDES DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030220-0	524/2024	HUMBERTO BORGES RIBEIRO FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030234-0	525/2024	HUMBERTO BORGES RIBEIRO FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030168-9	519/2024	HELLEN BARBARA SOUZA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030150-6	525/2024	IGOR PINHEIRO LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032950-8	950/2024	IGOR SANTOS MACHADO FILGUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000034328-4	947/2024	IAGO VITORINO MOTTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000039791-0	954/2024	ISABELA PAIXÃO VILELA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032994-0	952/2024	ISABELA MANSUR RIOS MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032151-5	844/2024	IGOR LOUREDO CANDIDO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030273-1	557/2024	JULIA PINA VIEIRA DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030368-1	553/2024	JOSE MATOS MACEDO FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030250-2	539/2024	JENIFER AVA RIBEIRO BORGES FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030498-0	538/2024	JACKELINE MARIANNE CHAVEIRO TAVARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032325-9	558/2024	JULLYANA BORBA DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031225-7	772/2024	JOAO MARIO MORAES JACOB	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030252-9	540/2024	JENIFER AVA RIBEIRO BORGES FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033441-2	961/2024	JOAO MARIO MORAES JACOB	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032327-5	559/2024	JULLYANA BORBA DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031999-5	852/2024	KAMILLA DUTRA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030276-6	562/2024	KAREN AMANDA SOARES DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032031-4	854/2024	KAMILLA NEVES DE OLIVEIRA SOUTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032030-6	853/2024	KAMILLA NEVES DE OLIVEIRA SOUTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030180-8	599/2024	LUIZ FELIPE FERNANDES JAPIASSU	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030399-1	572/2024	LAURA SANTOS CRUVINEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030361-4	583/2024	LIVIA GRANDINI ALBIERO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033023-9	977/2024	LETICIA DE CASTRO OTTONI	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030564-1	672/2024	PEDRO CESAR ALVES NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032855-2	1006/2024	PEDRO HENRIQUE BENINCA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030794-6	347/2024	PAULO CESAR GONÇALVES DE CAMARGO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031992-8	878/2024	SARA BORGES OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033329-7	1012/2024	STELA TEIXEIRA COTRIM	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031066-1	814/2024	SARA REGINA DE JESUS BANNDEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030286-3	716/2024	STEFANY MONTEIRO PEIXOTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033737-1	817/2024	TIAGO RESENDE TELLES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030330-4	674/2024	PEDRO HENRIQUE DE SOUSA AZEVEDO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031289-3	801/2024	PABLO BUENO DA ROCHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030186-7	671/2024	PEDRO AUGUSTO DE MORAES LOPES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031281-8	800/2024	PABLO BUENO DA ROCHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030522-6	588/2024	LUANA BRITO DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033013-1	987/2024	LUIZA FIRVEDA FREITAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030156-5	598/2024	LUIS FELIPE PIRES FONTANA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032007-1	858/2024	LUDMILA OLIVEIRA MACHADO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032006-3	857/2024	LUDMILA OLIVEIRA MACHADO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030543-9	582/2024	LILIANE SILVA ANJOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030528-5	586/2024	LORENA GOIABEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031263-0	785/2024	LUCCAS FERNANDES QUEIROZ	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032077-2	859/2024	LUISA RODRIGUES FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030214-6	592/2024	LUCAS GOMES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030382-7	628/2024	MATHEUS AUGUSTO ALVES PEREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030383-5	629/2024	MATHEUS AUGUSTO ALVES PEREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030209-0	637/2024	MAURICIO SILVA DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030641-9	302/2024	MATHEUS STEIN PEREIRA DE ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030196-4	631/2024	MATHEUS RODRIGUES HONORATO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030491-2	612/2024	MARIA DA PENHA LEANDRO MACHADO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032045-4	861/2024	MARCOS VINICIUS DE FREITAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030513-7	619/2024	MARIANA DE SOUZA LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031092-0	791/2024	MARLON HORA MARTINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031075-0	790/2024	MARIANA PONTES NEVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030312-6	633/2024	MATHEUS SANTOS MACHADO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033340-8	911/2024	MARIA RITA RODRIGUES PORTILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030685-0	621/2024	MARINA PIRES FERREIRA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032034-9	862/2024	MATHEUS CARDOSO DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000038462-2	622/2024	MARIO HENRIQUE DE ALENCAR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000038471-1	623/2024	MARIO HENRIQUE LEITE DE ALENCAR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031102-1	787/2024	MARCO TULIO JOSE DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030495-5	607/2024	MARCOS SELOS JOSE DA CRUZ	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030373-8	635/2024	MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030364-7	602/2024	MARCELO SARAIVA KRATKA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030366-5	603/2024	MARCELO SARAIVA KRATKA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032870-6	994/2024	MARINA DALBEM TELES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031114-5	794/2024	MATHEUS DE OLIVERIA CARDOSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000039496-2	640/2024	MONICA REGINA REZENDE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030215-4	613/2024	MARIA EDUARDA HUMMEL OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030216-2	614/2024	MARIA EDUARDA HUMMEL OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031438-1	789/2024	MARIANA CANDIDA FELIX	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029906-4	345/2024	MATHEUS RODRIGUES HONORATO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029411-9	251/2024	MURILO SOUZA VIEIRA DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030416-5	617/2024	MARIANA AKEMY LOPES IUASSE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031109-9	786/2024	MARCO ALEJANDRO MENACHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031082-3	797/2024	NATALIA MOUALLEM RAMPIM	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031213-3	798/2024	NATHALIA MACHADO FLEURY JUBE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030183-2	665/2024	PAMELA CHRISTINNY FERNANDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030683-4	673/2024	PEDRO HENRIQUE DE PAULA RAMALHO MORAIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030396-7	737/2024	VIVIAN LAIS LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030136-0	726/2024	VANESSA RIBEIRO LOPES VASCONCELOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030695-8	728/2024	VICTOR AUGUSTO BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029847-5	355/2024	VALESCA NACIFF ARIAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029881-5	327/2024	VITOR MARCILIO LIMA SANTANA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030157-3	733/2024	VIQUITUA MORAIS GOMES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030622-2	742/2024	WELVYS ANDREATA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030057-7	312/2024	WILSON TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030082-8	741/2024	WANEISSA LEMOS ARAUJO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030537-4	746/2024	WILSON PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030362-2	740/2024	WANEISSA GUIMARAES DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030358-4	739/2024	WANEISSA GUIMARAES DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031277-0	719/2024	THIAGO CABRAL FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030664-8	717/2024	TAMY NEVES E CUNHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032874-9	1010/2024	RAFAELLA ROSA LOBO DE ANDRADE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029829-7	274/2024	RODRIGO AMORIM IVO DE ASSIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030372-0	690/2024	RAQUEL BARCELOS ANDRADE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030374-6	692/2024	RAQUEL BARCELOS ANDRADE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032871-4	1009/2024	RAFAELLA ROSA LOBO DE ANDRADE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031078-5	803/2024	RACHEL CAVALCANTE FEITOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031076-9	802/2024	RACHEL CAVALCANTE FEITOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030222-7	702/2024	ROSANA BORGES DA CUNHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030191-3	701/2024	RODRIGO RODRIGUES OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030510-2	595/2024	RICARDO RABELO AGUILAR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030137-9	727/2024	VANESSA RIBEIRO LOPES VASCONCELOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030402-5	505/2024	GABRIEL QUEIROZ FERNANDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000030535-8	663/2024	ODILON RIBEIRO DE AQUINO JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030021-6	375/2024	MATHEUS FERREIRA DE MOURA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030410-6	437/2024	CAMILA MARTINS SOARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031089-0	757/2024	CAROLINE MARTINS SOARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033012-3	904/2024	ANA LUISA ADORNO DE LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031152-8	421/2024	APARICIO DE PADUA CARNEIRO NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29000030446-7	480/2024	ELTER BORGES DE CAMPOS SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29000030449-1	481/2024	ELTER BORGES DE CAMPOS SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000034276-8	828/2024	CAMILLA MACHADO FLEURY JUBE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032913-3	1015/2024	TALITA RAQUEL DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032916-8	1016/2024	TALITA RAQUEL DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032868-4	928/2024	DEBORAH BUENO BORGES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032034-9	862/2024	MATHEUS CARDOSO DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030392-4	715/2024	STEFANY FERNANDES DA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029716-9	273/2024	MICAL BATISTA RIBEIRO SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030429-7	479/2024	EDUARDO SIQUEIRA MARTINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030304-5	652/2024	NEIDY KELLY GONÇALVES FREIRE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030302-9	651/2024	NEIDY KELLY GONÇALVES FREIRE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030703-2	605/2024	MARCON JONHSON SOUZA ALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030704-0	606/2024	MARCON JONHSON SOUZA ALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

Goiânia, 18 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**, **Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6158300** e o código CRC **EDD5EEF8**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 012/2025 – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
24.29.000047161-4	003/2024	WILLIAN MACHADO DA CUNHA	MÉDICO	4/1/2025	3/1/2025	166.200,00
24.29.000045765-4	1140/2023	VICTOR CARDOSO FREITAS	MÉDICO	29/12/2024	28/12/2025	166.200,00
24.29.000037529-1	1013/2023	LUCIANA GONÇALVES	MÉDICO	19/10/2024	18/10/2025	230.000,00
24.29.000046422-7	1130/2023	VIRGINIA MANHAS ALVARES	MÉDICO	19/12/2024	18/12/2025	166.200,00
24.29.000046563-0	1138/2023	INES CARVALHO DE CASTRO VIEIRA	MÉDICO	22/12/2024	21/12/2025	166.200,00
24.29.000046316-6	1128/2023	UBIRATAN JOSE MARTINS SOBRINHO	MÉDICO	18/12/2024	17/12/2025	166.200,00
24.29.000046326-3	001/2023	KEVYN WILLIAN LUZ SILVA	MÉDICO	3/1/2025	2/1/2026	230.000,00
24.29.000045765-4	1137/2023	ALESSANDRA DE PAIVA WANDERLEY	MÉDICO	19/12/2024	18/12/2025	166.200,00
24.29.000045921-5	1131/2023	KEROLLAINY MADALENA DA SILVA DUARTE	MÉDICO	19/12/2024	18/12/2024	166.200,00
25.29.000003397-3	044/2024	PAULA PACHECO KATOPODIS	MÉDICA	19/02/2025	18/02/2026	166.200,00
25.29.000007564-1	088/2024	PATRICIA RENATA RESENDE SOUSA	MÉDICA	13/03/2025	12/03/2026	83.100,00
25.29.000005733-3	079/2024	MICHEL REIS ESSELIN BIANCARDINI	MÉDICO	28/02/2025	27/02/2026	83.100,00
25.29.000005720-1	060/2024	ALEXANDRE REIS SILVA	MÉDICO	22/02/2025	21/02/2026	166.200,00
25.29.000004510-6	054/2024	ISABELLA GOMES ALVARENGA	MÉDICA	20/02/2025	19/02/2026	83.100,00
25.29.000004503-3	058/2024	TAYNARA MENEZES BARBOSA	MÉDICA	22/02/2025	21/02/2026	166.200,00

Goiânia, 24 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6203435** e o código CRC **A3D39B1E**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 010/ 2025 – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo	Nº Contrato	Nome	Cargo	Acréscimo		Valor do Contrato
				%	Valor	
24.29.000029595-6	962/2023	CARLOS FILIPE CARDOSO SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.00003485-0	202/2023	MARIANA SOUZA BARBO DE SIQUEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000037529-1	1013/2023	LUCIANA GONÇALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.00009611-2	278/2023	CAROLINE RODRIGUES DE MORAIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033524-9	990/2023	MARIA DA PENHA LEANDRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000009793-3	197/2023	LEANDRO DA CUNHA RODRIGUES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000007268-0	206/2023	BRUNO FREITAS CUNHA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030369-0	1009/2023	JULIA FERNANDES JAPIASSU	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000041756-3	1585/2022	AMANDA SANTOS LEÃO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003082-0	131/2023	MARCELA NEHME ALMEIDA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003084-7	132/2023	MARCELA NEHME ALMEIDA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029992-7	937/2023	RODOLFO CRISTINO DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030000-3	925/2023	VALESCA NACIFF ARIAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029823-8	957/2023	PEDRO AUGUSTO SILVA SINIMBU	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002552-5	145/2023	THAIS LIMA DOURADO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002560-6	146/2023	THAIS LIMA DOURADO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008522-6	304/2023	WILSON TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029713-0	992/2023	ANNE KAROLINE DE SOUSA E OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003086-3	116/2023	EMILIA GAMA DE ALMEIDA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000047000-0	1715/2022	SAMARA CLARICE GUAREZ DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027862-8	1014/2023	ANDERSON CLEYTON MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030411-4	994/2023	LUIS FELIPE PIRES FONTANA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028821-6	964/2023	RAFAELLA ALVES DE SOUZA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028816-0	963/2023	RAFAELLA ALVES DE SOUZA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000047000-0	1715/2022	SAMARA CLARICE GUAREZ DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000047031-0	1701/2022	KARINA ARAUO MENDES FLEURY	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000047019-1	1700/2022	KARINA ARAUO MENDES FLEURY	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031575-2	935/2023	JESSICA RIBEIRO MARQUES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002754-4	144/2023	STEPHANIE MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002850-8	142/2023	PAULA ANDREZA LOURES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031777-1	1005/2023	ELISA NEVES NEDER	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000047387-5	1714/2022	ROBERTA GERALDA DE CASTRO LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029730-4	1003/2023	MANDALA BORGES DIAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030387-8	954/2023	GILSIANE DE SOUSA SAMPAIO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002178-3	139/2023	NATHALIA FARIA DE PAULA REGO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002016-7	128/2023	LUCAS GRACIANO BUENO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029594-8	959/2023	NIUZA TOMAZ MARQUES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030608-7	1006/2023	TIESCA CANDIDA DE MELO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033922-8	1004/2023	TARCISO LIBERTE TOMAO BORGES JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003458-3	196/2023	LUCAS FELIPE SILVA PINA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000049096-6	001/2023	KEVYN WILLIAN LUZ SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002672-6	124/2023	JANDIRENE RODRIGUES DA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000009330-0	289/2023	LETICIA LACERDA CARDOSO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029588-3	995/2023	ADRYANE DA COSTA VIEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029866-1	923/2023	ISABELLA GOMES ALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030063-1	940/2023	CAMILLA ARAUJO GUIMARÃES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000003198-3	112/2023	DIEGO HENRIQUE BARROS DA SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000009528-0	302/2023	THAYS MALTA ALQUIMIM	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028607-8	984/2023	EDUARD TIEMI OKUMOTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000010577-4	296/2023	MATHEUS CARVALHO DINIZ	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008814-4	280/2023	DANIELA RAMOS DE FREITAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030799-7	970/2023	BEATRIZ OLIVERIA DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008812-8	279/2023	DANIELA RAMOS DE FREITAS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008572-2	270/2023	ALINE BOAVENTURA FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008553-6	294/2023	MARIANA DE SOUZA CASTRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031912-0	974/2023	PATRICIA CARNEIRO DE RESENDE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030988-4	944/2023	LUCAS QUINTINO SILVA ANDRADE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030979-5	966/2023	BRENDA MACHIONI OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003632-2	201/2023	ANALOU MESSIAS CASTRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000049427-9	05/2023	MARIANA RODRIGUES FIGUEIREDO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000046421-3	1697/2022	JESSICA MENDES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000046430-2	1698/2022	JESSICA MENDES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030789-0	942/2023	LETICIA MAGALHAE BATISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000007626-0	290/2023	LETICIA MAGALHAE BATISTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030457-2	976/2023	ANA CAROLINA SILVEIRO DE MORAIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000010806-4	300/2023	PRISCILLA ABDALA DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000009035-1	293/2023	MARCIO DE PAULA LEITE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030623-0	932/2023	IVO SANTOS DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030039-9	948/2023	ELOISA GUTIERREZ REZENDE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029832-7	958/2023	ANA FLAVIA GONZAGA SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000009558-2	298/2023	PEDRO HENRIQUE SOUZA TAVARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003476-1	212/2023	JOSE MATOS MACEDO FILHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031547-7	973/2023	MATHEUS CARDOSO DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000031762-6	998/2023	CASSIO RANIERE CARDOSO DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000001564-3	102/2023	BRUNO HELMAR FERREIRA DOS SANTOS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000010314-3	274/2023	ARTHUR CURADO LINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031740-2	1007/2023	ARTHUR CURADO LINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000029857-2	988/2023	LUCAS GOMES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032075-6	938/2023	DOUGLAS OLIVEIRA NOLETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003162-2	114/2023	DOUGLAS OLIVEIRA NOLETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031622-8	987/2023	ISADORA PEREIRA MAMEDE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031731-3	983/2023	ZEUNER PINHEIRO DE LEMOS NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003440-0	210/2023	GABRIEL ANDRE DUARTE SILVA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002489-8	126/2023	JOAO MARCELO TOCANTINS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000045970-3	1712/2022	PAULO CESAR GONÇALVES CAMARGO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000046768-4	005/2023	MARIANA RODRIGUES FIGUEIREDO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

Goiânia, 28 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6998099** e o código CRC **46208E65**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6998099v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 013/2025 – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
24.29.000044483-8	1700/2022	KARINA ARAUJO MENDES FLEURY	MÉDICO	16/12/2024	15/12/2025	230.400,00
24.29.000041783-0	1673/2022	ANGELA MOREIRA DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/11/2024	27/11/2025	31.200,00
24.29.000042418-7	1654/2022	MARLENE FRANCISCA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/11/2024	27/11/2025	31.200,00
24.29.000041346-0	1670/2022	JOAO PEDRO DOS SANTOS PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/11/2024	27/11/2025	31.200,00
24.29.000042847-6	1672/2022	MARIA EVANGELISTA MIRANDA CANTUARIO	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/11/2024	27/11/2025	31.200,00
24.29.000042927-8	1681/2022	JACKELINE SILVEIRO DOS SANTOS	MÉDICO	28/11/2024	27/11/2025	166.200,00
24.29.000042345-8	1651/2022	REGIANE RIBEIRO DA ROCHA	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/11/2024	27/11/2025	31.200,00
24.29.000042360-1	1671/2022	ROSIRENE DA CUNHA GOMES ROCHA	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/11/2024	27/11/2025	31.200,00
24.29.000046689-0	1653/2022	EMYLLE JULIA PINTO GOMES	TECNICO DE ENFERMAGEM	21/12/2024	20/12/2025	31.200,00
24.29.000043328-4	1740/2022	VITORIA DOS ANJOS GOMES	TECNICO DE ENFERMAGEM	16/12/2024	15/12/2024	31.200,00
24.29.000044410-2	1743/2022	MONICA ALMEIDA RABELO	MÉDICO	16/12/2024	15/12/2025	166.200,00
24.29.000044818-3	1698/2022	JESSICA MENDES DE SOUZA	MÉDICO	16/12/2024	15/12/2025	230.400,00
24.29.000044815-9	1697/2022	JESSICA MENDES DE SOUZA	MÉDICO	16/12/2024	15/12/2025	230.400,00
24.29.000044286-0	1715/2022	SAMARA CLARICE GUAREZ DE OLIVEIRA	MÉDICO	30/12/2024	29/12/2025	230.400,00
24.29.000044486-2	1701/2022	KARINA MENDES ARAUJO MENDES FLEURY	MÉDICO	16/12/2024	15/12/2025	230.400,00
24.29.000043903-6	1720/2022	ANA MARIA LOURENÇO DE JESUS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	11/1/2025	10/1/2026	31.200,00
24.29.000046181-3	1773/2022	LUCI DE FÁTIMA OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	22/12/2024	21/12/2025	31.200,00
24.29.000045970-3	1712/2022	PAULO CESAR GONÇAVES DE CAMARGO	MÉDICO	16/12/2024	15/12/2025	288.000,00

24.29.000046183-0	1665/2022	ROZINEIDE MENDES PONTES FLORENTINO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	21/12/2024	20/12/2025	31.200,00
24.29.000044561-3	2507/2021	ROSEMAR DE ANDRADE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2024	31.200,00
24.29.000045700-0	1742/2021	WLIANE MICHELE ALMEIDA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	16/12/2024	15/12/2025	31.200,00
24.29.000045832-4	017/2021	MARLOS LUIZ DE QUEIROZ	MÉDICO	11/1/2025	10/1/2025	230.400,00
24.29.000039260-9	1586/2022	ANDRE BORGES DE FREITAS DUPIM	MÉDICO	31/10/2024	30/10/2025	230.400,00
24.29.000039400-8	1628/2022	MONICA HELENA GOMES KATAKI	MÉDICO	11/11/2024	10/11/2025	166.200,00
24.29.000039575-6	1603/2022	JADE DE VIEIRA MACHADO	MÉDICO	31/10/2024	30/10/2025	230.400,00
24.29.000039803-8	1591/2022	CAROLINA RODRIGUES ADORNO	MÉDICO	31/10/2024	30/10/2025	230.400,00
24.29.000040626-0	1596/2022	ELLEN SOUZA DO NASCIMENTO	MÉDICO	31/10/2024	30/10/2025	230.400,00
25.29.000000347-0	032/2023	FRANCISCA LENILCE DO NASCIMENTO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	18/1/2025	17/1/2026	31.200,00
85381504	207/2021	FRANCIELE BRAGA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1/1/2022	30/4/2022	11.276,46
85146084	1421/2020	INES BARBOSA DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1/1/2022	30/4/2022	11.276,46
85383698	193/2021	LEANATAN PEREIRA BUENO	ASSISTENTE ADMINISTRATIV	1/1/2022	30/4/2022	8.419,02
85384571	55/2021	ANTONIA FRANCISCA MONTEIRO BASTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1/1/2022	30/4/2022	11.276,46
85369954	51/2021	SILVA ARIANA CARRIJO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA	1/1/2022	30/4/2022	24.272,52
25.29.000000402-7	039/2023	MARCIA ANTONIA DA SERRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	26/01/2025	25/01/2026	31.200,00
25.29.000000432-9	030/2023	DANIELLE SANTOS ARAUJO	TECNICO DE ENFERMAGEM	17/01/2025	16/01/2026	31.200,00
25.29.000000400-0	133/2022	DIANA BONFIM DA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM	27/01/2025	26/01/2026	31.200,00
25.29.000000650-0	046/2023	OZINERY PEREIRA AMORIM OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	17/01/2025	16/01/2026	31.200,00
25.29.000000726-3	146/2023	THAIS LIMA DOURADO	MÉDICO	27/01/2025	26/01/2026	288.000,00
25.29.000000728-0	145/2023	THAIS LIMA DOURADO	MÉDICO	27/01/2025	26/01/2026	288.000,00
25.29.000000364-0	042/2023	MARIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	19/01/2025	18/01/2026	31.200,00
24.29.000047239-4	038/2023	MANOEL DE FREITAS VIEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	26/01/2025	25/01/2026	31.200,00
25.29.0000030001-0	205/2023	MARIANA SOUZA BARBO DE SIQUEIRA	MÉDICA	13/02/2025	12/02/2026	288.000,00
25.29.000002530-0	112/2023	DIEGO HENRIQUE BARROS DA SILVA	MÉDICO	09/02/2025	08/02/2026	288.000,00
25.29.000002116-9	131/2023	MARCELA NAHME ALMEIDA	MÉDICA	26/01/2025	25/01/2026	288.000,00
25.29.000002118-5	132/2023	MARCELA NAHME ALMEIDA	MÉDICA	26/01/2025	25/01/2026	288.000,00
25.29.000001472-3	144/2023	STEPHANIE MOREIRA	MÉDICA	30/01/2025	29/01/2026	288.000,00

25.29.000001928-8	114/2023	DOUGLAS OLIVEIRA NOLETO	MÉDICO	02/02/2025	01/02/2026	288.000,00
25.29.000001520-7	142/2023	PAULA ANDREZA LOURES	MÉDICA	31/01/2025	30/01/2026	288.000,00
25.29.000001810-9	116/2023	EMILIA GAMA DE ALMEIDA	MÉDICA	30/01/2025	29/01/2026	288.000,00
24.29.000046663-7	139/2023	NATHALIA FARIA DE PAULA REGO	MÉDICA	26/01/2025	25/01/2026	288.000,00
25.29.000001711-0	036/2023	LUDMILA RODRIGUES ABREU	TECNICO DE ENFERMAGEM	30/01/2025	29/01/2026	31.200,00
25.29.000001642-4	101/2023	ISADORA ALVES MOURA	MÉDICA	26/01/2025	25/01/2026	83.100,00
25.29.000001904-0	077/2023	VALESKA ALBERNAZ CABRAL	MÉDICA	19/01/2025	18/01/2026	83.100,00
25.29.000000531-7	037/2023	LUZIA FRANCISCA DA SILVA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM	23/01/2025	22/01/2026	31.200,00
25.29.000001393-0	072/2023	FERNANDA FLORÊNCIO MOTA	MÉDICO	19/01/2025	18/01/2026	83.100,00
25.29.000000904-5	025/2023	ARLEIDE LIMA DUARTE	TECNICO DE ENFERMAGEM	23/01/2025	22/01/2026	31.200,00
25.29.00000765-4	033/2023	GABRIELLY QUIRINO SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	24/01/2025	23/01/2026	31.200,00
25.29.000000509-0	044/2023	MARLENE INOCENCIO DE MATOS	TECNICO DE ENFERMEGEM	20/01/2025	19/01/2026	31.200,00
25.29.000000741-7	040/2023	MARIA APARECIDA ALVES FERNANDES	TECNICO DE ENFERMAGEM	18/01/2025	17/01/2026	31.200,00
25.29.000000480-9	054/2023	ZENILDA PEREIRA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	18/01/2025	17/01/2026	31.200,00
25.29.000000477-9	045/2023	NILMA ABREU DE SOUSA MORAES	TECNICO DE ENFERMAGEM	18/01/2025	17/01/2026	31.200,00
25.29.000007841-1	278/2023	CAROLINE RODRIGUES DE MORAES	MÉDICA	16/03/2025	15/03/2026	288.000,00
25.29.000006756-8	289/2023	LETICIA LACERDA CARDOSO	MÉDICA	14/03/2025	13/03/2026	288.000,00
25.29.000006780-0	290/2023	LETICIA MAGALHAES BATISTA	MÉDICA	14/03/2025	13/03/2026	288.000,00
25.29.000007399-1	280/2023	DANIELA RAMOS DE FREITAS	MÉDICA	14/03/2025	13/03/2026	288.000,00
25.29.000007399-1	279/2023	DANIELA RAMOS DE FREITAS	MÉDICA	14/03/2025	13/03/2026	288.000,00
25.29.000006275-2	304/2023	WILSON TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR	MÉDICO	15/03/2025	14/03/2026	288.000,00
25.29.000009343-7	343/2023	RENATA CORDEIRO DOS SANTOS RODRIGUES	MÉDICA	21/03/2025	20/05/2026	166.200,00
25.29.000008915-5	300/2023	PRISCILLA ABDALA DE SOUSA	MÉDICA	21/03/2025	20/05/2025	288.000,00
25.29.000008053-0	312/2023	GUILHERME HENRIQUE FERREIRA MORAES	MÉDICO	21/03/2025	20/03/2026	83.100,00
25.29.000008048-3	344/2023	VITORIA RIBEIRO DE SOUSA CARDOSO	MÉDICO	21/03/2025	20/03/2026	166.200,00
25.29.000008007-6	294/2023	MARIANA DE SOUZA CASTRO	MÉDICA	14/03/2025	13/03/2026	288.000,00
25.29.000006763-0	296/2023	MATHEUS CARVALHO DINIZ	MÉDICO	21/03/2025	20/03/2026	288.000,00
25.29.000006791-6	298/2023	PEDRO HENRIQUE SOUZA TAVARES	MÉDICO	14/03/2025	13/03/2026	288.000,00

25.29.000006080-6	241/2023	JOHNATHAN PEDROSO DA ROCHA	MÉDICO	02/03/2025	01/03/2026	166.200,00
25.29.000005975-1	243/2023	LORENA GOIABEIRA	MÉDICA	02/03/2025	01/03/2026	166.000,00
25.29.000005849-6	206/2023	BRUNO FRETAS CUNHA POSSENATTO	MÉDICO	24/02/2025	23/02/2026	288.000,00
25.29.000005846-1	240/2023	PAULA MARTINS REBOUÇAS FARIAS DOS SANTOS	MÉDICA	02/03/2025	01/02/2026	166.200,00
25.29.000002827-5	245/2025	PRISCILA ARANTES E SILVA PEREIRA	MÉDICA	02/03/2025	01/03/2026	166.200,00
25.29.000002981-0	196/2023	LUCAS FELIPE SILVA PINA	MÉDICO	13/02/2025	12/02/2026	288.000,00
25.29.000002547-4	210/2023	GABRIEL ANDRE DUARTE SILVA	MÉDICO	13/02/2025	12/02/2026	288.000,00

Goiânia, 24 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6203484** e o código CRC **518DCA54**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6203484v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

**EXTRATO Nº 011/2025 – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CREDENCIAMENTO**

Processo	Nº Contrato	Nome	Cargo	Acréscimo		Valor do Contrato
				%	Valor	
24.29.000027665-0	1245/2022	MAURICIO SILVA DE SOUSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032422-0	1273/2022	MARIA FERNANDA PEREZ COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000002685-8	254/2022	AMANDA SANTOS LEÃO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032749-1	1157/2022	MATEUS PAULUS RIBEIRO DE MORAES MACIEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027474-6	1277/2022	VALERIA BORGES DOMINGUES BATISTA LUCINDO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028377-0	1230/2022	FERNANDA BEATRIZ MATHEUS FERNANDES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000032665-7	1437/2022	KATIA CAETANO DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000033750-0	1433/2022	HERIK JANSEN DE SOUZA PIMENTEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028490-3	1321/2022	HERIK JANSEN DE SOUZA PIMENTEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000005406-1	277/2022	JESSICA RIBEIRO MARQUES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027476-2	1226/2022	DANIELLA COIMBRA CORDEIRO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031440-3	1443/2022	SAMARA CLARICE GUAREZ DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028582-9	1330/2022	MONIQUE DE ANDRADE NAZIOZENO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000007616-2	449/2022	PEDRO PAULO DIAS SOARES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003914-3	251/2022	ALINE SOARES DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003919-4	252/2022	ALINE SOARES DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000039815-1	1602/2022	ISABELLA MACHADO FLEURY JUBE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003893-7	266/2022	DIOGO VELASCO VALADAO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003908-9	267/2022	DIOGO VELASCO VALADAO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028109-2	1268/2022	GUSTAVO FARIA LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000002847-6	1326/2022	LUANA FARIA LIMA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000005062-7	263/2022	DANIELLA RODRIGUES ALVES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008081-0	590/2022	LUIZA GABRIELA MENDES BARBOSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000039260-9	1586/2022	ANDRE BRODES DE FREITAS DUPIM	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000031778-0	1434/2022	JAMIL HUSSEIN HAGE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027911-0	1149/2022	ISADORA REZENDE MENDONÇA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000040626-0	1596/2022	ELLEN SOUZA DO NASCIMENTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003137-1	262/2022	DANIELA MARIA FERREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030466-1	986/2022	ANA CAROLINA SILVEIRO DE MORAIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027479-7	1246/2022	PAULO HENRIQUE MOREIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000012531-7	523/2022	BRUNO VINICIUS RODRIGUES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028487-3	1322/2022	JAIRO LEDRA GARCIA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000039803-8	1591/2022	CAROLINA RODRIGUES ADORNO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000012131-1	549/2022	CANTINOIL ALVES BORGES NETO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027481-9	1229/2022	DIOCLECIANO PEREIRA NAZIOZENO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000039575-6	1603/2022	JADE DE VIEIRA MACHADO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000010558-8	505/2022	LEIA CARLA JORGE MARQUES	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000012077-3	511/2022	MIRIAM BOLSONI DE CARVALHO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028757-0	1222/2022	WILKER SOUZA DE OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000030969-8	1162/2022	SAVIO MESQUITA COSTA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027482-7	1221/2022	LUIS FELIPE GONCALVES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000010336-4	437/2022	JOAO CARLOS ANDRADE JUNIOR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027485-1	1240/2022	LUIS FELIPE GONCALVES DE SOUZA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003202-5	296/2022	VINICIUS DA SILVA OLIVEIRA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000005277-8	285/2022	LUCIANNA FREITAS BRITO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028582-3	1331/2022	RAFAELA CAMOZZI MIGUEL	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000011356-4	506/2022	RENATO NISHIGAKI SERICAKU	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027761-3	1270/2022	HEBERSON BRITO BESSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003881-3	250/2022	ALFREDO GUERRA NETTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

24.29.000003872-4	249/2022	ALFREDO GUERRA NETTO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028186-6	1279/2022	VITOR HERMANO VILARINS BRITO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000027478-9	1227/2024	DANIELLA MENDES DE SOUZA SOBRINHO MATSUDA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028612-4	1056/2022	FRANCISNETA PIRES VALLE	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008075-5	550/2022	ISABEL QUEIROZ CAFÉ CARVALHAIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000008061-5	539/2022	ISABEL QUEIROZ CAFÉ CARVALHAIS	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000007807-6	530/2022	MARIANA VANI MANSUR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000007809-2	529/2024	MARIANA VANI MANSUR	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000028574-8	257/2022	CAIO CESAR GARCEZ HENRIQUE SOLAREVISK	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000037326-4	1432/2022	HEBERSON BRITO BESSA	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000036859-7	1608/2022	MARCO AURELIO DE MORAIS MANO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00
24.29.000003175-4	284/2022	LOANE CARVALHO MIGUEL CAPUZZO	MÉDICO	25%	57.600,00	288.000,00

Goiânia, 28 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6998213** e o código CRC **D2989E45**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6998213v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

**EXTRATO Nº 014/2025 – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CREDENCIAMENTO**

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
24.29.000039618-3	2306/2021	PAULO HENRIQUE FERNANDES SARDEIRO	MÉDICO	8/11/2024	7/11/2025	192.000,00
24.29.000039170-0	2260/2021	BRUNO PASCOAL BORGES	MÉDICO	26/10/2024	25/10/2025	192.000,00
24.29.000039066-5	2259/2021	BRUNO PASCOAL BORGES	MÉDICO	26/10/2024	25/10/2025	192.000,00
24.29.000046122-8	2496/2021	DANIANE SILVA DE OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000044575-3	2453/2021	LORENA KARINI DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046207-0	2420/2021	RISIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046383-2	2447/2021	FRANCIELE BRAGA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046235-6	089/2022	MARIA MOREIRA MARTINS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000044502-8	081/2022	LUDMILA ALEIXO SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000045940-1	2403/2021	SOELI DUTRA DOS SANTOS LEANDRO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046132-5	2441/2021	CRISTIANE NASCIMENTO DE MEDEIROS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000044900-7	2397/2021	SIRLEI QUEIROZ	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046148-1	2401/2021	PATRICIA FREITAS BARBOSA DE SOUSA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046129-5	2398/2021	CELIA APARECIDA RIBEIRO VALVERDE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000045831-6	2404/2021	DARLESON NEVES SOUSA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000045829-4	2438/2021	CARMEIZA PEREIRA DE ARAUJO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000045205-9	2460/2021	RENATO EVANGELISTA DE SOUSA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000045784-0	063/2022	ALINE ELIAS CAMPOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2024	31.200,00
24.29.000045794-8	2400/2021	VANY DE ARAUJO MOURA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00

24.29.000045931-2	2446/2021	GISLANE VIERA DE MELO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200.00
24.29.000047089-8	065/2022	CLEIA BARBOSA DE SENA FERREIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2024	31.200.00
24.29.000044548-6	2416/2021	DEZUITE BASTOS DE OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2024	31.200.00
24.29.000045587-2	2380/2021	SATIRA MICHELE CESAR DE OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200.00
24.29.000045809-0	2439/2021	CAROLINE DOS REIS SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200.00
24.29.000044477-3	2416/2021	GERALDA DIVINA DOS SANTOS MORAIS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200.00
24.29.000049168-7	2499/2021	ELIENE GARCIA LACERDA DE ARAUJO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000044843-4	2419/2021	RISELDA PEREIRA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200.00
24.29.000044469-2	2408/2021	ERICA LOPES RODRIGUES CABRAL	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200.00
24.29.000044925-2	2455/2021	MARTINNELLY DA SILVA SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	29/12/2025	31.200.00
24.29.000044926-0	2396/2021	VALERIA DE PAULA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200.00
24.29.000044992-9	2412/2021	RENATA CARDOSO DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200.00
24.29.000045360-8	2406/2021	MARIANE VITORIA VOGADO ALEXANDRE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000044643-1	2425/2021	RANICLEIA DA SILVA FERREIRA PAIVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200.00
24.29.000046126-0	2509/2021	TATHIANE MENDANHA DE OLIVEIRA SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200.00
24.29.000044944-9	067/2022	DILEUSA BONFIM DA COSTA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200.00
24.29.000046114-7	074/2022	KALIANY MENDES JULIAO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200.00
24.29.000047944-0	075/2022	KELVER KARLO RAMOS DE LIMA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200.00
24.29.000047955-5	2449/2021	JOSEFINA DE FATIMA NOVAES	MÉDICO	30/12/2024	29/12/2025	31.200.00
24.29.000041381-9	2321/2021	STEFANY BORGES BRAGA	MÉDICO	19/11/2024	18/11/2025	166.200,00
24.29.000041968-0	2316/2021	JOAO PAULO QUEIROZ CARDOSO	MÉDICO	16/11/2024	15/11/2025	166.200,00
24.29.000046969-5	2508/2021	SANTANA FARIAS DE FRANCA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046635-1	2410/2021	ADRIANA PERREIRA DA SILVA GOMES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046681-5	2514/2021	ZELINA VIEIRA DO VALE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	19/12/2025	31.200,00
24.29.000046649-1	2383/2021	MARIA NEVES GONÇALVES PEREIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046871-0	2444/2021	ELIENE FERREIRA DO NASCIMENTO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	19/12/2025	31.200,00
24.29.000046668-8	2513/2021	WORTHIERES SOUZA XAVIER FROTA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00

24.29.000046637-8	2402/2021	DIVINO JERONIMO RIBEIRO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046434-0	2506/2021	NORMA MARIA CARDOSO DE SOUSA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	19/12/2025	31.200,00
24.29.000046200-3	2497/2021	DANIEL DIAS DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000045326-8	2457/2021	NATALIA VENANCIO DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046558-4	2502/2021	LILIAN RODRIGUES RAMOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046460-0	2447/2021	JENIFFER JULOETE GONÇALVES SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046421-9	2435/2021	ANTONIA FRANCISCA MONTEIRO BASTOS SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046559-2	084/2022	MARGARETH ALVES DA SILVA RIBEIRO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2025	31.200,00
24.29.000046546-0	2454/2021	MARCIA CALDEIRA DE LIMA FERREIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046396-4	2452/2021	LIVIA ARAUJO DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000044953-8	2418/2021	NILDE ANGLEINE DOS SANTOS ALCANTARA DO NASCIMENTO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000046192-9	2436/2021	APARECIDA DONIZETI AMARAL	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000047153-3	083/2022	LUZILENE GONÇALVES DE LIMA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000047331-5	091/2022	PRISCYLLA OLIVEIRA DUARTE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000047089-8	065/2022	CLEIA BARBOSA DE SENA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000047195-9	087/2022	MARLI NUNES MARINHO OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000044894-9	088/2022	MAYARA SALES AVELINO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000047237-8	124/2022	ALINE FRANCISCA WINDER	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	20/1/2025	19/1/2026	31.200,00
24.29.000046346-8	002/2022	FERNANDA ALVES DA SILVA RIBEIRO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3/1/2025	2/1/2025	31.200,00
24.29.000046347-6	001/2022	FERNANDA ALVES DA SILVA RIBEIRO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3/1/2025	2/1/2025	31.200,00
24.29.000044923-6	096/2022	THAIS DA COSTA SERAFIM	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000046693-9	2440/2021	CLEZIANE ALVES DE OLIVEIRA MAGALHÃES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046730-7	2510/2021	THAIS VIEIRA MAGALHÃES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046555-0	094/2022	SONIA FERREIRA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000046690-4	2459/2021	REGIANNE MENDES DE SOUSA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046703-0	2376/2021	WANEISSA ATAIDE FERREIRA LIMA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2024	31.200,00
24.29.000046705-6	2430/2021	CARLOS MAGNO DE MELO	MÉDICO	26/12/2024	25/12/2025	192.000,00

24.29.000046475-8	090/2022	NOELITA FERREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000046443-0	2450/2021	JUCELIA DE SOUZA FRANCA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000046729-3	071/2022	JOELSON GARCES SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000047054-5	2467/2021	ZILMAR BATISTA DE SOUSA LEMES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000047059-6	2463/2021	SELMA MARIA DA CUNHA PEREIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2025	31.200,00
24.29.000047028-6	064/2022	ANA CARLA DA CONCEIÇÃO PESSOA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000046992-0	086/2022	MARIA ZELIA CARVALHAES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2026	31.200,00
24.29.000046903-2	2466/2021	VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2024	31.200,00
24.29.000047025-1	076/2022	LAFAYETT ALENCAR DE ALMEIDA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4/1/2025	3/1/2025	31.200,00
24.29.000046708-0	2511/2021	THAYRINE BRUNES BARRETO XAVIER	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	30/12/2024	29/12/2024	31.200,00
23.5.000017326-2	627/2020	TATIANA ALVES DOS SANTOS	ENFERMEIRA	1/1/2022	30/4/2022	24.272,52
85369954	51/2021	ARIANA CARRIJO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA	1/5/2022	12/1/2023	24.272,52
24.29.000046149-0	098/2022	VITORIA CURCINO DA SILVA RABELO	TECNICO DE ENFERMAGEM	04/01/2025	03/01/2026	31.200,00
25.29.000000472-8	128/2022	ANTONIA DA SILVA GONÇALVES NOBRE	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/18/2025	19/01/2026	31.200,00
25.29.000000387-0	136/2022	ELIZANGELA FRANCISCA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/01/2025	20/01/2026	31.200,00
25.29.000000417-5	139/2022	KATIELLY CRISTINA SILVA MOREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	21/01/2025	21/01/2026	31.200,00
25.29.000000376-4	143/2022	MICHELLE PRICILA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/01/2025	19/01/2026	31.200,00
25.29.000000360-8	142/2022	MARIVONE DIAS DE JESUS BANDEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/01/2025	19/01/2026	31.200,00
25.29.000000338-1	140/2022	LIDIANE TELES NOGUEIRA	TECNICO DE EMFERMEGEN	20/01/2025	19/01/2026	31.200,00
25.29.000002696-9	251/2022	ALINE SOARES DE OLIVEIRA	MÉDICA	11/02/2025	10/01/2026	288.000,00
25.29.000002699-3	252/2022	ALINE SOARES DE OLIVEIRA	MÉDICA	11/02/2025	10/01/2026	288.000,00
25.29.000001699-8	296/2022	VINÍCIUS DA SILVA OLIVEIRA	MÉDICO	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00
25.29.000001948-2	284/2022	LOANE CARVALHO MIGUEL CAPUZZO.	MÉDICA	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00
25.29.000002968-2	250/2022	ALFREDO GUERRA NETO	MÉDICO	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00
25.29.000002971-2	249/2022	ALFREDO GUERRA NETO	MÉDICO	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00
25.29.000002689-6	267/2022	DIOGO VALASCO VALADÃO	MÉDICO	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00
25.29.000002686-1	266/2022	DIOGO VALASCO VALADÃO	MÉDICO	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00
25.29.000002679-9	277/2022	JÉSSICA RIBEIRO MARQUES	MÉDICA	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00

25.29.000001399-9	126/2023	JOÃO MARCELO TOCANTINS ALBUQUERQUE	MÉDICO	26/1/2025	25/1/2026	288.000,00
25/29/000001035-3	262/2022	DANIELA MARIA FERREIRA RODRIGUES	MÉDICA	11/02/2025	10/02/2026	288.000,00
25.29.000001481-2	210/2022	LUDMYLLA CARDOSO DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	02/02/2025	01/02/2026	31.200,00
25.29.000001473-1	220/2022	VALQUIENE DE SOUSA LIMA	TECNICO DE ENFERMAGEM	02/02/2025	01/02/2026	31.200,00
25.29.000002389-7	031/2024	NILVA MARQUES DA VEIGA	MÉDICA	05/02/2025	04/02/2026	166.200,00
25.29.000001466-9	204/2022	DYONES DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	2/2/2025	1/2/2026	31.200,00
25.29.000001407-3	166/2022	ALLANA FRANCIELLY MARQUES BARBOSA	MÉDICA	24/01/2025	23/01/2026	166.200,00
25.29.000000869-3	211/2022	MARIA CASSIA DIAS DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	02/02/2025	01/02/2026	31.200,00
25.29.000000553-8	218/2022	URANEA MOREIRA MOURA	TECNICO DE ENFERMAGEM	02/02/2025	01/02/2026	31.200,00
25.29.000001564-9	135/2022	ELCI LOPES RODRIGUES	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/01/2025	19/01/2026	31.200,00
25.29.000000740-9	126/2022	ANA PAULA DE CARVALHO SILVEIRA MARTINS	TECNICO DE ENFERMAGEM	27/01/2025	26/01/2026	31.200,00
25.29.000000753-0	149/2022	SAMARA FEITOSA MENDES	TECNICO DE ENFERMAGEM	27/01/2025	26/01/2026	31.200,00
25.29.000007211-1	539/2022	ISABEL QUEIROZ CAFÉ CARVALHAES	MÉDICA	29/03/2025	28/03/2026	288.000,00
25.29.000007376-2	449/2022	PEDRO PAULO DIAS SOARES	MÉDICO	21/03/2025	20/03/2026	288.000,00
25.29.000010378-5	626/2022	MARISA MOREIRA DE LIMA	TECNICO DE ENFERMAGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.000009947-8	614/2022	ANGELA FERREIRA ALVES GONCALVES	TECNICO DE ENFERMAGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.000007211-1	550/2022	ISABEL QUEIROZ CAFÉ CARVALHAES	MÉDICA	29/03/2025	28/03/2026	288.000,00
25.29.000008890-5	302/2023	TAIS MALTA ALQUIMIM	MÉDICA	20/03/2025	19/03/2026	288.000,00
25.29.000007725-3	492/2022	ANA PAULA BATISTA TEIXEIRA	TECNICO DE ENFERMEGEM	28/03/2025	27/03/2026	31.200,00
25.29.000008041-6	494/2022	REGINA CELIA CARDOSO DOS SANTOS DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMEGEM	28/03/2025	27/03/2026	31.200,00
25.29.000007792-0	488/2022	JESSICA GONCALVES DE AGUIAR	TECNICA DE ENFERMAGEM	28/03/2025	27/03/2026	31.200,00
25.29.000007736-9	506/2022	RENATO NISHIGAKI SERICAKU	MÉDICO	29/03/2025	28/03/2026	288.000,00
25.29.000007712-1	505/2022	LEIA CARLA JORGE MARQUES	MÉDICA	29/03/2025	28/03/2026	83.100,00
25.29.000010659-8	212/2023	JOSE MATOS MACEDO FILHO	MÉDICO	13/02/2025	12/02/2026	288.000,00
25.29.000010383-1	511/2022	MIRIAM BOLSONI DE CARVALHO MACEDO	MÉDICA	29/03/2025	28/03/2026	288.000,00
25.29.000010138-3	497/2022	MARCOS PAULO ARAUJO DO PRADO	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/03/2025	27/03/2026	31.200,00
25.29.000004480-0	326/2022	LETICIA CRISTINA MOREIRA PEREIRA DE PAULA	TECNICO DE ENFEMAGEM	17/02/2025	16/02/2026	31.200,00

25.29.000004488-6	324/2022	FERNANDA MARIA PEREIRA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	17/02/2025	16/02/2026	31.200,00
-------------------	----------	------------------------------------	--------------------------	------------	------------	-----------

Goiânia, 24 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6203547** e o código CRC **D660C9E2**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6203547v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 019/2025 – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
25.29.0000013156-8	677/2022	TAIS DE SOUSA PARENTE	TECNICO DE ENFERMEGEM	28/04/2025	27/04/2026	31.200,00
25.29.0000012096-5	674/2022	ROSELENA FERNANDES SILVA RIBEIRO	TECNICO DE ENFERMEGEM	28/04/2025	27/04/2026	31.200,00
25.29.0000011524-4	624/2022	LUIZA MARILLAC SENA	TECNICO DE ENFERMEGEM	28/04/2025	27/04/2026	31.200,00
25.29.0000011022-6	618/2022	ERRIETE GONÇALVES TEIXEIRA	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000011522-8	631/2022	THAIS RODRIGUES DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000010761-6	623/2022	LUCIVANIA BRITO DE ALMEIDA	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000010391-2	629/2022	ROMILTON RODRIGUES DA SILVA	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000013240-8	627/2022	NEURA PEREIRA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000012987-3	621/2022	IANA PEREIRA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000012881-8	660/2022	ANDERSON HONORARIO DA SILVA	TECNICO DE ENFERMEGEM	28/04/2025	27/04/2026	31.200,00
25.29.0000012869-9	613/2022	ANDERSON HONORARIO DA SILVA	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000012136-8	625/2022	MARIA ABADIA DA COSTA CASTRO	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	17/04/2026	31.200,00
25.29.0000013096-0	727/2022	HELIANE PIRES GONÇALVES DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMEGEM	03/05/2025	02/05/2026	31.200,00
25.29.0000013822-8	661/2022	BEATRIZ BARBOSA BARROS	TECNICO DE ENFERMEGEM	28/04/2025	27/04/2026	31.200,00
25.29.0000014411-2	838/2022	KATIA OLIVEIRA SANTOS ARAUJO	TECNICO DE ENFERMEGEM	09/05/2025	08/05/2026	31.200,00
25.29.0000013526-1	705/2022	LINA FERREIRA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMEGEM	02/05/2025	01/05/2026	31.200,00
25.29.000012816-8	516/2022	DIRCILENY DE SOUSA GUIMARÃES	TECNICO DE ENFERMEGEM	18/04/2025	14/04/202	31.200,00

Goiânia, 06 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**, Secretário Municipal de Saúde, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6758982** e o código CRC **46ACEFC9**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 015/2025 – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
24.29.000047227-0	059/2023	EVANILDA GOMES MARTINS BARROS	ENFERMEIRO	18/1/2025	17/1/2026	31.680,00
24.29.000047100-2	057/2023	BRUNO ESPINDULA RAMOS	ENFERMEIRO	18/1/2025	17/1/2026	31.680,00
24.29.000047128-2	065/2023	ROSANA ROSLYN RODRIGUES AZEVEDO	ENFERMEIRO	18/1/2025	17/1/2026	31.680,00
24.29.000042380-6	1281/2020	YURI FERREIRA DE OLIVEIRA BARRETO	TECNICO RADIOLOGIA	3/12/2024	2/12/2025	31.920,00
24.29.000042618-0	1017/2022	ISABELLA FREITAS PEREIRA DA SILVA	FARMACÊUTICO	10/12/2024	9/12/2025	31.680,00
24.29.000042560-4	1280/2020	LUIS HENRIQUE MACHADO E SILVA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042233-8	1287/2020	KATIANE LEMES RESENDE	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000043471-9	1285/2020	JORDAN SOUZA SANTOS	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042700-3	1291/2020	PATRICIA CASTRO DA SILVA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042371-7	1298/2020	SIMONE MONTEIRO LOBO DE CARVALHO	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000043181-7	787/2022	ELEUZA DO ROSARIO DE MELLO BRANDÃO	ENFERMEIRO	5/12/2024	4/12/2025	31.680,00
24.29.000042676-7	1297/2020	ELIAS RODRIGUES DE SOUZA MOREIRA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042339-3	1282/2020	GLAUCIA PEREIRA DE SOUSA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042176-5	1301/2020	MARIA CLARA PIRES	TECNICO RADIOLOGIA	2/12/2024	1/12/2025	31.920,00
24.29.000042337-7	1294/2020	JAiany KARLA DIAS DE SOUSA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042043-2	1299/2020	JANE APARECIDA DA SILVA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042253-2	1300/2020	ADRIANA CLAUDIA PEREIRA MENDANHA SILVA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042134-0	1290/2020	ADRIANA RODRIGUES COSTA	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000042162-5	1021/2022	MAILLA ALVES PEREIRA	FARMACÊUTICO	10/12/2024	9/12/2025	31.680,00

24.29.000043246-5	2357/2021	ANNA CAROLINE DE FREITAS GALVÃO	MEDICO	6/12/2024	5/12/2025	166.200,00
24.29.000042771-2	1015/2022	ANA PAULA VASCONCELOS NAVES	FARMACÊUTICO	10/12/2024	9/12/2025	31.680,00
24.29.000042541-8	1646/2022	NEDINA FRANCISCA DE MORAIS	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000042223-0	1645/2022	FABIANO COIMBRA VARGAS	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000042433	1644/2022	CLARISSA CALAZANS DE PAULO	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000041415-7	1641/2022	THAIS RODRIGUES VELOSO GOMES	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000043037-3	1649/2022	LETICIA VIEIRA DA SILVA	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000042128-5	1279/2020	MATHEUS HENRIQUE ASSIS DE LIMA	TECNICO LABORATORIO	30/11/2024	29/11/2025	28.596,00
24.29.000042845-0	1253/2020	ADRIANA DOS SANTOS LIMA	TECNICO LABORATORIO	27/11/2024	26/11/2025	28.596,00
24.29.000042371-7	1298/2020	SIMONE MONTEIRO LOBO DE CARVALHO	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
24.29.000047165-7	060/2023	GERCILIA PEREIRA DOS SANTOS SANTANA	ENFERMEIRO	17/1/2025	16/1/2026	31.200,00
24.29.000046241-0	2413/2021	ANA PAULA VIEIRA DOS SANTOS	TECNICO ENFERMAGEM	23/12/2024	22/12/2025	31.200,00
24.29.000047183-5	061/2023	LARENNE OLIVEIRA DE SOUZA	ENFERMEIRO	24/1/2025	23/1/2026	31.680,00
24.29.000041774-1	927/2022	DAYANE RODRIGUES DA COSTA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041766-0	1222/2020	THAIS BARBOSA DOS SANTOS	TECNICO LABORATORIO	26/11/2024	25/11/2025	28.596,00
24.29.000041761-0	1208/2020	ANA FLAVIA GOMES VIEIRA	TECNICO LABORATORIO	25/11/2024	24/11/2025	28.596,00
24.29.000041949-3	1206/2020	BARBARA HELOISA NASCIMENTO SILVA	TECNICO LABORATORIO	24/11/2024	23/11/2025	28.596,00
24.29.000041970-1	1225/2020	JURACI VAZ DA SILVA	TECNICO LABORATORIO	26/11/2024	25/11/2025	28.596,00
24.29.000042170-6	1189/2020	VIVIANE ROSA DE OLIVEIRA	TECNICO LABORATORIO	23/11/2024	22/11/2025	28.596,00
24.29.000041808-0	1201/2020	VINICIUS JOSE RIBEIRO DA SILVA	TECNICO LABORATORIO	24/11/2024	23/11/2025	28.596,00
24.29.000042460-8	1643/2022	ANA CAROLINA RODRIGUES FERREIRA	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000042522-1	1647/2022	JENNIFER DE OLIVEIRA RAMOS DOS SANTOS BORGINHO	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000042188-9	1650/2022	LUCINEIDE CARVALHO DE SOUSA	ENFERMEIRO	28/11/2024	27/11/2025	31.680,00
24.29.000043502-2	1244/2020	RODRIGO CARDOSO DERENCE PALMIRA	MEDICO	3/12/2024	2/12/2025	162.000,00
24.29.000043755-6	1296/2020	DANIEL FERREIRA DE MELLO	TECNICO RADIOLOGIA	1/12/2024	30/11/2025	31.920,00
74087981	311/2018	DELRIAYNE CRISTINA MUNIZ RIBEIRO	BIOMEDICA	1/1/2021	30/6/2021	48.749,40
84010162	627/2020	TATIANA ALVES DOS SANTOS	ENFERMEIRO	1/5/2022	15/9/2022	24.272,52

74179037	344/2018	ROSELY MARIA DA SILVA MARTINS GOMES	EDUCADOR SOCIAL	1/1/2021	30/6/2021	18.841,88
25.29.000003287/0	062/2023	LETICIA GABRIELLE GONCALVES DE SIVA	ENFERMEIRO	23/1/2025	22/7/2025	31.680,00
25.29.000001814-1	254/2022	AMANDA SANTOS LEÃO	MÉDICA	11/2/2025	10/2/2026	288.000,00
25.29.000008918-9	549/2022	CANTIONIL ALVES BORGES NETO	MÉDICO	29/3/2025	28/3/2026	288.000,00
25.29.000009089-6	523/2022	BRUNO VINICIUS RODRIGUES DE SOUZA	MÉDICO	29/3/2025	28/3/2026	288.000,00
25.19.000004515-7	384/2021	ANA FLAVIA DINIZ MONTES	MÉDICA	4/3/2025	3/3/2026	162.000,00
25.29.000005990-5	366/2021	ANA FRANCISCA DA SILVA	TECNICO LABORATORIO	24/2/2025	23/2/2025	28.596,00

Goiânia, 24 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6204644** e o código CRC **E8E11E34**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6204644v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

**EXTRATO Nº 016/2025 – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CREDENCIAMENTO**

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
24.29.000046164-3	1097/2022	RAPHAELA DE SOUZA NUNES RESENDE	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000044934-1	1095/2022	LEONARDO TEODORO DE FARIAS	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045696-8	1096/2021	PAULA ANDREIA AUGUSTA SARAIVA	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045621-6	1085/2020	ANDREA DIAS DE OLIVEIRA DAMASO	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000044929-5	1088/2022	BRUNO MAGALHAES BARBOSA DA SILVA	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045392-6	1084/2022	ANA PAULA SANTOS BORGES	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000043757-2	1014/2022	ANA FLAVIA DE OLIVEIRA SILVA	FARMACÊUTICO	10/12/2024	9/12/2025	31.680.00
24.29.000039227-7	824/2022	ISABEL DE JESUS PEREIRA	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680.00
24.29.000039127-0	691/2022	SARAH CAROLINA SILVEIRA FERREIRA	ENFERMEIRO	28/10/2024	27/10/2025	31.680.00
24.29.000039267-6	686/2022	LARISSA CATARINO RODRIGUES	ENFERMEIRO	28/10/2024	27/10/2025	31.680.00
24.29.000039277-3	685/2022	GRAZIELLY QUEIROZ MAGALHÃES	ENFERMEIRO	28/10/2024	27/10/2025	31.680.00
24.29.000039305-2	831/2022	LIDIA DE SOUSA ALVES	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680.00
24.29.000039417-2	687/2022	LEIDIANE RIBEIRO SANTIAGO	ENFERMEIRO	28/10/2024	27/10/2025	31.680.00
24.29.000039981-6	718/2020	CARMELITA SILVA	TÉCNICO LABORATORIO	28/10/2024	27/10/2025	28.596,00
24.29.000039408-3	032/2022	GLAUCIA GONÇALVES DE JESUS PIRES PORTES	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000040108-0	711/2019	ALINE GODOFREDO RODRIGUES	TÉCNICO LABORATORIO	18/10/2024	17/10/2025	28.596,00
24.29.000039578-0	837/2022	WALCLEIA DUARTE DE SOUZA	ENFERMEIRO	1/11/2024	31/10/2025	31.680,00
24.29.000040152-7	746/2019	RONILDO COSTA DOS SANTOS	TÉCNICO RADIOLOGIA	19/11/2024	18/11/2025	31.920,00
24.29.000039794-5	792/2022	JANE PORTES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	9/11/2024	8/11/2025	31.680,00

24.29.000039588-8	823/2022	GLAUCIA RODRIGUES DOS SANTOS	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000040268-0	822/2022	DIANA FERREIRA DE SOUZA	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000039625-6	832/2022	LILIA SOUZA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000039296-0	683/2022	FERNANDA LEITE DA SILVA MONTALVAO	ENFERMEIRO	28/10/2024	27/10/2025	31.680,00
24.29.000040159-4	719/2022	RICARDO BORGES LOPES	FARMACÊUTICO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000040158-6	740/2019	DAIANE PEREIRA DA SILVA	TÉCNICO RADIOLOGIA	18/11/2024	17/11/2025	31.920,00
24.29.000039819-4	754/2019	KELLI JENAINA PRADO FARIA	TÉCNICO RADIOLOGIA	19/11/2024	18/11/2025	31.920,00
24.29.000040287-6	788/2022	ERICA SONIA DOS SANTOS PARANAGUA	ENFERMEIRO	8/11/2024	7/11/2025	31.680,00
24.29.000039775-9	749/2019	VALDINEIDE ALVES RODRIGUES	TÉCNICO RADIOLOGIA	22/11/2024	21/11/2025	31.920,00
24.29.000040667-7	955/2022	POLLYANNA SOUSA PINHEIRO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000040969-2	728/2019	JOSE LIMA DE JESUS	AUXILIAR ENFERMAGEM	4/11/2024	3/11/2025	26.040,00
24.29.000040156-0	800/2022	RAUL CARVALHO DE SOUZA	ENFERMEIRO	9/11/2024	8/11/2025	31.680,00
24.29.000040272-8	802/2022	RENATA CAMPOS COSTA DE SOUZA	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000040166-7	828/2022	JOSELARA ALESSANDRA CORREA BARBOSA	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000039968-9	830/2022	LETICIA ROSA DE OLIVEIRA BASTOS	ENFERMEIRO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000039760-0	789/2022	FLAVIA LACERD DO NASCIMENTO	ENFERMEIRO	9/11/2024	8/11/2025	42.240,00
24.29.000040309-0	811/2022	ZEILA TAVARES DE CASTRO	ENFERMEIRO	9/11/2024	8/11/2025	31.680,00
24.29.000039823-2	766/2019	YURI FERREIRA DE OLIVEIRA BARRETO	TÉCNICO RADIOLOGIA	29/11/2024	28/11/2025	31.920,00
24.29.000041131-0	918/2022	ANA CAROLINY DA SILVA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041169-7	920/2022	ANNA PAULA DIAS NESTOR FERREIRA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041327-4	939/2022	JOSAILDA RIBEIRO DA SILVA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041321-5	916/2022	AMANDA CARDOSO DE CALDAS	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041191-3	929/2022	DELMA DOS SANTOS ASSIS MERCADANTE	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041974-4	931/2022	DULCIMIRE NAVES MARQUES	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041801-2	925/2022	CRISTIANE TEIXWIRA DA SILVA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041423-8	941/2022	JULYANNA CRISTHINA DE OLIVEIRA SILVA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041936-1	807/2022	VANESSA BORGES ALMEIDA	ENFERMEIRO	27/11/2024	26/11/2025	31.680,00
24.29.000042205-2	760/2019	HILDENE BARBOSA DOS SANTOS	AUXILIAR ENFERMAGEM	27/11/2024	26/11/2025	26.040,00

24.29.000039788-0	713/2022	THAUANE GRACE ROCHA DOS SANTOS	BIOMÉDICO	2/11/2024	1/11/2025	31.680,00
24.29.000041156-5	922/2022	BIANCA ROSA DE SOUSA	ENFERMEIRO	18/11/2024	19/11/2025	31.680,00
24.29.000041204-9	919/2022	ANA FLAVIA MORAIS SOARES	ENFERMEIRO	18/11/2024	19/11/2025	31.680,00
24.29.000041142-5	961/2022	THAYNARA LUCIANA PEREIRA NASCIMENTO	ENFERMEIRO	19/11/2024	18/11/2025	31.680,00
24.29.000041749-0	936/2022	GLEYDSON GOMES DA LUZ	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041386-0	933/2022	EUDENI VALDIVINO DE SOUSA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041386-0	928/2022	DEILA TATIELY CARLOS BATISTA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041431-9	945/2022	LARISSA RODRIGUES DE ALMEIDA	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000041801-2	843/2022	KELCY ANNE SANTANA E SILVA	ENFERMEIRO	17/11/2024	16/11/2025	31.680,00
24.29.000041916-7	851/2022	MIRIAM APARECIDA MARQUES	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000040776-2	949/2022	MARIA ROSA DE SOUSA LOPES	ENFERMEIRO	18/11/2024	17/11/2025	31.680,00
24.29.000044952-0	1087/2022	BRUNA NATALIA LEITE TEIXEIRA	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.920,00
24.29.000045745-0	1101/2022	VIVIANE FURTADO PIRES DE SOUSA	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.920,00
24.29.000045633-0	1100/2022	VALKENEDY BARROS GOMES	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.920,00
24.29.000045818-9	1092/2022	JADE DE OLIVEIRA MELO	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.920,00
24.29.000045374-8	1098/2022	RENATA AURELIANO VAZ	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.920,00
24.29.000045406-0	1090/2020	ELIANA DE CARVALHO CORREA	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.920,00
24.29.000047200-9	1183/2022	JESSICA APARECIDA DOS SANTOS LIMA	ENFERMEIRO	8/1/2025	7/1/2026	31.680,00
24.29.000047197-5	1185/2022	KATYANE CUNHA SANTOS	ENFERMEIRO	8/1/2025	7/1/2026	31.680,00
24.29.000047204-1	1193/2022	TATIANE RIBEIRO SANTOS	ENFERMEIRO	11/1/2025	10/1/2026	31.680,00
24.29.000043197-2	1013/2022	ALEX HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS BATISTA	FARMACÊUTICO	10/12/2024	9/12/2025	31.680,00
24.29.000043931-1	1022/2022	MARCELO DA SILVA GONÇALVES	FARMACÊUTICO	10/12/2024	9/12/2025	31.680,00
24.29.000043027-6	1020/2022	LUDMILLA ALVES OLIVERIA	FARMACÊUTICO	10/12/2024	9/12/2025	31.680,00
24.29.000044255-0	950/2022	MARTA JUSTINA DE OLIVEIRA SOUZA	ENFERMEIRO	13/12/2024	12/12/2025	31.680,00
24.29.000046485-5	1016/2022	FRANCISCO JOSE RODRIGUES DA SILVA	FARMACÊUTICO	28/12/2024	27/12/2025	31.680,00
24.29.000046565-7	1091/2022	FRANCIELLY BATISTA CONCEIÇÃO	FARMACÊUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000047024-3	1189/2022	MYRIAM ANTONIO MARTINS DOS SANTOS	ENFERMEIRO	8/1/2025	7/1/2024	31.680,00
24.29.000047190-8	1192/2022	SIMONE VIERIA BATISTA	ENFERMEIRO	7/1/2025	6/1/2025	31.680,00

74179037	344/2018	ROSELY MARIA DA SILVA MARTINS GOMES	EDUCADOR SOCIAL	1/7/2021	31/12/2021	18.841,88
25.29.000010020-4	1534/2022	WANDERSON ALVES DIAS DA SILVA	FARMACÊUTICO	6/4/2025	5/10/2025	31.680,00
25.29.000008657-0	1533/2022	SANDRA ALVES DE SOUSA GARCIA	FARMACÊUTICO	6/4/2025	5/10/2025	31.680,00
25.29.000006742-8	1456/2022	MARCELA TEIXEIRA BARBOSA MAXIMINIANO	FARMACÊUTICO	15/3/2025	14/9/2025	31.680,00
25.29.000006743-6	1460/2022	SHIRLES DAIANE SANTOS OLIVEIRA	FARMACÊUTICO	15/3/2025	14/9/2025	31.680,00
25.29000007392-4	1455/2022	MALLENA MARIA MARQUES VAZ	FARMACÊUTICO	15/3/2025	14/9/2025	31.680,00
25.29.000007371-1	1461/2022	THIAGO OLIVEIRA GOMES	FARMACÊUTICO	15/3/2025	14/9/2025	31.680,00
25.29.000007355-0	180/2020	NUBIA MARIA XAVIER DOS SANTOS	AUXILIAR ENFERMAGEM	18/3/2025	17/3/2026	26.040,00

Goiânia, 26 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6222952** e o código CRC **75BBE7FC**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6222952v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

**EXTRATO Nº 017/2025 – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CREDENCIAMENTO**

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
24.29.000045638-0	017/2021	WILKIA LAUREANO DA SILVA BARROS	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045665-8	029/2022	ELIANE REGINA SALIBA	ENFERMEIRO	04/01/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000044859-0	006/2022	GLAUCIELE CARDOSO VIEIRA	FRAMACEUTICO	04/01/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045475-2	014/2022	RICARDO CARDOSO DOMINGOS	FARMACEUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000044914-7	2484/2022	MARCELA MIKAELLY DE JESUS FIGUEIREDO	ENFERMEIRO	04/01/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045201-6	016/2021	VITOR CALVACANTE ALENCAR ARRAIS	FARMACEUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000046316-6	1128/2023	KAMYLLA VENANCIO DE MOURA	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680.00
24.29.000045616-0	008//2022	JUSSARA MARTINS SOARES	FARMACEUTICO	04/01/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045611-9	015/2022	SANDRA DA SILVA QUEIROZ	FARMACEUTICO	04/01/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000046777-3	0/2022	JOYCE TAWANE PEREIRA DA SILVA	ENFERMEIRO	04/01/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000044834-5	2486/2021	LUZIANA CUNHA REZENDE	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680.00
24.29.000046138-4	058/2022	SURAYANNA REGINA DO NASCIMENTO NEVES LIMA	ENFERMEIRO	04/01/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000046130-9	2490/2021	SIDNEI ALVES DE SOUZA NETO	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680.00
24.29.000045439-6	2479/2021	LARISSA OPEREIRA DE MELO	ENFERMEIRO	29/12/2024	29/12/2024	31.680.00
24.29.000045789-1	038/2022	JOSIMAR BATISTA ALVES	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00
24.29.000045826-0	045/2022	LETICIA GOMES ALVARENGA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680.00

24.29.000045834-0	105/2025	ISADORA SILVA SOUSA	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000045459-0	1399/2024	RENATA KARISY COSTA CANEDO	ENFERMEIRO	10/12/2024	9/12/2025	74.880,00
24.29.000045436-1	1340/2024	CARLOS EDUARDO ALVES DE MELO	ENFERMEIRO	10/12/2024	9/12/2025	74.880,00
24.29.000045459-0	1399/2024	RENATA KARISY COSTA CANEDO	ENFERMEIRO	10/12/2024	9/12/2025	74.880,00
24.29.000044903-1	053/2022	POLLYANNA VINHAL DE FRANÇA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046144-9	056/2022	SIMONE NEVES DA SILVA ASSIS	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000045626-7	009/2022	KELLY CRISTINA CAMPOS	FARMACEUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046432-4	2472/2021	DANUBIA FERNANDES DA SILVA	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
24.29.000046567-3	2475/2021	FERNANDA FELIPE OLIVEIRA DA SILVA	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
24.29.000046188-0	2482/2021	MADALENA CHAVEIRO DE ANDRADE MARIANO	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
24.29.000047229-7	040/2022	JULIANA ALVES MEDEIROS RESENDE	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046954-7	059/2022	THAISE FERNANDES	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046817-6	019/2022	ALINNY VAZ DA SILVA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046750-1	2481/2021	LUANA DE PAULA SANTOS	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
24.29.000046722-6	2483/2021	MAICON DOUGLAS DA SILVVA DE SA	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
24.29.000046734-0	104/2022	GEISA BERNARDES DA SILVA	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046726-9	2477/2021	JAYME DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
24.29.000046723-4	101/2022	DAYANE FERNADES ARAUJO	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000045353-5	049/2022	MARCIA DE LIMA ROSA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046171-6	030/2022	ENILTON LUIZ CARNEIRO	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046446-4	036/2022	JHONISCLER JANUARIO MELO	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000023707-7	018/2022	ALESSANDRA DA SILVA LINHARES	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046653-0	026/2022	CLAUDIA REGINA DA SILVA MARQUES	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046831-1	107/2022	JOSILDA FERREIRA DA SILVA	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000047131-2	047/2022	LUCIVANIA DE AS AQUINO	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046778-1	112/2022	LYSYE LYDYANNY DE SOUZA CARNEIRO	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046744-7	115/2022	SABELLA VENTURAS PERACINI	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046764-1	117/2022	THIAGO ALVES DE FREITAS	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046735-8	113/2022	NATALIE MARQUES NASCIMENTO CORDEIRO	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00

24.29.000046341-7	057/2022	STEFANY ANDRESSA SANTOS FERREIRA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046777-3	048/2022	MARCELLA MARQUES DE ALMEIDA CACERES	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000024944-0	109/2022	LARISSA DE PAULA COSTA	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046656-4	100/2022	AMANDA RODRIGUES CABRAL	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046661-0	034/2022	IDELMA PORTO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046882-6	035/2022	JERLICE PUGAS AMORIM	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046145-7	028/20220	DIVONILDA COSTA FERREIRA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000045950-9	003/2022	CILEIA CECILIA CARDOSO BERNARDES	FARMACEUTICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046758-7	044/2022	LAISA DE SOUSA PARENTE	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046712-9	031/2022	GABRIELLY GOMES DE SOUSA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000047042-1	110/2022	LUCIANA MAIA DA ROCHA	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000047284-0	106/2022	JOICE CRISTINA DA SILVA	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046783-8	020/2022	AMANDA CARDOSO DA SILVA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000047069-3	037/2022	JOSE AUGUSTO BASTOS MOREIRA	ENFERMEIRO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000047033-2	103/2022	FRANCIS PATRICIO FRANCA FERREIRA	BIOMÉDICO	4/1/2025	3/1/2026	31.680,00
24.29.000046701-3	2489/2021	SAMANTHA HAYARY DE FARIA SOUZA	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
24.29.000046557-6	2476/2021	JANAINA ROSA DA MOTA AURELIANO	ENFERMEIRO	29/12/2024	28/12/2025	31.680,00
74179037	344/2018	ROSELY MARIA DA SILVA MARTINS GOMES	EDUCADOR SOCIAL	1/1/2022	30/4/2022	18.841,88
25.29.0000004770-1	182/2022	PALOMA MARIA COELHO DE PAULA	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/1/2026	31.680,00
25.29.000000451-5	158/2022	DOUGLAS MACIEL BARBOSA	BIOMÉDICO	20/1/2025	19/1/2026	31.680,00
25.29.000000460-4	154/2022	MARIA ARLENE BARBOSA FERNANDES REIS	ENFERMEIRO	20/1/2025	20/1/2026	31.680,00
25.29.000000393-4	185/2022	PRISCILLA DE SOUZA PORTO	ENFERMEIRA	27/01/2025	27/07/2025	31.200,00
25.29.000000382-9	163/2022	NAYARA ROCHA BATISTA	BIOMÉDICO	20/1/2025	19/1/2026	31.680,00
25.29.000000331-4	161/2022	MARIA APARECIDA BARROS DA SILVA	BIOMEDICO	20/01/2025	19/1/2026.	31.680,00
24.29.000047342-0	172/2022	FERNANDA GOMES DE DEUS LIMA	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/7/2025	31.680,00
25.29.000000920-7	187/2022	STYNG RAONY OLANDA BRANDÃO	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/7/2025	31.680,00
25.29.000001459-6	185/2022	ROBERTA RAMOS RIBEIRO	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/7/2025	31.680,00
25.29.000000470-1	183/2022	PRISCILA LOURENÇO CUNHA LAGE	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/7/2025	31.680,00
25.29.000000548-1	173/2022	FRANCIELLY BASTOS E SOUZA	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/7/2025	42.240,00

25.29.000000566-0	181/2022	MARIA DAS GRAÇAS VOGADO DA SILVA	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/1/2026	31.680,00
25.29.000000757-3	171/2022	FERNANDA GALVÃO CAVALCANTE DE SOUZA	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/7/2025	31.680,00
25.29.000001537-1	155/2022	BARBARA NEVES DE OLIVEIRA	BIOMÉDICO	20/1/2025	19/7/2025	31.680,00
25.29.000000494-9	180/2022	LUA DARC MACHADO DE SOUZA GUIMARAES	ENFERMEIRO	27/1/2025	26/7/2025	31.680,00
25.29.000000484-1	160/2022	LUCIANO GONCALVES IZIDORIO	BIOMÉDICO	20/1/2025	19/7/2025	31.680,00
74179649	366/2018	LIDIA CAROLINE GUIDA	ENFERMEIRA	1/1/2022	30/4/2022	48.749,40
25.29.000007471-8	410/2022	JHENYFFER PINHEIRO DOS SANTOS	BIOMÉDICA	15/3/2025	14/9/2025	31.680,00
25.29.000006798-3	406/2022	ANDRESSA SOUSA LIMA	BIOMÉDICA	14/3/2025	13/9/2025	31.680,00
25.29.000006750-9	407/2022	ANNA CAROLINA FIRMIANO CINTRA	BIOMÉDICA	15/3/2025	14/9/2025	31.680,00
25.29.000007218-9	412/2022	PRISCILA GONZAGA RODRIGUES SILVA	BIOMÉDICA	14/3/2025	13/9/2025	31.680,00

Goiânia, 26 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6230376** e o código CRC **092EC659**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6230376v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

**EXTRATO Nº 018/2025 – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CREDENCIAMENTO**

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
73979609	250/2018	ROSANA ROSLYN RODRIGUES AZEVEDO	ENFERMEIRO	01/01/2022	30/04/2022	48.337,67

Goiânia, 26 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 06/05/2025, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6230490** e o código CRC **FF309613**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000004544-0

SEI Nº 6230490v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Contratos e Convênios e Credenciamentos

EXTRATO Nº 020/2025 – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo	Contrato	Nome	Cargo	Prorrogação		Valor do Contrato
				Início	Término	
25.29.00000.13534-2	789/2022	FLAVIA LACERDA DO NASCIMENTO	BIOMÉDICO	09/05/2025	08/05/2025	31.680,00
25.29.0000013537-7	687/2022	LEIDIANE RIBEIRO SANTIAGO	BIOMÉDICO	28/04/2025	27/04/2026	31.680,00
25.29.0000013531-8	683/2022	FERNANDA LEITE DA SILVA	ENFERMEIRO	28/04/2025	27/04/2026	31.680,00
25.29.0000013500-8	713/2022	THAUANE GRACE ROCHA DOS SANTOS	ENFERMEIRO	02/05/2025	01/05/2025	31.680,00
25.29.000013524-5	802/2022	RENATA CAMPOS COSTA DE SOUZA	ENFERMEIRO	02/02/2025	01/05/2025	31.680,00
25.29.0000013071-5	685/2022	GRAZIELLY QUEIROZ MAGALHAES	ENFERMEIRO	28/04/2025	27/04/2025	31.680,00
25.29.0000013528-8	788/2022	ERICA SONIA DOS SANTOS PARANAGUA	ENFERMEIRO	02/05/2025	01/05/2025	31.680,00
25.29.0000013478-8	823/2022	GLAUCIA RODRIGUES DOS SANTOS	ENFERMEIRO	02/05/2025	01/05/2025	31.680,00
25.29.0000013034-0	830/2022	LETICIA ROSA DE OLIVEIRA BASTOS	ENFERMEIRO	02/05/2025	01/05/2025	31.680,00
25.29.0000013046-4	828/2022	JOSELARA ALESSANDRA CORREA BARBOSA	ENFERMEIRO	02/05/2025	01/04/2025	31.680,00
25.29.0000012154-6	635/2022	ANNA CAROLINA ARANTES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	18/04/2025	17/04/2026	31.680,00
25.29.0000012886-9	691/2022	SARAH CAROLINA SILVEIRA FERREIRA	ENFERMEIRO	28/04/2025	27/04/2025	31.680,00
25.29.0000012200-3	827/2022	JHORDANA FRANÇA DA ROCHA	ENFERMEIRO	28/04/2025	27/04/2025	31.680,00
25.29.0000011683-6	637/2022	DANIELA ROSA DA SILVA MENDES	ENFERMEIRO	28/04/2025	27/04/2025	31.680,00
25.29.0000011644-5	720/2022	MAX WELL SILVA TEIXEIRA	ENFERMEIRO	02/05/2025	01/04/2025	31.680,00
25.29.0000011503-1	642/2022	THALYNE HEIDY VILLELA	ENFERMEIRO	18/04/2025	17/04/2026	31.680,00
25.29.0000010776-4	634/2022	ANDRESSA PANMELA CARDOSO	ENFERMEIRO	18/04/2025	17/04/2026	31.680,00
25.29.0000013041-3	686/2022	LARISSA CATARINO RODRIGUES	ENFERMEIRO	28/04/2025	27/04/2025	31.680,00

Goiânia, 06 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 28/05/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6759479** e o código CRC **9CB52A21**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Presidência da Comissão Especial de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 SRP
Aviso de Licitação - SMS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 SRP – SAÚDE

Início de acolhimento de proposta no dia 29/05/2025 a partir das 08h00min – Horário de Brasília/DF

Início da sessão de disputa de lances no dia 11/06/2025 às 09h00min - Horário de Brasília/DF

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de Medicamentos Orais Psicotrópicos, para o abastecimento das Unidades de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do **REGISTRO DE PREÇO**, com fulcro na Seção V, do Sistema de Registro de Preços, Art. 82, Lei 14.133 de 1º de abril de 2021; por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

CÓDIGO UASG: 926995

PROCESSO SEI Nº: 24.29.000002057-0

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Retire e Acompanhe o Edital: site da Prefeitura, no endereço https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/, no site da Secretaria Municipal de Saúde <https://www.saude.goiania.go.gov.br> ou solicitando através do e-mail da Comissão Permanente de Licitação da SMS (licitasms@goiania.go.gov.br) e através do portal de compras do Governo Federal, endereço: www.gov.br/compras.

Goiânia, 26 de maio de 2025.

Luiz Gaspar Machado Pellizzer
Secretário

Goiânia, 26 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**, **Secretário Municipal de Saúde**, em 26/05/2025, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6966835** e o código CRC **6E55C573**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Presidência da Comissão Especial de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025 SRP

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025 SRP – SAÚDE

Início de acolhimento de proposta no dia 29/05/2025 a partir das 08h00min – Horário de Brasília/DF

Início da sessão de disputa de lances no dia 13/06/2025 às 09h00min - Horário de Brasília/DF

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de **Fórmula Enteral, Suplemento e Espessante Alimentar e Fórmulas Infantis Especiais**, para o abastecimento das Unidades de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do **REGISTRO DE PREÇO**, com fulcro na Seção V, do Sistema de Registro de Preços, Art. 82, Lei 14.133 de 1º de abril de 2021; por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

CÓDIGO UASG: 926995

PROCESSO SEI Nº: 25.29.000002692-6

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Retire e Acompanhe o Edital: site da Prefeitura, no endereço https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/, no site da Secretaria Municipal de Saúde <https://www.saude.goiania.go.gov.br> ou solicitando através do e-mail da Comissão Permanente de Licitação da SMS (licitasms@goiania.go.gov.br) e através do portal de compras do Governo Federal, endereço: www.gov.br/compras.

Goiânia, 26 de maio de 2025.

Luiz Gaspar Machado Pellizzer
Secretário

Goiânia, 26 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**, **Secretário Municipal de Saúde**, em 26/05/2025, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6971906** e o código CRC **6436C7E5**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 48, 22 DE MAIO DE 2025

Substitui o Gestor do Termo de Fomento n.º 9/2023, firmado entre o Município de Goiânia, com interveniência da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos e o Instituto de Engenharia, Agronomia e Meio Ambiente - INEAA.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, no uso de suas atribuições legais levadas a efeito pelo Decreto Municipal n.º 13, de 01 de janeiro de 2025, e os poderes que lhes conferem o artigo 64, inciso I, da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e, considerando o teor do processo SEI n.º 23.19.000001041-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Gustavo Júnio Tomé Rodrigues**, matrícula nº 1258826, para desempenhar a função de Gestor do Termo de Fomento nº 09/2023, firmado entre o Município de Goiânia com a interveniência da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH e o Instituto de Engenharia, Agronomia e Meio Ambiente - INEAA - CNPJ 08.735.777/0001-06.

Art. 2º –Determinar que o mencionado servidor observe e cumpra as determinações contidas no art. 61, da Lei nº 13.019/2014.

Art. 3º – As decisões e providências necessárias, que ultrapassem a competência dos representantes, deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Cumpra-se. Publique-se.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, aos 22 dias do mês de maio de 2025.

Goiânia, 22 de maio de 2025.

EERIZANIA E. FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas**, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, em 28/05/2025, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6944330** e o código CRC **FEEB98E9**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 49, 23 DE MAIO DE 2025

*Designação de servidor***A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA E DIREITOS HUMANOS**

- **SEMASDH**, com poderes outorgados por intermédio do Decreto nº 13, de 01 de janeiro de 2025, conforme estabelece o Art. 8, inciso III, do Regimento Interno desta Secretaria, ora aprovado pelo Decreto Municipal nº 697, de 28 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designa em conformidade com o art.2º§ 1.º da IN.02/2018-CGM, a servidora **ELOISA CRISTINA CONSTÂNCIO SPÍNDOLA**, matrícula nº **837253-01**, CPF: **925.574.651-00**, lotada na Diretoria Administrativa da **Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH**, para atuar como **GESTORA** do Processo SEI 25.10.000002208-2, referente a locação do Imóvel, para atender a sede da Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH.

A referida servidora deverá observar o disposto no artigo 6º da IN 02/2018-CGM.

Art. 2º - E para atuar como **FISCAL** do Processo SEI 25.10.000002208-2, a servidora **IRENALVA BISPO DOS SANTOS**, matrícula nº **743445**, CPF: **412.266.901-49**, lotada na Gerência de Projetos e Convênios da Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH.

A referida servidora deverá observar o disposto no artigo 7º da IN 02/2018-CGM.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato, aditivos e de sua garantia quando houver.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Goiânia, 23 de maio de 2025.

EERIZÂNIA E. DE FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH
Decreto nº 13, de 01 de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas**, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, em 28/05/2025, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6952406** e o código CRC **E6CAE909**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 50, 27 DE MAIO DE 2025

Designação de servidores

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH, com poderes outorgados por intermédio do Decreto nº 13, de 01 de janeiro de 2025, conforme estabelece o Art. 8, inciso III, do Regimento Interno desta Secretaria, ora aprovado pelo Decreto Municipal nº 697, de 28 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Designa conforme o art.2º§ 1.º da IN.02/2018-CGM, indicamos o servidor **MARCOS MARIA DO PRADO**, matrícula nº 1443240-03 nºCPF: *****.604.831-****, lotado na Gerência de Proteção Social de Média Complexidade, da **Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH**, para atuar como **GESTOR** do Processo SEI 25.10.000002457-3, referente a contratação de empresa para o fornecimento de kit higiene pessoal, para suprir as necessidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP, vinculado à Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos.

O referido servidor deverá observar o disposto no artigo 6º e 7º da IN 02/2018-CGM.

Art. 2º – E para atuar como **FISCAL** do Processo SEI 25.10.000002457-3, indicamos o servidor **RENATA CARDOSO AZEVEDO**, matrícula nº 1208926-01, CPF nº ****268.141-****, lotada na Gerência de Proteção Social de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Políticas para as mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH.

O referido servidor deverá observar o disposto no artigo 7º da IN 02/2018-CGM.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato, aditivos e de sua garantia quando houver.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, aos 27 dias do mês de maio de 2025.

EERIZÂNIA E. DE FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH
Decreto nº 13, de 01 de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Alberico Antônio Silveira de Assis**, **Diretor Administrativo**, em 27/05/2025, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas**, **Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6984785** e o código CRC **6F0FA442**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Chefia da Advocacia Setorial

TERMO DE FOMENTO Nº 013/2025

- 1 – ESPÉCIE:** **TERMO DE FOMENTO**
- 2 – PARTES:** **TERMO DE FOMENTO** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (SEMASDH)**, o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS** e a entidade **PROJETO PROFISSIONALIZANTE E EDUCACIONAL EBENEZER - PROPEB**.
- 3- FUNDAMENTO:** Processo nº **24.10.000004074-3**, **Emenda Parlamentar Federal nº 202440100003 – Programação nº 520870720240002**, e em observância a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, em especial ao art.29, e demais legislações correlatas.
- 4 - OBJETO:** O objeto do presente Termo de Fomento é a **realização de um evento esportivo de cunho comunitário e familiar, com foco na promoção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), especialmente voltado para crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, conforme descrito no item 3 do plano**, visando a execução do **Projeto Arte no Cerrado**, cujo objetivo é fortalecer os laços familiares e comunitários, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando sentido da vida coletiva.
- 5 - VALOR** **R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e rendimentos financeiros**
- 6 – VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo de Fomento será **02 (dois) meses** a partir da data da liberação do recurso, podendo ser prorrogado nos casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014.
- 7 – PROCESSO:** **24.10.000004074-3**

Goiânia, 26 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6979757** e o código CRC **39F64DA5**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Secretaria Geral

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 019/2025

- 1 – ESPÉCIE:** **TERMO DE FOMENTO Nº 019/2025**
- 2 – PARTES:** TERMO DE FOMENTO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (SEMASDH), o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS e a entidade ASSOCIAÇÃO ASSUNÇÃO.
- 3- FUNDAMENTO:** Processo nº 24.10.000009735-4, Emenda Parlamentar Federal nº 202471100002 – Programação nº 520870720240036, e em observância a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, em especial ao art.29, e demais legislações correlatas.
- 4 - OBJETO:** O objeto do presente Termo de Fomento é Incremento Temporário da Proteção Social Básica - Serviço de fortalecimento de vínculo com a finalidade de aquisição de material de consumo e custeio de despesas relativas as atividades realizadas dentro dos eixos que norteiam a instituição, conforme Plano de Trabalho.
- 5 - VALOR** **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e rendimentos financeiros**
- 6 – VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo de Fomento será **12 (doze) meses** a partir da data da liberação do recurso, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014.
- 7 – PROCESSO:** 24.10.000009735-4

Goiânia, 23 de maio de 2025.

EERIZANIA E. FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6963943** e o código CRC **36B64902**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Secretaria Geral

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 113/2025

- 1 – ESPÉCIE:** TERMO DE FOMENTO Nº 113/2025
- 2 – PARTES:** TERMO DE FOMENTO que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (SEMASDH)**, o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)** e a entidade **ASSOCIAÇÃO ASSUNÇÃO**.
- 3- FUNDAMENTO:** Processo nº **22.10.000002614-6**, Recursos Remanescentes da Emenda Parlamentar Federal nº **5208707202000002**, e em observância a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, em especial ao art.29, e demais legislações correlatas.
- 4 - OBJETO:** O objeto do presente Termo é o **Incremento Temporário da Proteção Social Básica - Serviço de fortalecimento de vínculo com a finalidade de aquisição de material de consumo e custeio de despesas relativas as atividades realizadas dentro dos eixos que norteiam a instituição**, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho, Processo nº **22.10.000002614-6**.
- 5 - VALOR** R\$ 121.584,23 (cento e vinte e um mil quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos).
- 6 – VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo de Fomento será **12 (doze) meses** a partir da data da liberação do recurso.
- 7 – PROCESSO:** **22.10.000002614-6**

Goiânia, 19 de maio de 2025.

EERIZANIA E. FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6911696** e o código CRC **A162C477**.

Rua 25-A esquina com Avenida República do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Secretaria Geral

1º APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 058/2024

- 1 – ESPÉCIE:** **1º APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 058/2024**
- 2 – PARTES:** **1º APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, com interveniência da **Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS** e a entidade **APABB - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE**.
- 3- FUNDAMENTO:** Art.57 da Lei 13.019/2014, o qual permite que o plano de trabalho da parceria seja revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, o Parecer Técnico 6 (SEI nº 5980490), bem como o item 2.2.1, do Termo de Fomento nº 058/2024, firmado entre a Administração Pública e a **APABB - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE**, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.106.519/0004-81, com sede à AV Goiás, nº 980, 5º andar, CENTRO, CEP 74.010-010, Goiânia – GO.
- 4 - OBJETO:** Objetivando a **alteração do Plano de Trabalho, especificamente alterar o valor que se destina ao pagamento de aluguel para a aquisição de material educativo e esportivo.**
- 5 – PROCESSO:** **24.10.000001997-3.**

Goiânia, 13 de maio de 2025.

EERIZANIA E. FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6846310** e o código CRC **3120ACCB**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Chefia da Advocacia Setorial

AUTORIZAÇÃO

Considerando a exigência constante no Parecer Jurídico nº 2263/2023 – PGM, autorizo o ajuste solicitado, nos termos da Lei nº 13.019/2014.

Goiânia, 26 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 26/05/2025, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6979743** e o código CRC **A19256D2**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.10.000004074-3

SEI Nº 6979743v1

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Setor de Compras

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO por ser imprescindível a despesa para prorrogação do Contrato nº 001/2023 de Locação do Imóvel situado na **Rua 4, Quadra 71, Lote 23 e fundo para Rua 23-A, Lote 3, 5 e 7, Setor Central, nesta Capital, CEP 74.015-175**, pelo período de mais 12 (doze) meses, destinado ao funcionamento da **SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS -SEMASDH**, em nome de **PHENICIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA, CNPJ: 01.612.092/0001-23**, representado por seu procurador **ELIAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 08.803.222/0001-54**, para atender à Secretaria Municipal de Política para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, fundamentado em inexigibilidade de licitação, na forma do disposto nos artigos 90, 92, 94 e 104 da Lei nº 14.133/2021, bem como o Art.74, inciso V, § 5º do mesmo dispositivo legal, no valor mensal de R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais), considerando o valor anual de R\$ 525.600,00 (quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais).

EERIZÂNIA E. DE FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH
Decreto nº 13, de 01 de janeiro de 2025

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alberico Antônio Silveira de Assis, Diretor Administrativo**, em 23/05/2025, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas, Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6952595** e o código CRC **4E156E5F**.

Rua 25-A esquina com Avenida República do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos
Setor de Compras

AUTORIZAÇÃO**AUTORIZAÇÃO**

Considerando a necessidade essencial da **contratação de empresa para fornecimento de kit higiene pessoal**, para suprir as necessidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP, vinculado à Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos.

AUTORIZO por ser imprescindível a despesa para contratação de empresa especializada para fornecimento de kit higiene pessoal para esta Secretaria, por meio de Dispensa Eletrônica nº 90021/2025, com apoio no artigo 75, II, da Lei 14.133, no valor de total global da **R\$ 59.971,00** (cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais) , junto a empresa **GLOBAL COMÉRCIO ONLINE** , inscrita no CNPJ **47.211.967/0001-86**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos- SEMASDH.

EERIZÂNIA E. DE FREITAS

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH
Decreto nº 13, de 01 de janeiro de 2025

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Alberico Antônio Silveira de Assis**, **Diretor Administrativo**, em 27/05/2025, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eerizania Eneas de Freitas**, **Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos**, em 28/05/2025, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6986894** e o código CRC **DBDB02FF**.

Rua 25-A esquina com Avenida Republica do Líbano -
- Bairro Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia
Chefia da Advocacia Setorial

TERMO AUTORIZATIVO Nº 77/2025

Com base nas informações contidas no Despacho nº 949/2025, da Gerência de Planejamento, Finanças e Contabilidade e com subsídio no Parecer Jurídico Referencial nº 301/2022, da Procuradoria Geral do Município e Parecer Jurídico 1176/2025, nos autos do processo de nº **25.14.000002829-2**, **AUTORIZO** a realização das despesas para pagamento da Nota Fiscal nº **1419**, **com o reconhecimento da dívida no valor total de R\$ 797.131,39 (setecentos e noventa e sete mil, cento e trinta e um reais e trinta e nove centavos)**, referente ao mês de janeiro de 2025, quando houve a prestação de serviços de saúde em atendimentos aos beneficiários do IMAS pela empresa **HOSPITAL MAYA LTDA.**, inscrito (a) no CNPJ sob nº **26.263.499/0001-13**, sem cobertura contratual.

PAULO HENRIQUE RODRIGUES SILVA
Presidente – IMAS

Goiânia, 19 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Silva, Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia**, em 20/05/2025, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6893698** e o código CRC **5E12BD2F**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -
- Bairro Setor Central
CEP 74015-125 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.14.000002829-2

SEI Nº 6893698v1



Prefeitura de Goiânia

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia
Chefia da Advocacia Setorial

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO Nº 569/2025 - IMAS POR INDENIZAÇÃO

EMENTA: Processo de pagamento por indenização ao prestador **JOSE ITABIRA DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob nº **436.111.091-34**, que faz o Município de Goiânia, por intermédio do **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA - IMAS**, relativo a serviços prestados no atendimento aos segurados.

CONTRATANTE: Município de Goiânia/GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.092/0001-23, por intermédio do IMAS, **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA**, com sede em Goiânia – Estado de Goiás, na Av. Paranaíba Quadra 72 Lotes 18/20 n.º 1413 Setor Central, inscrito no CNPJ sob o nº 02.371.916/0001-83;

CONTRATADO/PRESTADOR: **JOSE ITABIRA DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob nº **436.111.091-34**

DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto o pagamento por serviços de saúde prestados aos segurados do IMAS, as **Faturas de n.º 6114393, 6134954 e 6136722**, referente aos meses de **outubro, novembro e dezembro de 2024**, no valor de **R\$ 15.730,00 (quinze mil, setecentos e trinta reais)**, quando houve a prestação de serviços de saúde em atendimentos aos beneficiários do IMAS sem cobertura contratual.

FUNDAMENTO JURÍDICO: o escopo jurídico tem lastro na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n.º 14.133/2021, especialmente em seu artigo 149 e art. 884 do Código Civil de 2002, nos documentos acostados aos autos do Processo **SEI nº 25.14.000000588-8**.

Paulo Henrique Rodrigues Silva

Presidente – IMAS

Decreto n.º 18 de 1º/01/2025

Goiânia, 26 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Silva, Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia**, em 26/05/2025, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6971476** e o código CRC **C9915C67**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -
- Bairro Setor Central
CEP 74015-125 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia
Chefia da Advocacia Setorial

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO Nº 598/2025 - IMAS POR INDENIZAÇÃO

EMENTA: Processo de pagamento por indenização ao prestador **VIVIANE JACOB MENEZES**, inscrito(a) no CPF sob nº **000.826.301-94**, que faz o Município de Goiânia, por intermédio do **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA - IMAS**, relativo a serviços prestados no atendimento aos segurados.

CONTRATANTE: Município de Goiânia/GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.092/0001-23, por intermédio do IMAS, **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA**, com sede em Goiânia – Estado de Goiás, na Av. Paranaíba Quadra 72 Lotes 18/20 n.º 1413 Setor Central, inscrito no CNPJ sob o nº 02.371.916/0001-83;

CONTRATADO/PRESTADOR: **VIVIANE JACOB MENEZES**, inscrito(a) no CPF sob nº **000.826.301-94**

DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto o pagamento por serviços de saúde prestados aos segurados do IMAS, as **Faturas de n.º 6115322, 6134832 e 6135839**, referente aos meses de **outubro, novembro e dezembro de 2024**, no valor de **R\$ 40.929,10 (quarenta mil novecentos e vinte e nove reais e dez centavos)**, quando houve a prestação de serviços de saúde em atendimentos aos beneficiários do IMAS sem cobertura contratual.

FUNDAMENTO JURÍDICO: o escopo jurídico tem lastro na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n.º 14.133/2021, especialmente em seu artigo 149 e art. 884 do Código Civil de 2002, nos documentos acostados aos autos do Processo **SEI nº 25.14.000000652-3**.

Paulo Henrique Rodrigues Silva

Presidente – IMAS

Decreto n.º 18 de 1º/01/2025

Goiânia, 26 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Silva, Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia**, em 26/05/2025, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6969647** e o código CRC **5E21BF32**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -
- Bairro Setor Central
CEP 74015-125 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia
Chefia da Advocacia Setorial

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO Nº 608/2025 - IMAS POR INDENIZAÇÃO

EMENTA: Processo de pagamento por indenização ao prestador **MOROUR MIGUEL ANDRAUS**, inscrito(a) no CPF sob nº **061.083.262-04**, que faz o Município de Goiânia, por intermédio do **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA - IMAS**, relativo a serviços prestados no atendimento aos segurados.

CONTRATANTE: Município de Goiânia/GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.092/0001-23, por intermédio do IMAS, **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA**, com sede em Goiânia – Estado de Goiás, na Av. Paranaíba Quadra 72 Lotes 18/20 n.º 1413 Setor Central, inscrito no CNPJ sob o nº 02.371.916/0001-83;

CONTRATADO/PRESTADOR: **MOROUR MIGUEL ANDRAUS**, inscrito(a) no CPF sob nº **061.083.262-04**

DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto o pagamento por serviços de saúde prestados aos segurados do IMAS, as **Faturas de n.º 6114878, 6135452 e 6136351**, referente aos meses de **outubro, novembro e dezembro de 2024**, no valor de **RR\$ 24.310,00 (vinte e quatro mil trezentos e dez reais)**, quando houve a prestação de serviços de saúde em atendimentos aos beneficiários do IMAS sem cobertura contratual.

FUNDAMENTO JURÍDICO: o escopo jurídico tem lastro na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n.º 14.133/2021, especialmente em seu artigo 149 e art. 884 do Código Civil de 2002, nos documentos acostados aos autos do Processo **SEI n.º 25.14.000000619-1**.

Paulo Henrique Rodrigues Silva

Presidente – IMAS

Decreto n.º 18 de 1º/01/2025

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Silva, Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia**, em 28/05/2025, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6985389** e o código CRC **DDFBA4DA**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -
- Bairro Setor Central
CEP 74015-125 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia
Chefia da Advocacia Setorial

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO Nº 610/2025 - IMAS POR INDENIZAÇÃO

EMENTA: Processo de pagamento por indenização ao prestador **PAULO HENRIQUE ROCHA DE MAGALHÃES PEREIRA**, inscrito(a) no CPF sob nº **970.299.391-15**, que faz o Município de Goiânia, por intermédio do **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA - IMAS**, relativo a serviços prestados no atendimento aos segurados.

CONTRATANTE: Município de Goiânia/GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.092/0001-23, por intermédio do IMAS, **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA**, com sede em Goiânia – Estado de Goiás, na Av. Paranaíba Quadra 72 Lotes 18/20 n.º 1413 Setor Central, inscrito no CNPJ sob o nº 02.371.916/0001-83;
CONTRATADO/PRESTADOR: **PAULO HENRIQUE ROCHA DE MAGALHÃES PEREIRA**, inscrito(a) no CPF sob nº **970.299.391-15**,

DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto o pagamento por serviços de saúde prestados aos segurados do IMAS, as **Faturas de n.º 6135494 e 6135941**, referente aos meses de **outubro e novembro de 2024**, no valor de **R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais)** quando houve a prestação de serviços de saúde em atendimentos aos beneficiários do IMAS sem cobertura contratual.

FUNDAMENTO JURÍDICO: o escopo jurídico tem lastro na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n.º 14.133/2021, especialmente em seu artigo 149 e art. 884 do Código Civil de 2002, nos documentos acostados aos autos do Processo **SEI nº 25.14.000000988-3**.

Paulo Henrique Rodrigues Silva

Presidente – IMAS

Decreto n.º 18 de 1º/01/2025

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Silva, Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia**, em 28/05/2025, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6986562** e o código CRC **CDF3655E**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -
- Bairro Setor Central
CEP 74015-125 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia

Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia
Chefia da Advocacia Setorial

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO Nº 613/2025 - IMAS POR INDENIZAÇÃO

EMENTA: Processo de pagamento por indenização ao prestador **ROGERIA CHRISTINA DE OLIVEIRA AGUIAR**, inscrito(a) no CPF sob nº **599.358.801-25**, que faz o Município de Goiânia, por intermédio do **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA - IMAS**, relativo a serviços prestados no atendimento aos segurados.

CONTRATANTE: Município de Goiânia/GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.092/0001-23, por intermédio do IMAS, **INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE GOIÂNIA**, com sede em Goiânia – Estado de Goiás, na Av. Paranaíba Quadra 72 Lotes 18/20 n.º 1413 Setor Central, inscrito no CNPJ sob o nº 02.371.916/0001-83;

CONTRATADO/PRESTADOR: **ROGERIA CHRISTINA DE OLIVEIRA AGUIAR**, inscrito(a) no CPF sob nº **599.358.801-25**

DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto o pagamento por serviços de saúde prestados aos segurados do IMAS, as **Faturas de n.º 6115070, 6134670 e 6136077**, referente aos meses de **outubro, novembro e dezembro de 2024**, no valor de **R\$ 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais)**, quando houve a prestação de serviços de saúde em atendimentos aos beneficiários do IMAS sem cobertura contratual.

FUNDAMENTO JURÍDICO: o escopo jurídico tem lastro na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n.º 14.133/2021, especialmente em seu artigo 149 e art. 884 do Código Civil de 2002, nos documentos acostados aos autos do Processo **SEI nº 25.14.000000632-9**.

Paulo Henrique Rodrigues Silva

Presidente – IMAS

Decreto n.º 18 de 1º/01/2025

Goiânia, 27 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Silva, Presidente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia**, em 28/05/2025, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **6987304** e o código CRC **77317A15**.

Avenida Paranaíba, nº 1413 -
- Bairro Setor Central
CEP 74015-125 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 181, 26 DE MAIO DE 2025

Prorrogação de prazo em Processo de Sindicância.

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no art. 168 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 59 e seguintes do Decreto nº 360, de 20 de janeiro de 2021;

Considerando o Memorando nº 24/2025 - CPSIND/GERCOR, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância, designada pela Portaria nº 08/2024 - GERCOR - Edição nº 8.203, de 9 de janeiro de 2024;

Considerando a necessidade em dar continuidade aos trabalhos da comissão, no Processo SEI nº 25.7.000000556-1, e a finalização do prazo de 30 (trinta) dias estipulado na Portaria nº 139/2025 - AGCMG, DOM - Edição nº 8.527, de 29 de abril de 2025 – AGCMG;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo da Portaria nº 139/2025 – AGCMG, por mais 30 (trinta) dias, com fundamento no Art. 172 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/05/2025.

Dê-se ciência. Cumpra-se. Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de maio de 2025.

GUSTAVO TOLEDO DA SILVA LIMA
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Toledo da Silva Lima, Presidente da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia**, em 28/05/2025, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7004056** e o código CRC **EDE9E8D2**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -
- Bairro Setor Castelo Branco
CEP 74405-010 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 182, 26 DE MAIO DE 2025

Prorrogação de prazo em Processo de Sindicância.

O PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no art. 168 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 59 e seguintes do Decreto nº 360, de 20 de janeiro de 2021;

Considerando o Memorando nº 25/2025 - CPSIND/GERCOR, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância, designada pela Portaria nº 08/2024 - GERCOR - Edição nº 8.203, de 9 de janeiro de 2024;

Considerando a necessidade em dar continuidade aos trabalhos da comissão, no Processo SEI nº 25.16.000002800-9, e a finalização do prazo de 30 (trinta) dias estipulado na Portaria nº 138/2025 - AGCMG, DOM - Edição nº 8.527, de 29 de abril de 2025 – AGCMG;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo da Portaria nº 138/2025 – AGCMG, por mais 30 (trinta) dias, com fundamento no Art. 172 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/05/2025.

Dê-se ciência. Cumpra-se. Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de maio de 2025.

GUSTAVO TOLEDO DA SILVA LIMA
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Toledo da Silva Lima, Presidente da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia**, em 28/05/2025, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7004985** e o código CRC **2151AD60**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -
- Bairro Setor Castelo Branco
CEP 74405-010 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia
Secretaria Geral

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 016/2022

PROCESSO: 24.16.000002561-6.

LOCAL E DATA: Goiânia, 28 de maio de 2025.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto retificar a fundamentação constante no Preâmbulo e nas Cláusulas 3º e 4º, nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme determinação do Despacho – Diligência nº 288/2025, da Controladoria Geral do Município.

ÓRGÃO CONTRATANTE: Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, CNPJ nº 10.498.531/0001-00.

LOCADOR CONTRATADO: Álvaro Fernandes de Oliveira, CPF nº 229.228.571-15.

VALOR TOTAL: R\$ 67.520,88 (Sessenta e sete mil, quinhentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2022: 19 de maio de 2025.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 28 dias do mês de maio de 2025.

GUSTAVO TOLEDO DA SILVA LIMA
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Toledo da Silva Lima, Presidente da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia**, em 28/05/2025, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7005436** e o código CRC **7E763137**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -
- Bairro Setor Castelo Branco
CEP 74405-010 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.16.000002561-6

SEI Nº 7005436v1



Prefeitura de Goiânia
Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia
Secretaria Geral

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025 - AGCMG

Considerando a presunção de veracidade dos documentos juntados ao Processo SEI nº 25.16.000001834-8, que trata de compra na empresa Êxito Comércio e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ nº 54.141.069/0001-64, para aquisição de padrões e materiais elétricos, a fim de atender a Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, **AUTORIZO**, na forma da lei, a despesa em tela e declaro que a situação dos autos se ajusta à hipótese de dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021), conforme Parecer Jurídico 155 (6711311).

Publique-se em DOM.

GABINETE DO PRESIDENTE-COMANDANTE DA AGÊNCIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE GOIÂNIA, aos 28 dias do mês de maio de 2025.

GUSTAVO TOLEDO DA SILVA LIMA
Presidente-Comandante da AGCMG



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Toledo da Silva Lima, Presidente da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia**, em 28/05/2025, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7001178** e o código CRC **617096C0**.

Avenida Nazareno Roriz, nº 66 -
- Bairro Setor Castelo Branco
CEP 74405-010 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.16.000001834-8

SEI Nº 7001178v1

**PREFEITURA
DE GOIÂNIA****Companhia de Urbanização de Goiânia**
Assessoria Jurídica**TERMO DE RECISÃO UNILATERAL DOS CREDENCIAMENTOS Nº 001 AO 011/2024.**

TERMO DE RECISÃO UNILATERAL DOS CREDENCIAMENTOS Nº 001 AO 011/2024 celebrado entre a **COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA E AS COOPERATIVAS** nas cláusulas e condições que se seguem:

A **COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA**, doravante denominada **COMURG**, Sociedade de Economia Mista, constituída na forma da Lei nº 4.915, de 21 de outubro de 1974, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, localizada na Avenida Nazareno Roriz, nº 1122, Setor Castelo Branco, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.418.160/0001-55, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Coronel **CLEBER APARECIDO SANTOS**, brasileiro, casado, Coronel da Polícia Militar do Estado de Goiás, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00965164445 DETRAN-GO, inscrito no CPF sob o nº 595.680.706-72, e por seu Diretor Administrativo Financeiro, o Coronel **ANDRÉ HENRIQUE AVELAR DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, Coronel da Polícia Militar do Estado de Goiás, portador da Carteira de Identidade nº. 24.312 PM/GO, inscrito no CPF sob o nº 532.785.691-72, pelo Diretor de Logística, Sr. **ALZÍRIO FRANCISCO BARBOSA**, brasileiro, casado, servidor público, portador da C.I nº 843306 – SSP/GO e CPF nº 190.424.421-15, ambos residentes e domiciliados nesta Capital abaixo assinados, denominada **CREDENCIANTE** e o **CREDENCIADOS: SELETA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG-JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, e-mail: cooperativaseleta@gmail.com, telefone: (62) 99672-1992, com sede na Avenida Hamburgo, n.º 191, Qd. 247, Lt 6D, Jardim Novo Mundo, CEP: 74.703-110, na cidade de Goiânia-GO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.527.395/0001-90, **COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL CARRINHO DE OURO**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, com sede na Rua 02, esquina com São Domingos, Qd.08, Lt.08, Residencial Fortaleza, Goiânia-GO,

**PREFEITURA
DE GOIÂNIA****Companhia de Urbanização de Goiânia**
Assessoria Jurídica

CEP: 74.476-020, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 18.716.196/0001-80, telefone: (62) 99442-0956, **COOPERATIVA DE TRABALHO DE MATERIAL RECICLÁVEL GOIANIA VIVA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, com sede na Av. dos Eucaliptos, Quadra Área Lote 01, n.º 392, Jardim Botânico, Goiânia-GO, E-mail: cooperativagoianiaviva@hotmail.com, telefones: (62) 99324-9607 e (62) 98212-6002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.904.065/0001-76, **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS SEPARADORES DE MATERIAL RECICLAVEL NOVA ESPERANÇA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua SB 23 QD. 14 LT. 23, Bairro Res. Solar Bougainville, CEP: 74.393-386, Goiânia – GO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 19.007.868/0001-41, telefone: (62) 99129-7455, e-mail: cooperativanovaesperanca@gmail.com, **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS COLETORES DE MATERIAL RECICLAVEL A AMBIENTAL**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua São Simão, n.º 1335, QD. 56 LT. 04, Vila Jardim São Judas Tadeu, CEP: 74.685-360, Goiânia – GO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 09.677.259/0001-46, telefone: (62) 99336-6568, e-mail: mylenelimadossantos15@gmail.com, **COOPERATIVA DOS TRABALHADORES COLETORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS BEIJA FLOR**, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Via de Acesso Oriental, n.º 350, QD. C LT. 02, GRJ Cruzeiro do Sul, CEP: 74.573-012, Goiânia – GO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 08.277.280/0001-91, **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL FAMÍLIA FELIZ - COOPERFAMI** pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, com sede na Rua Batuba, n.º 54, Setor Barra da Tijuca, Goiânia-GO, CEP: 74.464-030, e-mail: marizalio99@gmail.com, telefone: (62) 99424-2134, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 12.414.916/0001-77, **COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DOM FERNANDO – COOPREC**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, com

**PREFEITURA
DE GOIÂNIA****Companhia de Urbanização de Goiânia**
Assessoria Jurídica

sede na Rua São José, s/n, Quadra FT-01, Lote FT-16 B, Jardim Conquista, Goiânia-GO, CEP: 74767-012, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.502.454/0001-96, **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL FENIX CARROSSEL**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, com sede na Rua 08, n. 97, Quadra 97, Lote Area AMP 03, n.º 816, Setor Santos Dumont, Goiânia-GO, CEP: 74.463-500, e-mail: lorenazemir@gmail.com, telefone: (62) 99398-2515, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 14.527.545/0001-65, **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL – COOPERMAS**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, com sede na Av. Senador Canedo, n.º 31, Conjunto Vera Cruz I, CEP: 74.493-160, Goiânia-GO, e-mail: cooperativacoopermas@gmail.com, telefone: (62) 99164-4111, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.220.286/0001-74, **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL RECICLAMOS E AMAMOS O MEIO AMBIENTE – COOPER RAMA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS, doravante simplesmente designada **CREDENCIADO**, com sede na Estrada 113, Quadra Área, Lote 276, Chácara Recreio São Joaquim, Goiânia-GO, CEP: 74.470-210, e-mail: cooperramalogistica@gmail.com, telefone (62) 99291-2244, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.143.540/0001-88, celebra o presente **TERMO DE RECISÃO UNILATERAL DOS CREDENCIAMENTOS Nº 001 AO 011/2024**, por força do presente instrumento e em conformidade com o disposto na Lei nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, publicado no Diário Oficial do Município nº 7061 de 23 de maio de 2019, doravante denominado “Regulamento”, e demais legislações pertinentes, referente ao **CREDENCIAMENTO Nº 002/2024**, destinado à **organizações cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis, integrantes do programa Goiânia de coleta seletiva/PGCS, para prestação de serviços de processamento de resíduos sólidos descartáveis/RSD e bens inservíveis/BDI'S**



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

Companhia de Urbanização de Goiânia
Assessoria Jurídica

(catatreco), potencialmente, reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares e equiparados, provenientes dos serviços de coleta seletiva pública, realizados pela COMURG, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a Rescisão Unilateral dos Credenciamentos n.º 01 ao 011/2024 – AJU, o qual teve por objeto **Termo o credenciamento de organizações cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis, integrantes do programa Goiânia de coleta seletiva/PGCS, para prestação de serviços de processamento de resíduos sólidos descartáveis/RSD e bens inservíveis/BDI'S (catatreco), potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares e equiparados, provenientes dos serviços de coleta seletiva pública, realizados pela COMURG, conforme disposto no CREDENCIAMENTO COMURG Nº 002/2024** e seus anexos, constantes do Processo n. 25.30.000002001-5, com base no Ofício Nº 0096/2025/COMURG/GAB, Ordem de Serviços de Supressão de serviços do Contrato n. 095.2023, Parecer Jurídico n. 037.2025 e Despacho do Presidente Autorizativo nº 354/2025.

1.2. Ficam rescindidos os Termos de Credenciamento mencionados no item anterior a partir da data da assinatura deste Termo, passando a ter eficácia após sua publicação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

2.1. Caberá à COMURG providenciar, por sua conta, a publicação resumida deste Instrumento, na imprensa oficial e no prazo legal.



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

Companhia de Urbanização de Goiânia
Assessoria Jurídica

3. CLÁUSULA TERCEIR - DA APRECIÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA DA COMURG-CIC E CADASTRO NO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS-TCM.

3.1. O presente Instrumento será objeto de apreciação pela Controladoria Interna da COMURG e cadastrado no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM, em até 03 (três) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com o art. 1º, §1º, II da IN nº 12/18 do TCM, não se responsabilizando a COMURG, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade de Goiânia, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Goiânia, 28 de maio de 2025.

Pela **CREDENCIANTE: COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA – COMURG.**

CLEBER APARECIDO SANTOS
Diretor-Presidente

ANDRÉ HENRIQUE AVELAR DE SOUSA
Diretor Administrativo e Financeiro

ALZÍRIO FRANCISCO BARBOSA
Diretor de Logística

Av. Nazareno Roriz nº 1.122 – Setor Castelo Branco
Goiânia–GO - CEP 74405-010
Tel.: 55 62 3524-8603



Prefeitura de Goiânia
Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos
Gabinete do Presidente

PORTARIA Nº 60, 29 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre cessão de empregada ocupante de cargo de provimento efetivo da CMTC para exercer cargo de provimento em comissão em órgão da administração pública municipal direta do Poder Executivo do Município de Goiânia.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e,

1. Considerando o Ofício nº 295/2025/SET (6950936) emitido pela Secretaria de Engenharia de Trânsito do Município de Goiânia, consubstanciado no Decreto Municipal nº 2.367/2025 (6951212) do Chefe do Poder Executivo do Município de Goiânia, publicado na Edição nº 8541 do Diário Oficial do Município, de 21 de maio de 2025, constantes no Processo SEI nº 25.13.000003173-3;

2. Considerando o Parecer Jurídico nº 18/2025 (7009039) da lavra da Chefia da Advocacia Setorial desta Companhia;

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER a empregada **LUDIMILA RODRIGUES DE CARVALHO**, matrícula nº 1104632-3, inscrita no CPF sob o nº ***.709.331-**, ocupante de cargo de provimento efetivo de Fiscal de Transporte desta Companhia à **SECRETARIA DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, para **exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Estudos e Projetos de Trânsito e Mobilidade**, da Diretoria de Engenharia de Trânsito da referida Secretaria Municipal, **com ônus para o órgão cessionário**.

Parágrafo único. A cessão realizada na forma do caput, do presente artigo será realizada com todos os direitos e vantagens de seu cargo de origem.

Art. 2º. A cessão de que trata o artigo 1º acima será realizada **a partir do dia 21 de maio de 2025 até o término da nomeação para o referido cargo em comissão, implicando na revogação automática da cessão**.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 21 de maio de 2025.

DÊ-SE CIÊNCIA. CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS, aos 29 dias do mês de maio de 2025.

MURILO GUIMARÃES ULHÔA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Murilo Guimarães Uilhôa, Presidente da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC**, em 29/05/2025, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **7014673** e o código CRC **9496B212**.

Primeira Avenida, nº 486 -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74605-020 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.13.000003173-3

SEI Nº 7014673v1



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90005/2025-Publicação

A Câmara Municipal de Goiânia, por meio da Diretoria de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a ser realizada em sessão pública eletrônica, **dia 17 de junho de 2025 às 09:00h** pelo sítio (www.gov.br/compras). Objeto: **Aquisição de persianas com instalação, fornecimento de material e mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.** Processo nº 00000.000893.2025-50 O Edital de Licitação encontra-se disponível no sítio www.goiania.go.leg.br, www.gov.br/pncp ou para retirada na sala da Diretoria de Compras e Licitações - Avenida Goiás nº 2001, Setor Central – Goiânia/GO - CEP: 74063-900, fone 3524-4230, e-mail: licitacao@camaragyn.go.gov.br. Goiânia, 28 de maio de 2025.

Vitor Almeida Pereira
Pregoeiro



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90009/2025-Replicação

A Câmara Municipal de Goiânia, por meio da Diretoria de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a ser realizada em sessão pública eletrônica, **dia 25 de junho de 2025 às 09:00h** pelo sítio (www.gov.br/compras). Objeto: **Aquisição de móveis planejados para o Plenário da Câmara Municipal de Goiânia, incluindo execução, montagem e instalação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.** Processo nº 00000.001460.2025-11 O Edital de Licitação encontra-se disponível no sítio www.goiania.go.leg.br, www.gov.br/pncp ou para retirada na sala da Diretoria de Compras e Licitações - Avenida Goiás nº 2001, Setor Central – Goiânia/GO - CEP: 74063-900, fone 3524-4230, e-mail: licitacao@camaragyn.go.gov.br. Goiânia, 28 de maio de 2025.

Vitor Almeida Pereira
Pregoeiro

EDITAIS DE COMUNICAÇÃO**AMMA**

AQUALIT TECNOLOGIA EM SANEAMENTO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ: 01.657.265/0001-20, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia - AMMA, **Processo nº 33861427, a Renovação da Licença Ambiental de Operação**, para as atividades de laboratório de análises ambientais, sito o endereço comercial Rua 203, Nº 187, Qd i, Lt 35, Setor Leste Universitário, Goiânia-GO, CEP: 74.603-060.

EMBREAPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 53.242.759/0001-47, torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, as **Licenças Ambientais de Instalação e de Operação**, para a atividade de Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores, desenvolvida na Av. Consolação, Quadra 02, Lote 09, Sala 02, n. 2968, Vila Adélia I e III, Goiânia-GO.

GOLUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita com o CNPJ 57.325.351/0001-90 torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, a **Licença Ambiental de Instalação e Operação**, para os serviços de fabricação de material elétrico para instalação em circuito de consumo, fabricação de estruturas metálicas, serviços de confecção de armações metálicas para a construção, fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação, manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente, geração de energia elétrica, construção de edifícios, obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças, comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças, comércio atacadista de ferragens e ferramentas, comércio atacadista de material elétrico, comércio atacadista de materiais de construção em geral, comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção, comércio varejista de material elétrico, comércio varejista de ferragens e ferramentas, comércio varejista de materiais de construção em geral, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, comércio varejista de artigos de iluminação, serviços de engenharia, locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, instalada na Avenida Ville, nº 3353, Quadra 57, Lote 06, Lot. Moinho dos Ventos, Goiânia Goiás.

EDITAIS DE COMUNICAÇÃO**AMMA**

INSET LAR DEDETIZADORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/CPF nº 11.897.183/0001-06, torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, por meio do processo de **Licença Ambiental de Instalação e Operação**, para a(s) seguinte(s) atividade(s): Imunização e controle de pragas urbanas, desenvolvida(s) na Rua C 180, Quadra 613, Lote 08, nº 310, Setor Nova Suíça, Goiânia, GO.

PETBANZ LTDA, CNPJ/CPF nº 42.804.226/0001-95, torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, por meio do processo nº, a **Licença Ambiental de Instalação e Operação**, para a(s) seguinte(s) atividade(s): Atividades veterinárias, comercio varejista de medicamentos veterinários, Comercio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação, desenvolvida(s) na Rua C 202, Quadra: 480, Lote: 22, nº 152, Setor Jardim América, Goiânia, GO.

A EMPRESA UNIARTE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA, CNPJ: 07.939.350/0001-67, torna público que requereu à Agência Municipal de Meio Ambiente - AMMA, as **Licenças de Instalação e Operação**, para atividade de fabricação de prótese dentária na Av. T-2, 1104, Qd. 62, Lt. 4, Setor Bueno, Goiânia-GO.